



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VICTÓRIA GOMES PEREIRA DE ALMEIDA

**A CHINA E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO
NO SUDESTE ASIÁTICO: OS CASOS DAS FILIPINAS, VIETNÃ E CAMBOJA**

**BRASÍLIA
2018**

VICTÓRIA GOMES PEREIRA DE ALMEIDA

**A CHINA E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO
NO SUDESTE ASIÁTICO: OS CASOS DAS FILIPINAS, VIETNÃ E CAMBOJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Profa. Dra. Danielly Silva Ramos Becard

BRASÍLIA
2018

VICTÓRIA GOMES PEREIRA DE ALMEIDA

**A CHINA E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO
NO SUDESTE ASIÁTICO: OS CASOS DAS FILIPINAS, VIETNÃ E CAMBOJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Profa. Dra. Danielly Silva Ramos Becard

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Danielly Silva Ramos Becard (Orientadora)

Profa. Dra. Isabela Nogueira de Moraes (UFRJ)

Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira (UnB)

Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão (UnB – Suplente)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora, a Professora Dra. Danielly Silva Ramos Becard, pela confiança, apoio e orientação durante todo o percurso do mestrado. Sua dedicação e comprometimento com a carreira acadêmica representam a força da mulher na pesquisa científica brasileira e me inspiram diariamente a seguir este caminho.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Graças à bolsa de estudos que recebi foi possível conduzir a presente pesquisa e participar em eventos internacionais. O incentivo que esta bolsa representa vai além dos aspectos materiais, sendo fundamental para o fomento à produção de conhecimento em nosso país.

Agradeço à *Fudan University* pela bolsa de estudos integral concedida em julho de 2017. O período que passei na China, graças a esta bolsa, foi fundamental para ampliar meus horizontes da pesquisa acerca das Relações Internacionais da China.

Agradeço também à Professora Dra. Isabela Nogueira de Moraes e ao Professor Dr. Rodrigo Pires de Campos, pelas contribuições preciosas no projeto de pesquisa desta dissertação, durante a banca de qualificação. Agradeço a Professora Dra. Vânia Carvalho Pinto pelos ensinamentos que contribuíram para minha evolução como acadêmica e mestranda.

Durante o período que estive em Brasília contei com o apoio e amizade de muitas pessoas especiais. Agradeço às minhas amigas Jessyca e Raquel pelo apoio e acolhimento desde nossos tempos no *International Policy Centre-PNUD*. Agradeço também a todos os meus amigos do IREL, em especial ao Lucas Eduardo, Ana Carolina, Humberto, Laís, Laryssa e Renato pelo apoio acadêmico e emocional.

Agradeço aos amigos do Centro Ásia, em Curitiba, e ao também amigo e professor, Chun Lin, pelo incentivo e apoio em minha jornada de aprendizado do Mandarim. Agradeço aos meus amigos que ficaram em Curitiba e que, mesmo à distância, estiveram comigo durante este período.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente aos meus pais, Ricardo e Silvana, as duas pessoas mais importantes em minha vida. Sem eles nada disso seria possível. Agradeço a eles pelo amor e incentivo à pesquisa, e principalmente, por me ensinarem que como mulher tenho um espaço importante a ocupar no mundo.

China and ASEAN countries have shown to the world that we are good neighbors sharing mountains and rivers and giving each other help and support; we are trustworthy friends with common visions and aspirations; and we are close partners sharing weal and woe and pursuing win-win cooperation. We should carry forward the Asian culture of harmony in diversity, uphold the principles of amity, good faith, equality, openness, inclusiveness and win-win cooperation, and remain committed to respecting each other's core interests and major concerns and accommodating each other's comfort level.

(Li Keqiang, na 20^a Reunião de Cúpula entre China e ASEAN, novembro de 2017)

[...] China is, in essence, a very narrow-minded, self-interested, realist state, seeking only to maximize its own national interests and power.

(David Shambaugh, *China Goes Global: The Partial Power*, 2013, p.310)

As the outstanding example of the economic transformation of a developing country, and the largest trading partner of many nations in Africa, East Asia, Latin America and elsewhere, China already enjoys considerable respect and influence amongst developing countries.

(Martin Jacques, *When China Rules the World*, 2012, p.609)

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a entender os meios e porquês da cooperação chinesa para o desenvolvimento no Sudeste Asiático a partir de 1997, por meio da sua promoção de ajuda externa. O entendimento deste tema está inserido em um contexto de aumento da relevância político-econômica da China e de suas relações internacionais, bem como estão relacionados com a importância geoestratégica do Sudeste Asiático. Sendo assim, a presente dissertação pretende perceber o lugar da região nas relações internacionais da China, compreender como funciona a “grande ajuda” chinesa junto às Filipinas, ao Vietnã e ao Camboja e analisar como se dá a inserção da China na região através de suas políticas de atração e coerção econômica. Este último elemento visa a compreender como a China cria e reforça preferências geopolíticas com os países em questão, por meio da utilização de ferramentas geoeconômicas como a cooperação para o desenvolvimento e a ajuda externa. A fim de verificar estes elementos, a perspectiva teórica adotada percebe a ajuda externa como uma ferramenta de política externa dos Estados, seguindo o modelo de interesses dos doadores desenvolvido por Alfred Maizels e Machiko Nissanke. A metodologia escolhida combinou elementos qualitativos e quantitativos. Os elementos qualitativos ficaram por conta de uma revisão bibliográfica e documentos oficiais chineses. Os elementos quantitativos concentraram-se em dados estatísticos primários da base de dados *China Aid Data* e nos dados estatísticos secundários encontrados em relatórios de pesquisadores do tema. Com base na estratégia adotada, a presente dissertação pôde concluir que a China direciona sua ajuda externa, juntamente com seus investimentos e comércio bilateral, de forma conectada com sua agenda político-econômica com as Filipinas, Vietnã e Camboja. As disputas no Mar do Sul da China, as relações econômico-comerciais intensas e a presença norte-americana são algumas das agendas político-econômicas que influenciam o uso da “grande ajuda” chinesa nestes países como uma ferramenta geoeconômica.

Palavras-chave: Política Externa Chinesa. Ajuda Externa Chinesa. Geoeconomia Chinesa. Sudeste Asiático. Grande ajuda Chinesa.

ABSTRACT

This dissertation proposes to understand the means and reasons of the Chinese development cooperation on the Southeast Asia from 1997, by means of its foreign aid promotion. The understanding of this theme is part of a context of the increasing political-economic relevance of China and its international relations, as well as being related to the geo-strategic importance of the Southeast Asia. Therefore, the present dissertation intends to perceive the place of the region in China's international relations, to understand how the Chinese "great aid" works with the Philippines, Vietnam and Cambodia, and to analyze how China inserts itself on the region by means of its policies of economic attraction and coercion. This latter element aims at understanding how China creates and reinforces geopolitical preferences with the concerned countries through the use of geo-economic tools, such as development cooperation and foreign aid. In order to verify these elements, the adopted theoretical perspective perceives foreign aid as a tool of foreign policy of the states, following the model of interests of the donors developed by Alfred Maizels and Machiko Nissanke. The chosen methodology combined qualitative and quantitative elements. The qualitative elements were based on a bibliographical review and on official Chinese documents. The quantitative elements were based on the primary statistical data from the China Aid Data database, and on the secondary statistical data found in reports of made by researchers of this subject. Based on the adopted strategy, the present dissertation has concluded that China directs its foreign aid, along with its investments and bilateral trade, in a way connected with its political-economic agenda with the Philippines, Vietnam and Cambodia. The disputes in the South China Sea, intense economic-trade relations, and the US presence, are some of the political-economic agendas that influence the use of Chinese "great aid" in these countries as a geo-economic tool.

Keywords: Chinese foreign policy. Chinese foreign aid. Chinese geo-economy. Southeast Asia. Chinese "great aid".

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição Setorial de Empréstimos Concessionais da China (ao final de 2009)	39
Gráfico 2 – Exportações e Importações das Filipinas para/da China, 1994-1998 (em milhões de US\$)	64
Gráfico 3 – Assistência Oficial ao Desenvolvimento da China na Ásia (2000-2012)	79
Gráfico 4 – AOD e OFO chinês para o Sudeste Asiático, 2000-2012.....	81
Gráfico 5 – Necessidade Estimada de Investimentos em Infraestrutura na Ásia-Pacífico, 2016-2030 (preços de 2015)	86
Gráfico 6 – Projetos Aprovados pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, por setor (a partir de 2016).....	87
Gráfico 7 – Necessidade Estimada de Investimentos em Infraestrutura por Sub-região, 2016-2030 (Bilhões de Dólares em preços de 2015).....	87
Gráfico 8 – Número de Fluxos de Ajuda Externa Chinesa para as Filipinas e sua Aproximação com a Agenda Político-Econômica (2000-2013).....	96
Gráfico 9 – Tendências das Exportações e Importações de Vietnã-China.....	99
Gráfico 10 – Número de Fluxos de Ajuda Externa Chinesa para o Vietnã e sua Aproximação com a Agenda Político-Econômica (2000-2013).....	100
Gráfico 11 – Desembolso de Recursos (em milhões de dólares) do Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e da China para o Camboja, 1995-2011	104
Gráfico 12 – Número de Fluxos de Ajuda Externa Chinesa para o Camboja e sua Aproximação com a Agenda Político-Econômica (2000-2013).....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL CHINESA PARA O DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS, HISTÓRIA E O LUGAR DA COOPERAÇÃO NA ESTRATÉGIA DE PODER CHINESA.....	18
1.1 COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DE AJUDA EXTERNA: CONCEITUAÇÃO E MOTIVOS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	18
1.1.1 Ajuda Externa e as Relações Internacionais: conceitos e teorias	20
1.1.2 Motivos para a Promoção de Ajuda Externa: o Modelo de Interesses do Doador	24
1.1.3 Conceito de Poder: perspectiva Ocidental e Chinesa	25
1.1.4 Estratégia de Poder Chinesa: uso dos Recursos de Poder	28
1.2 COOPERAÇÃO CHINESA PARA O DESENVOLVIMENTO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, PRINCÍPIOS E FUNCIONAMENTO	33
1.2.1 Histórico e Evolução da Cooperação para o Desenvolvimento na Perspectiva chinesa	33
1.2.2 Funcionamento e Governança da Cooperação Chinesa para o Desenvolvimento.....	40
1.3 CONCLUSÃO PARCIAL	43
2 CHINA E SUDESTE ASIÁTICO: POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA A REGIÃO (1997-2017).....	45
2.1 EIXOS DE INSERÇÃO E INFLUÊNCIA CHINESA NO SUDESTE ASIÁTICO A PARTIR DOS ANOS NOVENTA.....	45
2.2 AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E SUDESTE ASIÁTICO NO PERÍODO DE 1997-2017	49
2.2.1 A Crise Financeira de 1997 e as aproximações simbólico-institucionais entre China e Sudeste Asiático.....	50
2.2.2 Aspectos econômicos das relações entre China e Sudeste Asiático a partir de 1997	53

2.2.3 Aspectos políticos e de segurança nas relações da China com o Sudeste Asiático a partir de 1997	55
2.3 FILIPINAS, VIETNÃ E CAMBOJA E SUAS RELAÇÕES BILATERAIS COM A CHINA A PARTIR DE 1997	62
2.3.1 As Relações entre China e Filipinas a partir de 1997: disputas marítimas e a presença Norte-Americana	62
2.3.2 As Relações entre China e Vietnã a partir de 1997: a Equidistância Pragmática de Hanói	69
2.3.3 As Relações entre China e Camboja a partir de 1997: parceria Político-Econômica na região e na ASEAN	74
2.4 CONCLUSÃO PARCIAL	77
3 ESTRATÉGIA DE "GRANDE AJUDA" CHINESA PARA O SUDESTE ASIÁTICO ..	79
3.1 "GRANDE AJUDA" CHINESA PARA O SUDESTE ASIÁTICO: ASPECTOS GERAIS	80
3.1.1 Ajuda Externa Chinesa e a Ênfase em Infraestrutura	85
3.1.2 O Papel das Empresas Estatais Chinesas em sua Ajuda Externa	88
3.1.3 Diplomacia Chinesa da Dívida	90
3.2 ANÁLISE EMPÍRICA DA AJUDA EXTERNA CHINESA PARA AS FILIPINAS, VIETNÃ E CAMBOJA	92
3.2.1 Ajuda Externa Chinesa para as Filipinas	92
3.2.2 Ajuda Externa Chinesa para o Vietnã	98
3.2.3 Ajuda Externa Chinesa para o Camboja	103
3.3 CONCLUSÃO PARCIAL	106
CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

A presente dissertação possui como tema a participação da China na promoção de cooperação internacional para o desenvolvimento no Sudeste Asiático, por meio de sua estratégia de Ajuda Externa a partir de 1997. A escolha do recorte temporal justifica-se pela aproximação chinesa da região em 1997, resultante do grande auxílio chinês na recuperação dos países afetados pela Crise Financeira Asiática. Tal recorte nos possibilita compreender, ao mesmo tempo, as bases da promoção de cooperação para o desenvolvimento para a região nos moldes chineses, a perspectiva mais atual da aproximação entre China e Sudeste Asiático, bem como os eventos mais recentes da agenda de desenvolvimento Chinesa. Este recorte temporal, que tem marco inicial em 1997, contou com uma abrangência até os anos de 2013 e de 2014, anos dos dados empíricos oficiais¹ atualizados e até agora disponíveis.

A escolha deste tema reflete-se em uma análise que busca entender quais são os meios e os porquês de uma promoção de cooperação para o desenvolvimento na região, levando em consideração os aspectos político-econômicos e de segurança das relações entre China e Sudeste Asiático. O contexto no qual o tema e o problema de pesquisa desta dissertação estão inseridos é o da emergência da China no cenário global, e do seu conseqüente protagonismo político-econômico. Desde o início dos anos 2000, a China vem projetando, de maneira mais direta, sua atuação externa por meio da elaboração de políticas de longo prazo, a exemplo da política *going global* (SHAMBAUGH, 2013), e, no âmbito de sua promoção do desenvolvimento, da elaboração de *white papers* sobre ajuda externa em 2011 e 2014 (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011; INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2014).

Apesar de a emergência chinesa ser datada por volta do início dos anos 2000, de acordo com David Shambaugh (2013, p. 5-6), sua ascensão ao patamar atual é

¹ No que se referem aos dados oficiais fornecidos pelo governo chinês, grande parte são do período de 2000 a 2012. O último documento branco sobre ajuda externa chinesa, de 2014, traz algumas atualizações empíricas também importantes. A base de dados *China Aid Data*, conta com uma análise das finanças chinesas para o desenvolvimento no período de 2000 a 2013. Além da falta de dados oficiais atualizados, a dificuldade em acessar relatórios e documentos em língua inglesa também contribuiu para a limitação de uma análise mais contemporânea acerca do objeto de estudo desta dissertação. Entretanto, sempre que possível, a presente pesquisa trouxe referências atualizadas e de diversas fontes a fim possibilitar uma análise da perspectiva contemporânea da cooperação chinesa para o desenvolvimento no Sudeste Asiático.

fruto de um processo iniciado no final da década de 1970. As reformas econômicas adotadas sob a liderança de Deng Xiaoping, a partir de 1978, e o estabelecimento da “diplomacia de grande potência” (*daguo zhanlue*) com Jiang Zemin, ainda nos anos 1990, foram bases fundamentais para a expansão do Estado chinês.

As reformas promovidas por Deng Xiaoping² foram fundamentais para a criação de um ambiente doméstico estável que viabilizasse o desenvolvimento interno chinês para a posterior projeção externa. Esta teve início com a política externa adotada durante a liderança de Jiang Zemin, que marcou a aproximação da China com seus vizinhos asiáticos a partir de uma perspectiva mais pragmática, menos ideológica e que visava a parcerias e ao multilateralismo como forma de inserção internacional (LANTEIGNE, 2009). Nesse sentido, a “diplomacia de grande potência” começa, nos anos 1990, a ditar o tom da atuação da China na Ásia, principalmente no Sudeste Asiático.

Assim, em 1997, com a crise financeira que atinge o Sudeste Asiático, a China passou a atuar nesses termos, elaborados por Jiang Zemin, ajudando no processo de recuperação da região. A não-desvalorização da moeda chinesa contribuiu para o restabelecimento econômico regional, mostrando uma aproximação tanto pragmática quanto de benefícios mútuos na conhecida relação de uso de *hard power* entre China e Sudeste Asiático (LUM; MORRISON; VAUGHN, 2008, p. 2). Este contexto lança as bases para entendermos como, e, principalmente, por que a China promove cooperação para o desenvolvimento no Sudeste Asiático.

Agendas como a promoção de cooperação para o desenvolvimento na região e o fortalecimento de laços econômicos, financeiros e comerciais passaram a fazer parte do discurso chinês no final dos anos 1990. A existência de uma agenda mais harmoniosa e responsável lançaria as bases necessárias, sob o ponto de vista chinês, para a criação de um ambiente externo equilibrado (LUM; MORRISON, VAUGHN, 2008, p. 2). A liderança de Hu Jintao, já nos anos 2000, trouxe a ideia da criação de uma ordem regional e internacional harmoniosa (LUM; MORRISON, VAUGHN, 2008, p. 2), *background* fundamental para entender a atuação chinesa na promoção de

² No âmbito das reformas promovidas por Deng Xiaoping, podemos destacar as “quatro modernizações”, projeto originalmente desenvolvido durante a Era Mao Zedong, em 1964, e adaptado no final da década de 1970 por Deng. Essa política, em sua forma adaptada, visava à reforma de setores-chave da economia chinesa, tais como o da agricultura, da indústria, da ciência e da tecnologia. Assim, lançava as bases necessárias para o desenvolvimento econômico doméstico (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

cooperação para o desenvolvimento no Sudeste Asiático, ao invés de atuar apenas em uma agenda de segurança estabelecida na região.

Com a liderança de Xi Jinping, iniciada em 2013, esses elementos da política externa chinesa passaram a ser ampliados, de modo a serem apresentados sob a forma de uma grande estratégia. A promoção do “sonho chinês” vem ao encontro de uma diplomacia de grande potência, que pretende reivindicar a liderança chinesa em âmbito global na área econômica, frente aos países em desenvolvimento, reconhecendo que possui os instrumentos e a assertividade necessários para se projetar de modo responsável (CHU; CHANG, 2017, p. 105). Esse posicionamento chinês vem acompanhado por novos instrumentos de grande alçada, demonstrando o interesse chinês não apenas de se projetar regionalmente, mas também de atuar como um *agenda-setter* no campo do desenvolvimento internacional.

A ajuda externa sempre foi considerada como uma ferramenta fundamental da diplomacia da China³, já que “[...] contribui para seus interesses políticos, econômicos, estratégicos e de sua imagem global” (ZHANG; SMITH, 2017, p. 1, tradução nossa). Na primeira versão da ajuda externa chinesa, datada da Era Mao Zedong, em 1964, o então premier Zhou Enlai lançou as bases da então “política de ajuda econômica”⁴, que, posteriormente, foi adaptada e intitulada de “cooperação econômica”, fruto das reformas Denguistas do final dos anos 70 (GU, 2015). A política de ajuda externa chinesa, apesar da mudança em suas nomenclaturas e adaptações sofridas ao longo das transições políticas, manteve um padrão de continuidade e de menção a valores chineses centrais, tais como a ideia de benefícios mútuos e a ausência de condicionalidades políticas (GU, 2015).

Ao analisar como a promoção chinesa de cooperação para o desenvolvimento se dá em sua vizinhança próxima, pretende-se perceber, de maneira mais fundamentada, a inserção da China como uma liderança responsável dentro do contexto regional. Além disso, a conceitualização da China como um “doador asiático” ao invés de um “doador emergente” (SHIMOMURA; OHASHI, 2013) justifica-se por suas dinâmicas de promoção possuírem características próprias aos países asiáticos se comparadas às dos demais países emergentes. Estas dinâmicas estão alinhadas

³ Em agosto de 2011, a Conferência Nacional de Trabalho em Ajuda Externa comemorou os 60 anos da promoção de ajuda externa por parte da China (SHIMOMURA; OHASHI, 2013, p.4).

⁴ O documento de 1964 foi intitulado *Eight Principles for Economic Aid and Technical Assistance to Other Countries*. (GU, 2015, p. 3).

com as concepções sobre desenvolvimento e necessidades asiáticas, que, em grande parte, partilham dos valores centrais chineses apresentados na diretiva oficial de 1964.

A história da China como receptora de ajuda externa também contribui para um discurso de viés diferenciado do país sobre o que significa e quais são os meios da promoção de cooperação internacional para o desenvolvimento (SHIMOMURA; OHASHI, 2013). Desde a ajuda soviética até os primeiros projetos do Banco Mundial direcionados para a China, a experiência chinesa como receptora de ajuda possibilitou a análise dos mecanismos *mainstream* utilizados e a criação de uma concepção própria. Nesse sentido, durante os anos 1990, a China começou a estudar, de modo aprofundado, as práticas do seu principal doador durante este período, o Japão (SHIMOMURA; OHASHI, 2013). As práticas desenvolvidas pelo Ministério de Comércio Internacional e Indústria do Japão, no que diz respeito à valorização da tríade *ajuda externa-investimento-comércio* na promoção da cooperação para o desenvolvimento, chamaram a atenção chinesa e inspiraram parte de seu comportamento atual na agenda do desenvolvimento regional (SHIMOMURA; OHASHI, 2013, p. 6-7).

Face ao contexto apresentado e com vistas à ampliação das análises já existentes sobre o tema, este trabalho busca verificar a atuação chinesa na consecução de sua agenda de cooperação para o desenvolvimento no Sudeste Asiático. Visa-se a, neste sentido: (a) perceber o lugar da região na estratégia de relações internacionais da China desde 1997; (b) compreender o exercício da estratégia geoeconômica chinesa a partir de um modelo de "grande ajuda" junto aos países da região, principalmente as Filipinas, o Vietnã e o Camboja; (c) analisar como a China inseriu-se na região e como utilizou meios de atração e coerção econômica, sobretudo diante do objetivo de criar e reforçar suas preferências frente aos países da região, em especial quanto a temas políticos e econômicos sensíveis junto às Filipinas, o Vietnã e o Camboja.

A metodologia utilizada nesta dissertação para alcançar os objetivos propostos é composta pela estratégia de pesquisa de estudos de caso. A escolha desta estratégia está associada com sua definição. Um estudo de caso é uma investigação empírica, que tem como objetivo investigar a fundo um fenômeno específico (RUDDIN, 2006). Como afirma Robert Yin (1994, p. 14), "[...] o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa compreende um método abrangente, cobrindo

a lógica do desenho da pesquisa, técnicas de coleta de dados, e abordagens específicas de análise de dados”. Nesse sentido, os estudos de caso contam tanto com evidências quantitativas quanto qualitativas. Yin (1994) também afirma a importância do contexto para esta estratégia de pesquisa abrangente. Sendo assim, a presente dissertação, que pretende analisar o fenômeno da promoção chinesa de cooperação para o desenvolvimento no caso específico do Sudeste Asiático, conta com estes elementos em sua estratégia de investigação.

Para compor esta estratégia de investigação abrangente, elementos qualitativos e quantitativos são levados em consideração. Desse modo, serão analisados documentos oficiais e técnicos chineses sobre a promoção do desenvolvimento (a exemplo dos *white papers* sobre ajuda externa elaborados em âmbito governamental). Igualmente, serão interpretados dados empíricos, retirados de acesso às bases de dados referentes aos mecanismos bilaterais de promoção do desenvolvimento – a exemplo da base de dados independente *China Aid Data* – e dos mecanismos multilaterais de promoção do desenvolvimento, a exemplo das bases de dados dos bancos de desenvolvimento regionais.

Além do recorte temporal proposto, esta dissertação contará com algumas outras escolhas no âmbito da estratégia de investigação. A escolha do estudo da região do Sudeste Asiático como recipiente de ajuda externa chinesa se deu em resposta à necessidade de superar lacuna de produção acadêmica⁵ dedicada à compreensão dos projetos chineses realizados na Ásia. No que diz respeito ao Sudeste Asiático, em termos quantitativos, a região asiática e sua porção Sudeste possuem grande relevância no total de Assistência Oficial ao Desenvolvimento da China (AOD).

Considerando o grande número de países que compõe a região a ser estudada neste estudo de caso, serão escolhidos apenas três países para serem analisados no que tange o seu recebimento de ajuda externa chinesa. Os países escolhidos são as Filipinas, o Vietnã e o Camboja. Esta escolha é centrada em aspectos políticos e econômicos, da atuação destes países junto à China nas dinâmicas regionais, bem como junto às demais potências presentes na região. As

⁵ Em consulta ao *China Aid Data* (DREHER *et.al.*, 2017), projeto de análise de dados das finanças chinesas para o desenvolvimento na África e demais regiões do globo, verifica-se que a única porção geográfica cujos documentos e planilhas estão mais organizados e atualizados é a africana. Entre as 130 publicações rastreadas pela plataforma que utilizam os dados por ela divulgados, menos da metade delas se direcionam a entender as dinâmicas chinesas na Ásia.

questões de segurança no Mar do Sul da China e os laços comerciais e de investimento são elementos fundamentais que compõem esta escolha. Vietnã e Filipinas, além de sua estreita relação com os Estados Unidos⁶, "[...] possuem disputas territoriais com a China no Mar do Sul da China, sendo países-chave para a estratégia marítima chinesa" (AH, 2016, p. 29, tradução nossa).

De forma mais específica, a escolha das Filipinas está associada ao desafio chinês em criar e fortalecer preferências econômicas e políticas com o país, ao mesmo tempo em que ocorrem disputas marítimas entre Pequim e Manila na região do Mar do Sul da China. Ademais, este desafio é permeado pela intensa presença norte-americana nas Filipinas, representada pela agenda militar entre Washington e Manila.

A escolha do Vietnã se dá tanto pelo histórico⁷ de suas relações com a China, antes do recorte temporal aqui proposto, quanto pelo posicionamento da diplomacia de Hanói. Com uma estratégia de equidistância e pragmatismo, o Vietnã flutua entre a aproximação com Washington, na esfera militar e de segurança, e a aproximação econômico-comercial com Pequim. A existência de disputas marítimas históricas entre China e Vietnã também contribui para a escolha do país para esta análise, já que as relações sino-vietnamitas representam a complexidade das relações da China com a região do Sudeste Asiático como um todo.

Por fim, a escolha do Camboja também é centrada na existência de laços históricos com a China. Entretanto, ao contrário de disputas marítimas e da forte presença norte-americana, a importância de sua escolha é fundamentada na parceria entre Phnom Penh e Pequim. O Camboja é um dos principais aliados da China no Sudeste Asiático e tem se destacado como um dos principais receptores de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) e Outros Fluxos Oficiais⁸ (OFO) chinês nos

⁶ Como será visto na seção 3.1 desta dissertação, Vietnã e Filipinas possuem relações político-econômicas com os EUA que são sensíveis, quando analisadas no âmbito das relações da China com estes países e com a região do Sudeste Asiático. Conforme destaca Cheng Guan Ang (2016, p.93), a partir do final da década de 80, o Vietnã passou a adotar uma postura de não dependência a uma única potência, buscando obter resultados pragmáticos favoráveis de suas relações tanto com a China quanto com os EUA. Já no caso das Filipinas, os laços com os EUA são históricos (BAVIERA, 2016, p.101). Esta aproximação com os EUA é um elemento central nas relações da China com estes países, aliado às disputas marítimas.

⁷ Histórico que tem início no período imperial chinês tendo continuidade com as relações entre a República Popular da China e o Vietnã do Norte durante o período da Guerra do Vietnã, seguido do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países após a invasão vietnamita ao Camboja e da guerra fronteiriça sino-vietnamita.

⁸ De acordo com a OCDE (2018), os Outros Fluxos Oficiais são "doações e empréstimos para propósitos representacionais ou essencialmente comerciais". Em sua maioria incluem créditos de exportação e outras formas de empréstimos e doações relacionados com o comércio e investimento entre o país doador e receptor. A análise do OFO chinês para o Sudeste Asiático se faz importante pois

últimos dez anos (AH, 2016, p. 32). Assim, a escolha do país se dá pelo potencial estratégico que este representa para a política externa chinesa na região do Mekong. Aqui, não há distanciamento ou equidistância, e sim uma grande aproximação política e econômica.

Outro recorte proposto na estratégia de pesquisa desta dissertação diz respeito à escolha da infraestrutura econômica como o principal foco de análise dentro das diversas tipificações da ajuda externa chinesa. Esta escolha foi feita de modo a delimitar e facilitar a análise empírica, como para entender os laços entre os aspectos políticos e econômicos, e da estratégia de poder chinesa em sua promoção de cooperação para o desenvolvimento.

Nesse sentido, a estrutura capitular desta dissertação está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo apresentará uma fundamentação conceitual acerca da cooperação para o desenvolvimento e da promoção de ajuda externa frente ao campo das Relações Internacionais. Esta fundamentação conceitual será complementada por uma análise sobre poder, em sua perspectiva tradicional e chinesa, a fim de lançar as bases da compreensão acerca da estratégia de poder chinesa, que será explorada nos estudos de caso desta dissertação ao longo dos demais capítulos. Por fim, o primeiro capítulo analisará histórico, características e governança da cooperação chinesa para o desenvolvimento.

O segundo capítulo abordará o panorama temático presente nas relações entre a China e o Sudeste Asiático. Para tal, terá uma breve fundamentação metodológica acerca dos eixos de inserção da China regionalmente, percebendo a correlação dos elementos econômicos, políticos, de segurança e de discurso político-diplomático. O panorama temático estará dividido em duas partes, a primeira referente aos aspectos econômicos e comerciais e a segunda referente aos aspectos políticos e de segurança. O segundo capítulo também contará com uma abordagem mais específica acerca das relações da China com a região, desta vez com ênfase nos aspectos políticos e econômicos das relações da China com as Filipinas, Vietnã e Camboja.

O terceiro capítulo analisará elementos centrais da estratégia de “grande ajuda” chinesa para o Sudeste Asiático, assim como a ajuda externa chinesa para as Filipinas, Vietnã e Camboja propriamente dita. Esta análise específica será feita por

está amplamente conectado com a estratégia de "Grande Ajuda" chinesa mencionada no primeiro capítulo.

meio de dados empíricos primários oriundos do *China Aid Data*, única base de dados de acesso gratuito que conta com dados empíricos completos e atualizados disponíveis *online*.

A hipótese utilizada nesta dissertação é a de que a China promove cooperação para o desenvolvimento no Sudeste Asiático utilizando a sua estratégia de Ajuda Externa. Tal estratégia tem como objetivo a inserção chinesa na região por meio de uma agenda geoeconômica, que utiliza os instrumentos econômicos de sua ajuda externa de forma a criar e fortalecer agendas geopolíticas com os países em questão.

Além de verificar a hipótese de pesquisa, outros objetivos específicos a serem alcançados dizem respeito à:

- a) apresentar o debate a respeito das interpretações chinesas sobre promoção de cooperação para o desenvolvimento em geral, e de promoção de ajuda externa, em particular, ao longo do primeiro capítulo;
- b) apresentar o debate sobre a estratégia de poder chinesa no século XXI e os eixos de inserção da China no Sudeste Asiático, ao longo do primeiro e segundo capítulos respectivamente;
- c) apresentar as políticas chinesas de promoção de cooperação para o desenvolvimento no Sudeste Asiático, com enfoque nas políticas direcionadas para as Filipinas, Vietnã e Camboja, ao longo do terceiro capítulo;
- d) apresentar as ferramentas chinesas empregadas na execução de políticas de promoção de cooperação para o desenvolvimento no Sudeste Asiático, sobretudo aquelas que envolvem ajuda externa, investimentos e comércio, ao longo do terceiro capítulo;
- e) apresentar um balanço sobre a promoção de ajuda externa chinesa para as Filipinas, Vietnã e Camboja, bem como o lugar desta promoção junto a sua agenda política para a região, ao longo do terceiro capítulo.

Por fim, o trabalho pretende contribuir com o campo de pesquisa sobre as Relações Internacionais da China. Esta contribuição pretende evidenciar a importância da abordagem de sua agenda do desenvolvimento, tanto para o desenvolvimento internacional quanto para o debate acerca do exercício da política externa chinesa, já que esta é ainda pouco debatida, apesar de sua grande (re)emergência nos últimos anos.

1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL CHINESA PARA O DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS, HISTÓRIA E O LUGAR DA COOPERAÇÃO NA ESTRATÉGIA DE PODER CHINESA

A política externa chinesa no século XXI é um dos principais tópicos de debate das Relações Internacionais contemporâneas (REILLY, 2013; DOLLAR, 2016; BRAUTIGAM, 2011; ACHARYA, 2008; SHAMBAUGH, 2013). Em tais debates, a cooperação internacional chinesa para o desenvolvimento, amplamente comentada no que diz respeito a sua ajuda externa e ao seu financiamento para o desenvolvimento na África e na Ásia, está incluída no escopo da política externa chinesa (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 5). Dessa forma, a política de cooperação para o desenvolvimento também faz parte da estratégia de poder chinesa e do exercício de sua política externa (CHEN; CHANG, 2013).

Para compreender os aspectos principais da Cooperação Internacional Chinesa para o Desenvolvimento na atualidade, faz-se necessário entender a estratégia de poder chinesa. Sendo assim, o presente capítulo apresentará com uma breve discussão acerca da ajuda externa como ferramenta principal da agenda de cooperação para o desenvolvimento, entendendo sua concepção e os motivos que levam a sua promoção dentro da lógica dos interesses dos Estados e seu exercício de poder, na primeira parte. Em seguida, ainda na primeira parte, o capítulo abordará o conceito de poder e sua resignificação frente à agenda internacional chinesa, bem como seu exercício. Na segunda parte, analisaremos os principais aspectos que circundam a Cooperação Chinesa para o Desenvolvimento no que diz respeito à sua Ajuda Externa, tais como seu histórico e governança.

1.1 COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DE AJUDA EXTERNA: CONCEITUAÇÃO E MOTIVOS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A contextualização conceitual e teórica acerca da Ajuda Externa é essencial para entendermos a Cooperação Chinesa para o Desenvolvimento para além da mera enunciação de sua estratégia oficial e modo de funcionamento. Entender o que é ajuda externa, sua evolução, sua importância como ferramenta de política externa e sua inserção junto ao campo teórico das Relações Internacionais são pontos

importantes que fundamentarão a análise da cooperação chinesa para o desenvolvimento, tendo em vista seus interesses e meios.

Assim, será possível perceber o exercício de poder geoeconômico chinês por meio da cooperação para o desenvolvimento como uma maneira que a China tem de garantir seus interesses geopolíticos. Logo, será possível verificar, como afirma Thomas Lum *et al.* (2009, p. 5, tradução nossa), que os interesses da Cooperação chinesa para o desenvolvimento também incluem “[...] abrir os mercados estrangeiros para os produtos chineses e ajudar suas empresas a investir, estabelecer plantas manufatureiras e desenvolver mercados além-mar”.

Conforme definido no relatório do Comitê Econômico e Social das Nações Unidas (ALONSO; GLENNIE, 2015, p. 4, tradução nossa), a cooperação para o desenvolvimento é “[...] a atividade que tem como objetivo explícito apoiar as prioridades de desenvolvimento nacional e internacional, sem buscar o lucro, discriminando a favor de países em desenvolvimento e é baseada em relações cooperativas”. Nesse sentido, com as mudanças no cenário mundial, é possível perceber esta busca por desenvolvimento em moldes cooperativos, modificada pela presença de novos atores e pelos impactos do processo globalizatório (CHANDY, 2011, p.1-2, tradução nossa). Estes impactos estão, em grande parte, relacionados com a “integração global e competição por recursos” (CHANDY, 2011).

Com uma agenda ampla, a cooperação para o desenvolvimento é associada à promoção de ajuda externa por meio da promoção de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) tanto na literatura (LANCASTER, 2007; MAIZELS; NISSANKE, 1984; ALESSINA; DOLLAR, 2000) quanto na prática. Esta associação entre cooperação para o desenvolvimento e ajuda externa é fundamentada no histórico e promoção desta última, bem como na noção de que a promoção de ajuda externa é a principal ferramenta para alcançar os objetivos relacionados à cooperação para o desenvolvimento. Conforme destaca Laurence Chandy (2011, p. 5), o que sustenta essa concepção é um pensamento que concebe a ajuda externa como uma ferramenta capaz de compensar as baixas poupanças dos países receptores, gerando maiores taxas de investimentos e levando a uma taxa de crescimento mais alta nos países receptores. A seguir, será analisado o conceito tradicional de ajuda externa e sua inserção no campo teórico das Relações Internacionais, destacando a perspectiva teórica escolhida para a execução da estratégia de pesquisa desta dissertação.

1.1.1 Ajuda Externa e as Relações Internacionais: conceitos e teorias

O conceito de "ajuda externa" tem suas origens no histórico ocidental de promoção de cooperação para o desenvolvimento ainda no período da Guerra Fria. Sua definição foi elaborada pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD)⁹ da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) nos anos 1960, refletindo os interesses políticos e econômicos dos principais doadores e o contexto da época.

Durante o período que antecipou a definição deste conceito e a própria elaboração do CAD, a promoção de ajuda externa ocorria sob contexto de elevado teor político (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 7), fruto das dinâmicas político-econômicas dos dois principais polos de poder da época, os Estados Unidos e a União Soviética. De acordo com Steven Radelet (2006, p. 6, tradução nossa), "[...] durante a Guerra Fria, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética utilizaram a ajuda como modo de garantir o apoio dos países em desenvolvimento, com pouca atenção à utilização da ajuda como um suporte de fato ao desenvolvimento".

Dado esse contexto, o CAD definiu como ajuda externa, ou assistência externa, a assistência técnica e fluxos financeiros utilizados como ferramentas para promover, para além do âmbito doméstico, desenvolvimento econômico e bem-estar por meio de doações ou empréstimos subsidiados (RADELET, 2006, p. 4). A partir desta definição, o CAD elencou três¹⁰ tipologias de fluxos de ajuda, sendo a principal a de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), que consiste na ajuda efetuada por países doadores a outros países de baixa e média renda, possuindo um caráter concessional (OCDE, 2017; RADELET, 2006, p. 4).

A criação desta categoria principal passou a compor a substituição da nomenclatura de ajuda externa pela de ajuda ao desenvolvimento, amplamente utilizada pelos doadores ocidentais. Quando os doadores membros do CAD se referem à ajuda ao desenvolvimento, se referem, majoritariamente, à categoria de Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

⁹ O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) é parte da resolução ministerial da OCDE desde 1961, representando o principal fórum de discussão sobre ajuda externa e promoção do desenvolvimento, composto pelos 30 principais doadores de ajuda ao desenvolvimento. Entre estes doadores estão os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha e o Reino Unido. A China não faz parte deste Comitê. (OCDE, 2017).

¹⁰ As outras duas categorias elencadas foram a de Assistência Oficial e Assistência Privada Voluntária (RADELET, 2006).

Nesse sentido, desde 1969, com a definição de AOD por parte do CAD, o comitê passou a manter registros dos fluxos de AOD realizados por seus países membros (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 8). Quando mensurada em comparação com o montante do Produto Interno Bruto (PIB) de um país, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento passou a apresentar o grau de responsabilidade internacional do país (ZHANG; GU; CHEN, p. 8). Apesar das novas terminologias e tipologias, as modalidades de ajuda ao desenvolvimento adotadas pelos países centrais a partir dos anos 1960 continuaram a ter elevada carga política e econômica, dessa vez associada às condicionalidades dos empréstimos e doações realizadas.

A partir desta conceitualização de ajuda externa, a presente sessão segue sua análise a fim de entender os motivos da promoção de ajuda externa por parte dos Estados no âmbito das Relações Internacionais. A seguir, será, inicialmente, proposto um debate entre autores que versam sobre este tema, seguido de uma análise acerca da concepção da promoção de ajuda externa como ferramenta de política externa e de poder.

Conforme destacado por Kumar Pankaj (2005), as teorias de ajuda externa estão associadas mais amplamente com o campo das Teorias do Crescimento e Desenvolvimento. Esse campo é composto por diversas vertentes teóricas distintas e está, muitas vezes, relacionado à economia. Porém, como a presente dissertação se insere na linha de Política Internacional e Comparada, a perspectiva teórica realçada ao longo desta não será a do campo do Crescimento e do Desenvolvimento, mas a do campo de estudos que se dedica a entender a Ajuda Externa como uma ferramenta de política externa, junto à disciplina das Relações Internacionais (PANKAJ, 2005).

A análise da ajuda externa como uma ferramenta de política externa integra diversas linhas teóricas de Relações Internacionais. Em linhas mais liberais, os estudos de ajuda externa buscam interpretar tal mecanismo sob a lógica cooperativa, demonstrando as intenções dos Estados em cooperar entre si em uma agenda comum por meio da interdependência, inseridos em um contexto globalizatório (LANCASTER, 2007; PANKAJ, 2005). Os liberais idealistas acreditam no argumento moral como um fator que leva os Estados a promoverem ajuda externa aos países em desenvolvimento (PANKAJ, 2005, p. 117).

Nas vertentes realista e neorealista das Relações Internacionais, os elementos que permeiam a análise da ajuda externa e sua promoção pelo Estado ganharam amplo destaque. Sob este viés de análise, a ajuda externa constitui, "[...]

primeiramente, uma ferramenta de diplomacia pragmática” (LANCASTER, 2007, p. 3, tradução nossa). Nesse sentido, para George Liska (1960) e Hans Morgenthau (1962), a ajuda externa é um instrumento, exclusivamente, de poder político; desconsideram-se, portanto, elementos econômicos e moral/humanitários, por exemplo. Morgenthau expandiu essa visão da ajuda externa como instrumento de poder político, afirmando que esta é “[...] uma inovação real que a idade moderna introduziu nas práticas de política externa” (1962, p. 301, tradução nossa). Durante as décadas de 1970 e 1980, muitos estudos foram realizados a fim de determinar modelos que explicassem as razões que fundamentam a ajuda externa estatal em termos bilaterais (LANCASTER, 2007). Esses estudos acabaram por conceber a ajuda externa por meio dos interesses que os doadores tinham em relação aos países recipientes. Essa concepção foi bastante influenciada pelo perfil da ajuda externa norte-americana no contexto político da Guerra Fria (LANCASTER, 2007).

As vertentes marxistas, dependentistas e pós-modernas se dedicaram a compreender a ajuda externa mediante análises centradas nos países receptores, de acordo com o modelo tradicional de ajuda que envolve países doadores desenvolvidos e países receptores em desenvolvimento. Esses teóricos analisam a ajuda externa no contexto das relações Norte-Sul (PANKAJ, 2005, p. 118), observando-a como “[...] uma ferramenta dos Estados dominantes no centro do capitalismo mundial para ajudá-los a controlar e explorar países em desenvolvimento” (LANCASTER, 2007, p. 3, tradução nossa).

John Degenbol-Martinussen e Poul Engberg-Pedersen (2005, p. 16-17) salientam possíveis motivos que levam os Estados a promoverem ajuda externa. Dentre esses motivos, destacam-se aqueles relacionados à economia, segurança nacional, ambiental e moral/humanitarismo.

A partir da abordagem sobre ajuda externa nas teorias das Relações Internacionais, duas amplas perspectivas acerca de sua efetividade para o desenvolvimento são identificadas. De um lado, temos aqueles teóricos que concebem a ajuda externa como algo benéfico, que contribui efetivamente para o desenvolvimento e, em uma perspectiva macro, leva à paz e à prosperidade entre os Estados doadores e receptores. Esta vertente que acredita na capacidade da ajuda externa como promotora de desenvolvimento e de harmonia no âmbito das relações internacionais está relacionada com as visões liberais (PANKAJ, 2005, p. 105).

Os realistas e neorealistas não partilham dessa visão cooperativa da ajuda

externa, focando apenas nos elementos referentes aos interesses domésticos dos Estados. Dessa maneira, o desenvolvimento é um resultado possível, mas não consiste em objetivo primeiro desses atores. A presente dissertação concebe a ajuda externa como uma ferramenta do pragmatismo dos Estados, conforme destaca a teoria neorrealista. Apesar de o desenvolvimento não ser o principal objetivo dos Estados, este pode ser uma das consequências da interação entre doadores e receptores no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

Do lado oposto à visão pró-ajuda externa, há ainda os teóricos que acreditam que a ajuda externa não leva ao desenvolvimento, já que fatores econômicos exógenos não seriam eficazes na geração de desenvolvimento econômico. Para tais teóricos, muitas vezes, contrários à ajuda externa no âmbito das Relações Internacionais, a ajuda externa representa um comportamento Imperialista dos Estados doadores, revelando um tipo de relação Estatal hierarquizada (PANKAJ, 2005, p. 105). Esse pensamento está associado às perspectivas marxistas, condizente com seu enfoque nas relações de poder entre doadores e receptores.

Lancaster (2007) adiciona um elemento fundamental para entender esta perspectiva teórica, que também será válida para esta dissertação. A autora destaca um elemento não abordado na literatura até aqui citada, referente à importância das políticas domésticas dos Estados, quando estes planejam suas estratégias de ajuda externa (LANCASTER, 2007, p. 4). A ajuda externa diz respeito, em grande parte, “[...] ao que acontece dentro das fronteiras do governo doador” (LANCASTER, 2007, p. 4, tradução nossa). A importância política doméstica para a agenda da promoção de ajuda externa será abordada no capítulo dois desta dissertação a partir do entendimento de algumas questões domésticas chinesas relacionadas a questões regionais e internacionais.

A presente dissertação utilizará a perspectiva teórica neorrealista no entendimento da ajuda externa como um instrumento de política externa do Estado e modo de alcançar os interesses utilitários do Estado doador, conforme inicialmente destacado por Liska (1960), Morgenthau (1962) e também por Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (2005). No caso da análise da cooperação chinesa para o desenvolvimento, a perspectiva neorrealista dos interesses do doador também será vista sob a ótica das dinâmicas domésticas conforme proposto por Lancaster (2007). O próximo tópico abordará mais a fundo o uso da ajuda externa como ferramenta de política externa e exercício de poder, de acordo com o modelo de análise escolhido.

1.1.2 Motivos para a Promoção de Ajuda Externa: o Modelo de Interesses do Doador

A cooperação para o desenvolvimento por meio da promoção de ajuda externa conta com motivações tanto da ordem do país doador quanto do país receptor. A presente dissertação enfatizará que o entendimento acerca dos interesses dos países doadores é fundamental para perceber a agenda de cooperação para o desenvolvimento dentro do escopo das Relações Internacionais. O “modelo de interesses do doador”, proposto por Alfred Maizels e Machiko Nissanke (1984), embora concebido no contexto da Guerra Fria, apresenta elementos político-econômicos importantes para a análise dos meios e motivos por trás da cooperação chinesa para o desenvolvimento no Sudeste Asiático, seguindo a escolha da perspectiva teórica neorrealista sobre a promoção chinesa de ajuda externa na região.

O “modelo de interesses do doador” apresenta três categorias de classificação, que estarão presentes na análise proposta nesta dissertação. A primeira categoria versa sobre os interesses políticos e de segurança dos doadores, incluindo tanto interesses que podem ser compartilhados com os Estados receptores quanto aqueles que são exclusivos dos doadores¹¹ (MAIZELS; NISSANKE, 1984, p. 884). A segunda categoria trata sobre os interesses de investimentos dos países doadores, estes, segundo os autores, estariam relacionados com a manutenção da rentabilidade dos investimentos feitos pelos países doadores em países receptores anteriormente à promoção de ajuda (MAIZELS; NISSANKE, 1984, p. 884). Por fim, a última categoria elaborada pelos autores é referente aos interesses comerciais dos países doadores. Esta categoria está associada à promoção de ajuda externa àqueles países parceiros comerciais (MAIZELS; NISSANKE, 1984). A busca por estes interesses por meio da ajuda externa constitui em um ativo exercício de poder por parte dos Estados doadores.

¹¹ Apesar de Maizels e Nissanke utilizarem uma lógica de promoção de ajuda externa norte-sul, concebendo os doadores como Estados desenvolvidos e os receptores com Estados em desenvolvimento, é possível perceber os interesses políticos e de segurança em uma lógica sul-sul. Em sua obra sobre os doadores de ajuda externa emergentes, Emma Mawdsley (2012) destaca que os Estados doadores também possuem interesses estratégicos quando participam da cooperação para o desenvolvimento. As mudanças político-econômicas no cenário mundial têm contribuído para o destaque dos países em desenvolvimento e seu protagonismo, trazendo os seus interesses para o centro do debate acerca da cooperação para o desenvolvimento. Nesse sentido, a autora destaca a (re)-emergência da China nesta agenda, o seu crescente protagonismo internacional e a importância do estudo dos fatores que a levam a promover ajuda externa.

As categorias enunciadas pelos autores não são a única possibilidade para analisar os fluxos de ajuda externa entre doadores e receptores, entretanto contam com elementos centrais para o entendimento da ajuda externa como uma ferramenta de política externa, que levam em conta recursos de poder materiais e imateriais. Além disso, traz elementos que conectam a esfera doméstica e externa dos países doadores a fim de complementar as análises dos motivos que levam à promoção de ajuda externa e, conseqüentemente, os meios encontrados para tal.

No âmbito desta dissertação, os interesses chineses em sua cooperação para o desenvolvimento no Sudeste Asiáticos serão explorados com base em sua política externa e exercício de poder na região, sem desconsiderar os seus elementos domésticos. No que versam as três categorias acima, o capítulo dois desta dissertação contará com um panorama temático, um político e de segurança e outro econômico e comercial, de modo a perceber os elementos centrais de cada categoria no caso chinês.

Antes de avançar no entendimento das características, histórico e peculiaridades da agenda de cooperação chinesa para o desenvolvimento por meio da promoção de ajuda externa, faz-se necessário apresentar o conceito de poder no âmbito das Relações Internacionais, tanto em sua versão ocidental quanto chinesa. Assim, será possível perceber estes interesses dos Estados em promover ajuda externa, juntamente com a capacidade destes em converter seus recursos de poder e de elaborar estratégias de poder para tal finalidade.

1.1.3 Conceito de Poder: perspectiva Ocidental e Chinesa

O conceito de poder é amplamente disseminado nos estudos de Relações Internacionais, principalmente no que diz respeito às tipologias elaboradas por Joseph Nye (2011). Apesar da ampla utilização das tipologias de Nye (2011) para os estudos das Relações Internacionais, algumas ressignificações são necessárias para o entendimento das dinâmicas de política externa chinesa na atualidade.

Em sua obra, Nye (2011, p. 5-6) destaca a possibilidade de haver diversas interpretações acerca do conceito de poder, a depender do contexto no qual está inserido e dos valores e interesses daqueles que o analisam. Assim, ao pensarmos na política externa chinesa contemporânea, ao longo de suas transformações históricas e com suas diversas peculiaridades, é necessário refletir sobre a estratégia

que a envolve, no tópico a seguir, indo além dos conceitos mais tradicionais de poder.

Nye (2011) define poder segundo duas esferas: a primeira delas concerne o poder definido como recursos, e a segunda, referente à definição de poder como resultados comportamentais. Ou seja, poder pode ser compreendido com base em seus recursos materiais, associados a recursos econômicos e militares, e imateriais, relacionados com a capacidade de um Estado em alcançar comportamentos favoráveis em outros Estados por meio do uso de uma estratégia de atratividade e/ou coerção (NYE, 2011, p. 10).

Sendo assim, no que diz respeito a países em desenvolvimento, tais como Índia e China, o autor propõe um questionamento acerca da capacidade destes Estados em converterem seus recursos em resultados comportamentais. Apesar de reconhecer que tais Estados possuem destacados recursos materiais, grandes populações e economias pujantes, Nye acredita que a capacidade de atrair ou coagir outros atores depende, em grande parte, do contexto e da habilidade de cada Estado em questão (NYE, 2011, p. 10).

Ainda segundo o autor, é necessário estar atento não apenas ao contexto, mas também às estratégias dos Estados na complexa relação entre recursos e resultados comportamentais. As estratégias de conversão de poder (NYE, 2011, p. 10) relacionam-se com os meios e objetivos dos Estados e, para Joseph Nye, incluem *soft power* e *hard power* aplicados de maneira eficiente em diferentes contextos, resultando no denominado *smart power*.

A abordagem das tipologias de *soft power* e *hard power* na obra de Joseph Nye (2004; 2011) entende que *soft power* está relacionado a recursos intangíveis e que *hard power* está relacionado a recursos tangíveis. Segundo a definição do autor, *soft power* “[...] é a habilidade de afetar os outros através de meios cooptativos de estruturação de agendas, persuasão e geração de atração positiva com o objetivo de obter resultados favoráveis” (NYE, 2011, p. 21, tradução nossa). Nesse escopo proposto sobre *soft power*, os recursos associados a ele, geralmente, estão relacionados às ideias, aos aspectos culturais e aos valores dos Estados. Contudo, a perspectiva de *soft power* possui outras interpretações extremamente valiosas para o entendimento da estratégia de poder chinesa.

Soft power e *hard power* são amplamente comentados no âmbito político chinês, sendo frequentemente enunciados por líderes políticos. Conforme destaca Mingjiang Li (2009, p. 1-2), em 2006, o então Presidente Hu Jintao destacou a

importância que recursos de *soft power* e *hard power* exerciam no aumento do status internacional da China, bem como no aumento de sua influência. Tendo em vista a importância de tais tipologias e seu uso a nível doméstico na China, Chen Zhimin e Chang Lulu (2013, p. 7) propõem uma interpretação diferenciada, com base no conceito de "*soft use of power*" elaborada por Mingjiang Li (2009).

O "*soft use of power*" compreende que recursos materiais, tais como os econômicos e militares, podem gerar um resultado comportamental de atração. Nesse sentido, Chen e Chang (2013, p. 8, tradução nossa) acreditam que

[...] ao promover ajuda militar e econômica, segurança, investimentos, mercados e matérias-primas, um país pode desenvolver o poder de atração por meio de interesses materiais, e assim ter a habilidade de influenciar o comportamento de outros países.

Na concepção de que tanto os recursos materiais quanto os imateriais podem gerar um comportamento de atração, o "*soft use of power*" ocorre por meio de diferentes mecanismos a depender dos recursos utilizados (CHEN; CHANG, 2013, p. 8). Li (2009, p. 6) destaca que parte dos autores chineses que discorrem sobre a estratégia chinesa de poder entendem que todo tipo de recurso, material e imaterial, pode ser convertido em *soft power* e *hard power*, a depender do contexto em que estão inseridos. Dessa maneira, o *soft power* chinês pode ser amplamente entendido sob o "modelo chinês"¹², composto por elementos tais como multilateralismo, diplomacia econômica e uma política de boa vizinhança (LI, 2009, p. 6). De modo a entender o "*soft use of power*" e o modelo chinês, segundo as características mencionadas, o tópico seguinte trará os principais pontos da estratégia de poder da China atualizada, seguido de uma análise da utilização dos recursos de poder chineses, segundo Chen e Chang (2013).

¹² O discurso de "modelo chinês" (*Zhongguo Moshi* 中国模式), também conhecido como Consenso de Pequim, tem origem no pensamento ocidental acerca do recente desenvolvimento da China, tendo sido incorporado pela academia chinesa, sob títulos do Professor Pan Wei, por exemplo. Ao destacar características como multilateralismo, diplomacia econômica, e política de boa vizinhança, o discurso destaca um modelo de influência chinesa não belicosa. Entretanto existem grandes contrastes entre o discurso do modelo chinês e da prática. O destaque dado à criação de um mundo harmonioso é contrastada com o um aumento da assertividade chinesa na área de segurança, com destaque para os textos dos documentos e papéis brancos oficiais, bem como pela intensiva modernização no setor de defesa chinês. (SUTTER; 2012, p. 112; FERCHEN, 2013, p. 391; FEWSMITH, 2011, p. 2).

1.1.4 Estratégia de Poder Chinesa: uso dos Recursos de Poder

Tendo em vista o "modelo chinês" e a utilização de recursos materiais e imateriais sob a ótica do *"soft use of power"*, importa entender os principais eixos da estratégia de poder chinesa, de acordo com Wang Yizhou (2014). Para Wang (2014, p. 2), os principais eixos de estratégia de poder chinesa na atualidade são fruto das mudanças ocorridas na política externa chinesa com o início da liderança de Xi Jinping, em 2012¹³. Em seu artigo, o autor elenca oito pontos centrais da política externa chinesa na atualidade, que se relacionam diretamente com o *"soft use of power"* da China e com seu exercício de poder. Dos oito pontos¹⁴ destacados, cinco se mostram fundamentais para o entendimento da estratégia de poder chinesa no Sudeste Asiático e, de maneira geral, para a análise da cooperação chinesa para o desenvolvimento na região.

O primeiro deles se refere ao discurso do "sonho chinês". Segundo Wang (2014, p. 2), o 18º Congresso do Partido Comunista da China estabeleceu dois grandes objetivos a serem cumpridos, ambos relacionados ao desenvolvimento econômico da China nos próximos anos. O primeiro objetivo diz respeito ao "[...] dobrar a renda *per capita* de US\$600 para US\$1200 até 2020, de modo a tornar a China parte do clube de nações desenvolvidas" (WANG, 2014, p. 2, tradução nossa). O segundo objetivo versa sobre tornar a China "[...] a primeira potência econômica do mundo até a metade deste século, no momento da comemoração dos cem anos da formação da República Popular da China" (WANG, 2014, p. 2, tradução nossa).

Estes objetivos estão associados a um exercício de poder chinês mais ativo e que assume as capacidades e potencialidades para que a China se torne um país desenvolvido e central para as Relações Internacionais. A busca pelo desenvolvimento econômico chinês, como a primeira prioridade da liderança de Xi Jinping, associa-se com a utilização dos recursos de poder chineses, como veremos a seguir. Além disso, é possível perceber esta busca por desenvolvimento nas

¹³ Xi Jinping foi nomeado secretário geral do Partido Comunista Chinês no 18º Congresso do Partido em novembro de 2012. (Wang, 2014, p. 2).

¹⁴ Os oito pontos mencionados por Wang (2014) são referentes a promoção do "sonho chinês", ao objetivo de tornar a China uma potência marítima, ao desenvolvimento de uma nova forma de relação com os Estados Unidos, um novo pensamento acerca de sua diplomacia de vizinhança, ao estabelecimento de duas rotas da seda, elaboração de um discurso de destinos compartilhados com o continente africano, aumento da responsabilidade de grande potência da China e o estabelecimento de uma estratégia pragmática mais flexível.

relações que a China detém com a região do Sudeste Asiático e, bilateralmente, com as Filipinas, Vietnã e Camboja, conforme será visto no capítulo seguinte.

O segundo ponto destacado pelo autor, e que tem grande relevância para o exercício de poder chinês na agenda analisada nesta dissertação, é objetivo do 18º Congresso do Partido em tornar a China uma grande potência marítima. De acordo com o autor (2014, p. 2-3), a busca e o fortalecimento do poderio marítimo chinês estão relacionados com a prospecção e a exploração de recursos naturais, desenvolvimento de uma diplomacia marítima mais assertiva de modo a ampliar a influência chinesa no Mar do Sul da China e no Mar do Leste, assim como controlar e proteger estas regiões por meio de uma assertividade militar. Este objetivo está diretamente conectado com a agenda política da China com o Sudeste Asiático e também com as Filipinas e Vietnã, nas disputas no Mar do Sul da China. A agenda de cooperação chinesa para o desenvolvimento nesses países não pode ser vista de maneira dissociada da estratégia de poder e da política externa da China na agenda marítima.

O terceiro ponto enunciado por Wang (2014, p. 3-4) diz respeito à diplomacia de vizinhança da China. Assim como os Estados Unidos e os continentes africano e americano são relevantes para a diplomacia chinesa e para o desenvolvimento econômico chinês, a região asiática é considerada estratégica e relevante. De acordo com Wang, a liderança de Xi Jinping considera as regiões fronteiriças da China estratégicas do ponto de vista securitário, ambiental, econômico e diplomático (WANG, 2014, p. 4). A estratégia de poder para a região asiática, conforme o discurso oficial, tem como princípios centrais a cooperação em segurança regional sob um posicionamento chinês que busca benefícios mútuos. Dentro desta perspectiva de diplomacia de vizinhança para a Ásia, o Sudeste Asiático ocupa parcela importante, sendo alvo de uma estratégia própria, conforme será visto no capítulo seguinte¹⁵.

O quarto ponto destacado pelo autor, e de grande relevância para entendermos a estratégia de poder chinesa e seus impactos em na agenda de cooperação para o desenvolvimento, diz respeito à criação de duas rotas da seda. Segundo Wang (2014, p. 4-5), a criação de duas rotas da seda está conectada com a iniciativa *Belt and Road*, que visa à criação de conectividade, por meio de infraestrutura, entre a China e o Centro e o Sudeste Asiático. Além da conectividade

¹⁵ Poderá ser visto de maneira ampliada na Tabela 3.

por meio da promoção chinesa de infraestrutura nestas regiões, a criação de duas rotas da seda está associada à circulação de bens e moedas locais (WANG, 2014, p. 4).

No que diz respeito à parte da rota da seda marítima, na região do Sudeste Asiático, é possível perceber que a iniciativa está relacionada com a estratégia de assertividade marítima e à busca por cooperação com os países da região do Mar do Sul da China. A iniciativa também se apresenta como uma maneira de alavancar o desenvolvimento chinês e alcançar o “sonho chinês” (WANG, 2014).

Por fim, o último ponto destacado por Wang Yizhou (2014, p. 6) é referente ao aumento das responsabilidades de grande potência da China. A liderança de Xi Jinping destaca a China como uma grande potência e que, com tal *status*, responsabilidades internacionais se tornam centrais. Nesse sentido, em 2013, o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, declarou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, que “[...] a China irá participar nos assuntos globais de maneira mais ativa e compreensiva, cooperando com os demais países, enfrentando desafios globais complexos juntamente com os outros” (*apud* WANG, 2014, p. 6). O discurso de comprometimento da China com as agendas globais reforça a importância que a cooperação para o desenvolvimento representa para a política externa chinesa e seu compromisso em se estabelecer como um *agenda-setter* na área do desenvolvimento internacional.

A partir do entendimento dos principais pontos que compõem a estratégia de poder chinesa na atualidade, destacando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto de estudo desta dissertação, é entender o uso dos recursos de poder com base na perspectiva apresentada por Chen Zhimin e Chang Lulu (2013). A análise do uso dos recursos de poder da China considera os esforços destes autores em apresentar uma ressignificação dos conceitos propostos por Joseph Nye (2011), sobre as tipologias de poder, conforme destacado no tópico anterior.

Para Chen e Chang (2013), por meio de uma agenda de cooperação e financiamento para o desenvolvimento, a China adota uma estratégia *de soft hard power*, ou seja, de atratividade branda através do uso de seu poderio econômico duro. A inclusão de dois outros conceitos de poder derivados de *soft power* e *hard power*, em Chen e Chang (2013), vem ao encontro do entendimento de que todos os tipos de recursos podem gerar resultados comportamentais de atração e/ou coerção.

Nesse sentido, os autores elaboram a ideia de *hard soft power* e de *soft hard*

power. O primeiro se refere ao uso de recursos imateriais para a obtenção de resultados comportamentais coercitivos, como, por exemplo, a coerção diplomática e cultural, sendo esta última alcançada por meio da elaboração de propagandas difamatórias (CHEN; CHANG, 2013, p. 11). O segundo conceito se refere ao uso de recursos materiais para a obtenção de resultados comportamentais de atração. Dentro deste segundo conceito, os autores destacam a importância de recursos econômicos não apenas para punir, mas sobretudo para atrair outros países (CHEN; CHANG, 2013, p. 12).

Frente a esta flexibilização da relação entre recursos e resultados comportamentais na conceitualização de poder de alguns acadêmicos chineses, Chen e Chang (2013) avaliam¹⁶, de maneira qualitativa, os recursos de poder da China. Nesta avaliação, os aspectos militares, econômicos, a política externa, as instituições e a cultura são avaliados frente a seu potencial de gerar atração e coerção a outros países.

Conforme pode ser verificado abaixo (Tabela 1), por meio da análise dos resultados comportamentais alcançados por cada tipo de recurso, é possível concluir, com base na análise proposta pelos autores, que a estratégia de poder chinesa é, em grande parte, composta por uma elevada ênfase na atratividade econômica e na sua política externa (CHEN; CHANG, 2013, p. 12).

Tabela 1 – Avaliação Qualitativa dos Recursos de Poder Chineses

Resultados Comportamentais	Aspectos Militares	Aspectos Econômicos	Política Externa	Instituições	Cultura
Atração	Média	Alta	Alta	Média	Média
Coerção	Baixa	Média	Média	Baixa	Baixa

Fonte: elaborada pela autora com base em Chen e Chang (2013, p. 12).

Esta ênfase na atratividade econômica chinesa pode ser percebida desde o período das reformas econômicas¹⁷ de Deng Xiaoping, iniciadas a partir do final da década de 70. Durante a ajuda chinesa ao Sudeste Asiático no contexto da crise

¹⁶ Em sua avaliação os autores também trazem um comparativo com os recursos de poder dos Estados Unidos e da União Europeia, mas, para o propósito da presente pesquisa, serão aqui analisados apenas os recursos de poder chineses.

¹⁷ No âmbito das reformas promovidas por Deng Xiaoping, podemos destacar as “quatro modernizações”, projeto originalmente desenvolvido durante a Era Mao Zedong, em 1964, e adaptado no final da década de 1970 por Deng (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

financeira em 1997 (LUM; MORRISON; VAUGHN, 2008, p. 2) e, atualmente, com as agendas promovidas por Xi Jinping, conforme destacado anteriormente, também é possível verificar esta ênfase. A atratividade econômica chinesa será abordada no capítulo dois desta dissertação por meio do estudo das relações da China com a região do Sudeste Asiático. Além disso, será possível perceber tal atratividade econômica *vis-à-vis* a uma agenda política para a região a partir da análise de dados empíricos da promoção chinesa de ajuda externa.

A liderança de Xi inclui diversos elementos de atração econômica e de política externa relacionados à "diplomacia de grande potência"¹⁸. Os elementos de maior destaque são a criação do *Belt and Road Initiative* (BRI) e do *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), bem como o fortalecimento da Organização de Cooperação de Shanghai (SCO, da sigla em inglês) (CHU; CHANG, 2017, p. 105). As aplicações destes recursos econômicos e de política externa, através da criação e do fortalecimento de iniciativas regionais e internacionais, trazem resultados comportamentais de atração, que possuem como objetivo o aumento da influência chinesa e o estabelecimento do país como um *agenda-setter*.

De acordo com Chen e Chang (2013, p. 18), além da atração, a estratégia chinesa também possui elementos de "proteção". Tais elementos podem ser explicados pelas características de respeito à autonomia e soberania presentes em sua política externa. Ao utilizar uma estratégia de atração-proteção, é possível verificar um discurso chinês relacionado com os bons vínculos diplomáticos, ênfase nas relações econômicas, participação multilateral e um exercício de *agenda-setter* comedido. Todavia, nem sempre um exercício de poder por meio da atração implica em uma ação estatal benigna e uma estratégia de poder livre de interesses.

Para analisarmos os elementos enunciados e inseri-los na agenda da cooperação chinesa para o desenvolvimento, a seção seguinte discorrerá sobre o histórico, princípios e funcionamento desta cooperação. Tal entendimento se faz necessário para ampliarmos as bases da compreensão dos esquemas de ajuda

¹⁸ A "diplomacia de grande potência" remonta a uma formulação de política externa do período de Jiang Zemin, que durante tal período se referia à busca chinesa por uma atuação mais significativa na região da Ásia-Pacífico apesar de estar ainda buscando alavancar seu próprio desenvolvimento. Durante sua fase inicial, este discurso diplomático estava apenas associado à região da Ásia-Pacífico em grande parte devido à extensiva presença e poder norte-americano na região. A adaptação de Xi Jinping a este discurso diplomático conta com o posicionamento da China em um patamar de maior igualdade frente à presença dos EUA na região, bem como, adicionando maior assertividade na atuação chinesa na região (JOHNSON, 2014, p. 21-22).

externa chinesa.

1.2 COOPERAÇÃO CHINESA PARA O DESENVOLVIMENTO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, PRINCÍPIOS E FUNCIONAMENTO

O debate acerca da cooperação chinesa para o desenvolvimento tem emergido com intensidade em paralelo ao debate sobre os novos doadores, ou doadores emergentes, nas políticas de cooperação para o desenvolvimento. Embora o país tenha um longo histórico como doador e receptor de assistência ao desenvolvimento, desde sua formação, em 1949, o aumento de sua pujança econômica e assertividade política tem chamado a atenção para o exercício de seu poder por meio da promoção desta agenda nos países em desenvolvimento.

De acordo com Hartmut Sangmeister (2011, p. 2, tradução nossa), a China "[...] como um doador emergente vem perseguindo uma estratégia na qual interesses de política externa e política econômica estão conectados com os objetivos de política do desenvolvimento". Assim, conforme visto anteriormente, a emergência chinesa na área de assistência ao desenvolvimento está, em grande parte, conectada com a sua estratégia de "uso brando de poder" por meio da atração econômica e de política externa. Para aprofundarmos este entendimento, a seguir, será realizada uma breve compreensão do histórico da cooperação chinesa para o desenvolvimento e da evolução de sua concepção.

1.2.1 Histórico e Evolução da Cooperação para o Desenvolvimento na Perspectiva chinesa

Com a evolução histórica da promoção e recepção de cooperação para o desenvolvimento por parte da China nos últimos 60 anos¹⁹, a perspectiva acerca desta cooperação possui alguns elementos centrais. A cooperação chinesa para o desenvolvimento ou a assistência chinesa para o desenvolvimento é pensada de maneira diferente daquela proposta por atores do CAD-OCDE, como visto anteriormente (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 6). A concepção chinesa sobre esta

¹⁹ A evolução histórica da promoção e recepção de cooperação chinesa para o desenvolvimento se refere a um período de 60 anos, já que tem como início o período de formação da República Popular da China em 1949 até os dias atuais.

modalidade de cooperação tem grande ênfase na promoção de ajuda externa (*duiwai yuanzhu*), investimentos e comércio com os países receptores (PING, 2010, p. 126), e um discurso de relações sul-sul e de benefícios mútuos. Além disso, a promoção de ajuda externa chinesa se encontra nas bases da política externa da China desde a sua formação nacional em 1949 (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 5).

Entender o histórico da cooperação chinesa para o desenvolvimento, com base tanto em sua experiência como receptora quanto como doadora, é muito importante para compreender seus objetivos e a inserção desta agenda em sua estratégia de poder. De acordo com Deborah Brautigam (2011, p. 11), além de ter uma ênfase diferente daquela do modelo Ocidental²⁰, a ajuda externa chinesa é em grande parte influenciada por sua própria experiência no campo da assistência para o desenvolvimento.

O início da promoção chinesa de ajuda externa é datado na década de 50 e contava majoritariamente com uma influência marcadamente ideológica. Durante a liderança de Mao Zedong (1949-1976), a assistência chinesa ao desenvolvimento por meio de sua ajuda externa foi em grande parte centrada em um internacionalismo comunista (ZHOU, 2017, p. 2). Este internacionalismo tinha como característica principal um comprometimento em promover ajuda àqueles que tinham passado pelas mesmas circunstâncias de exploração e de opressão que a China (ZHOU, 2017, p. 2). Durante este período, a ajuda externa chinesa era influenciada pelo passado pós-colonial da China e por sua ideologia comunista. Um exemplo marcante da ajuda externa chinesa de cunho ideológico, que pode ser destacado, foi a promoção de ajuda externa para a porção comunista do Vietnã²¹. O país foi o primeiro receptor de ajuda externa chinesa, principalmente ajuda militar (COOPER, 2016, p. 3). Durante o início dos anos 1950, a China enviou ajuda para o país, que passava por conflitos com a França. Com o fim da ajuda soviética para o Vietnã em 1961, Mao aumentou os empréstimos para o país, oferecendo um empréstimo de US\$157.5 milhões (COOPER, 2016, p. 4). As relações sino-vietnamitas na esfera da ajuda externa

²⁰ Ao contrário da abordagem ocidental, que concebe a promoção do desenvolvimento com o objetivo de eliminação da pobreza, a abordagem chinesa concebe como objetivo principal da promoção do desenvolvimento a busca de riqueza e poder (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p.11). Além disso, de acordo com Zhang Haibing (2017) uma característica única da Ajuda Externa chinesa é a sua "co-progressividade", isto é, sua capacidade de aprender, praticar e compartilhar ao mesmo tempo em que oferece ajuda e busca seu próprio desenvolvimento.

²¹ Neste período era o Vietnã do Norte que recebia ajuda da China de Mao Zedong (COOPER, 2016, p. 2).

tiveram início em um contexto ideológico e, mesmo com a mudança de paradigma da cooperação chinesa para o desenvolvimento, o país continuou a figurar como um importante receptor de ajuda chinesa, conforme será visto mais adiante.

Ao promover ajuda em outros países com experiências semelhantes às suas, a China promovia uma estratégia de ampliação do seu internacionalismo comunista e dos valores de seu modelo maoísta para os países parceiros (CHIN; FROLIC, 2007, p. 4). A ajuda externa ao Camboja neste período também representava esta estratégia. A ajuda de Mao ao Camboja estava centrada em fortalecer o país e criar uma base de apoio chinesa na região do Mekong. Durante a década de 1960, a China enviou ajuda sob forma de acordos, doações e projetos completos (COOPER, 2016, p. 17). A parceria sino-cambojana continuou a ser estratégica para a China na região do Mekong mesmo depois do fim da ajuda externa ideológica chinesa.

Outro interesse muito presente durante este período inicial era evitar que os países parceiros reconhecessem Taiwan. Nesse sentido, a estratégia de promoção de ajuda externa visava a atrair economicamente países parceiros para garantir um resultado político específico: o de que a República Popular da China era a única representante do povo chinês (CHIN; FROLIC, 2007, p. 4).

A estratégia inicial chinesa de promoção de ajuda externa expandiu-se. O que, inicialmente, era focado em países como a Coreia do Norte e o Vietnã, durante os anos 50 e 60 (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 7), foi ampliado também para o continente africano. Além de reforçar o discurso internacionalista chinês, esta expansão também cumpria com um papel econômico. Após ajudar no processo de emancipação de diversos países africanos, a China se engajou economicamente com estes parceiros (ZHOU, 2017, p. 3).

Com a viagem de Zhou Enlai a Gana em 1964, foram elaboradas as diretrizes centrais do pensamento chinês acerca de sua cooperação econômica para outros países. No documento intitulado "8 Princípios²² do Governo Chinês para a Ajuda Econômica e Assistência Técnica para Outros Países", elaborado em 1964, a China confirmou a ampliação do alcance geográfico de sua ajuda externa, reforçando o

²² Os oito princípios elencados por Zhou Enlai foram: (1) igualdade e benefícios mútuos; (2) respeito à soberania dos países recipientes; (3) ajuda econômica sem juros ou a juros baixos com repagamento estendido; (4) geração de desenvolvimento independente; (5) promover projetos com custos baixos e resultados rápidos; (6) alta qualidade na ajuda ofertada; (7) transferência de técnicas para o setor operacional dos países recipientes; (8) os especialistas chineses envolvidos na ajuda externa a outros países teriam acesso as mesmas condições de vida dos especialistas locais. (ENLAI, 1964).

interesse chinês em ampliar suas relações político-econômicas (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 7). O documento também destacou alguns elementos fundamentais para a concepção chinesa de cooperação para o desenvolvimento, presentes até os dias de hoje em sua atuação nesta agenda. Entre alguns dos elementos mais conhecidos da cooperação chinesa para o desenvolvimento estão os benefícios mútuos, o respeito à soberania dos países parceiros, as não-condicionalidades e a geração de um desenvolvimento autossuficiente (ENLAI, 1964).

A partir da década de 70, a estratégia de promoção de ajuda externa por parte da China começou a mudar, quanto as parcerias realizadas, com base nos interesses nacionais chineses e no discurso inaugurado nos "8 princípios" de Zhou Enlai (CHIN; FROLIC, 2007, p. 4). Durante este período, a liderança de Mao Zedong adotou estes princípios básicos não apenas a fim de alcançar seus objetivos político-econômicos, mas também a fim de transparecer um comportamento diferente²³ daquele adotado pelos Estados Unidos e pela União Soviética no campo da ajuda externa (CHIN; FROLIC, 2007, p. 5). Com a morte de Mao e com o processo de reformas adotadas na China, muitos dos elementos centrais acerca da promoção chinesa de ajuda externa foram mantidos adicionando a eles maior pragmatismo. Além da manutenção dos princípios destacados nos "8 princípios", a ênfase no desenvolvimento de cunho econômico também permaneceu como elemento central.

Durante a liderança de Deng Xiaoping (1978-1992), os princípios que guiaram as políticas de desenvolvimento da China estavam alinhados com a Teoria dos Três Benefícios. De acordo com esta teoria, o desenvolvimento estaria associado "[...] à melhoria das forças produtivas da sociedade socialista, com o aperfeiçoamento da capacidade abrangente do Estado e com a melhoria do padrão de vida das pessoas" (DENG *apud* ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 11, tradução nossa).

Ainda durante a liderança de Deng Xiaoping, foi possível verificar a expansão das relações da China com outros países na esfera de sua ajuda externa para além dos alinhamentos ideológicos. Foi a partir da década de 1980 que a China começou a enviar ajuda externa para as Filipinas, um dos atores centrais das relações da China com o Sudeste Asiático (COOPER, 2016, p. 27). A partir deste período, é possível

²³ Conforme destacado por Radelet (2006), durante o período da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética utilizavam suas estratégias de promoção de ajuda externa de modo a garantir e fortalecer suas respectivas zonas de influência. Este comportamento denotava pouco comprometimento com o desenvolvimento autônomo dos países receptores e sim uma preocupação associada ao impacto político da ajuda externa.

verificar o envio de cooperação técnica e ajuda econômica para Manila. As relações sino-filipinas, no que diz respeito à ajuda externa, marcam um novo paradigma, focado menos na ideologia e mais em interesses político-econômicos pragmáticos, tendo em vista os desafios que permeiam estas relações na área da segurança e da diplomacia marítima.

Esta ênfase econômica e os valores destacados no discurso de promoção de ajuda externa por parte da China desde meados da década de 60 foram mantidos e ampliados na elaboração do Documento Branco sobre Ajuda Externa de 2014, um dos mais recentes documentos sobre ajuda externa chinesa. Com a elaboração do Documento Branco sobre Ajuda Externa Chinesa, em 2011, o governo chinês reafirmou grande parte dos elementos destacados no documento seminal de Zhou Enlai, além de apresentar um discurso que tenta diferenciar o modelo de ajuda chinês daquele mais tradicional. O documento branco de 2011, apesar de contar com uma continuidade de discurso político, refletiu o interesse da China em responder às preocupações²⁴ levantadas pela Comunidade Internacional acerca de sua emergente atuação no campo da ajuda externa (ZHANG; GU; CHEN, 2015).

Além dos princípios já enumerados anteriormente, o documento conta com dois novos aspectos. O primeiro deles diz respeito à ajuda externa chinesa “[...] se manter realista enquanto busca pelo melhor. [...] promovendo-a dentro do alcance de suas habilidades e de acordo com suas condições nacionais” (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011, p. 3-4, tradução nossa). O segundo diz respeito à busca por inovação e adequação da ajuda externa às novas experiências, ajustando os mecanismos de promoção de modo a sempre buscar por melhorias (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011). O documento também se dedica a reiterar a posição de que a ajuda externa chinesa é concebida como uma forma de cooperação sul-sul²⁵, em sua concepção, decorrente do grau de horizontalidade entre doador e receptores (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 11).

²⁴ As preocupações da comunidade internacional acerca da atuação chinesa no campo da ajuda externa estão relacionadas ao posicionamento não-intervencionista chinês no que diz respeito a questões políticas internas dos países parceiros. Um exemplo desta crítica é o envio de ajuda externa chinesa para países que são considerados como violadores dos valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, conforme concebidos nos moldes ocidentais.

²⁵ "Através da ajuda externa, a China tem consolidado relações amistosas e cooperação econômica e comercial com outros países em desenvolvimento, tem promovido cooperação sul-sul e tem contribuído para o desenvolvimento comum da humanidade" (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011, p. 2, tradução nossa). Além disso, o Documento Branco de 2011 tem como objetivo destacar o comprometimento do governo chinês em ampliar a sua cooperação sul-sul, tendo em vista o respeito que este tem aos valores enunciados nos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas.

O discurso de cooperação para o desenvolvimento em moldes sul-sul promovido pela China é alvo de debates e críticas (LIN; WAN, 2015). Com um discurso de igualdade, respeito e benefícios mútuos, reciprocidade e não-interferência em assuntos internos, é inegável que a promoção chinesa de ajuda externa também faz parte de uma estratégia de ampliação de relações diplomáticas e econômicas com os países parceiros, de modo a contribuir com uma estratégia de poder de criação e ampliação de preferências.

Dentro deste embate entre o discurso e as práticas da cooperação chinesa para o desenvolvimento, a sua agenda contemporânea de promoção de ajuda externa inclui uma estratégia conhecida como "grande ajuda" ou Tríade para a Cooperação para o Desenvolvimento (PING, 2010). A estratégia de "grande ajuda" consiste em aliar a promoção de ajuda externa, laços comerciais e de investimento direto. Conforme destacado por Zhou Baogen²⁶ (*apud* PING, 2010, p. 127), o uso da "grande ajuda" por parte da China contribui para a criação de novas oportunidades para as empresas chinesas, a promoção de investimentos diretos e o desenvolvimento do poder brando chinês perante os países parceiros.

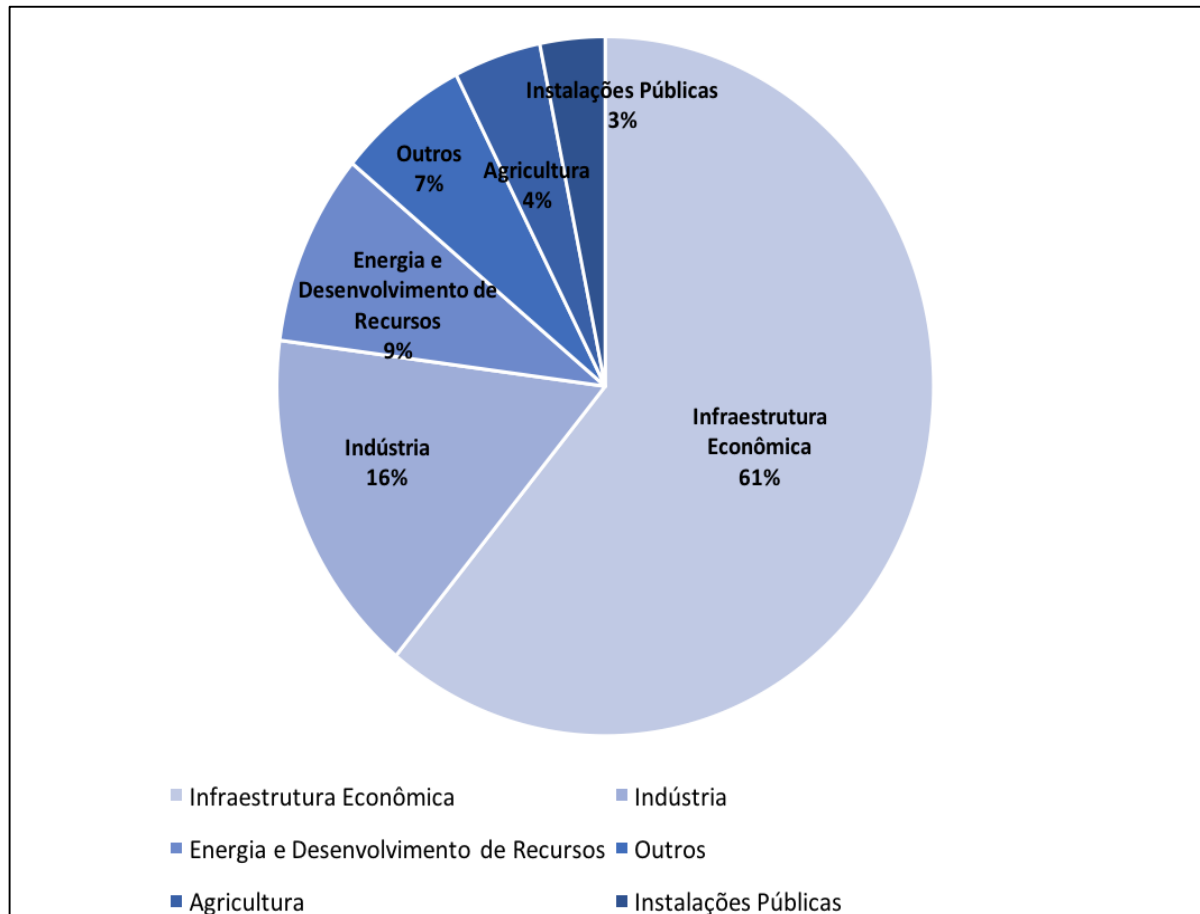
De acordo com o documento branco de 2011 e sua versão atualizada de 2014, a promoção chinesa de ajuda externa inclui diversas modalidades.²⁷ Estas modalidades, quando combinadas à estratégia de "grande ajuda", ampliam a estratégia de poder chinesa por meio da atração.

Conforme pode ser verificado no Gráfico 1, mais da metade dos empréstimos concessionais chineses em 2009 estavam relacionados à promoção de infraestrutura econômica nos países parceiros. Estes números destacam a ênfase chinesa no desenvolvimento por meio da modernização e criação de infraestrutura econômica básica e a importância que este setor possui em sua estratégia de atração econômica.

²⁶ Pesquisador do Centro de Pesquisa de Ciências Fiscais.

²⁷ A Ajuda Externa Chinesa inclui as seguintes modalidades: projetos completos, bens e materiais, cooperação técnica, cooperação para o desenvolvimento de recursos humanos, cooperação na área da saúde, ajuda humanitária emergencial, alívio de dívidas e programas de voluntariado. (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011).

Gráfico 1 – Distribuição Setorial de Empréstimos Concessionais da China (ao final de 2009)



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Documento Branco sobre Ajuda Externa Chinesa (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011).

A ênfase em empréstimos concessionais direcionados para projetos completos, principalmente na área de infraestrutura econômica, pode ser verificada em uma das mais recentes iniciativas governamentais da China no âmbito da “grande ajuda”. A *Belt and Road Initiative* (BRI) é centrada na promoção de infraestrutura e conectividade entre a China e a Ásia Central, Sul e Sudeste Asiático, Rússia e Europa. Além de promover infraestrutura e conectividade, a iniciativa envolve cooperação para o desenvolvimento, comércio, investimentos e uma ferramenta de política externa chinesa (JIE, 2017).

Apesar de a BRI ser relacionada ao discurso chinês de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento, para alguns autores a iniciativa também é associada a uma diplomacia de “armadilha de débito” ou diplomacia da dívida (CHELLANEY, 2017). As análises relacionadas a esta diplomacia da dívida não entendem os projetos realizados como necessariamente ruins, mas questionam o grau da dependência

econômica gerada e a influência política que a China passa a exercer nos países alvo (CHELLANEY, 2017).

O Sudeste Asiático tornou-se uma das principais regiões em que tais debates críticos são levantados devido às intensas relações econômicas e comerciais e das questões políticas e de segurança sensíveis. Nesse sentido, a presente pesquisa buscará aprofundar-se nos aspectos críticos da cooperação chinesa para o desenvolvimento ao longo da análise das relações entre China e Sudeste Asiático. A fim de continuar lançando as bases do entendimento da cooperação chinesa para o desenvolvimento, em termos gerais, a próxima subseção trará alguns elementos relacionados ao funcionamento e governança da promoção de ajuda externa por parte da China.

1.2.2 Funcionamento e Governança da Cooperação Chinesa para o Desenvolvimento

A responsabilidade pela elaboração de diretrizes e pela parte operacional da cooperação chinesa para o desenvolvimento está em diversas unidades do governo chinês. No topo da hierarquia de governo do Partido Comunista Chinês (PCC), duas estruturas são responsáveis pela orientação geral das políticas a serem adotadas por outros órgãos governamentais: o Grupo Principal de Relações Exteriores do PCC e o Grupo Principal de Assuntos Estrangeiros do Conselho de Estado (CHIN; FROLIC, 2007, p. 6).

A primeira delas, o Grupo Principal de Relações Exteriores do PCC, está sob a liderança do secretário geral do partido e do presidente chinês. Abaixo deste grupo se encontra o Grupo Principal de Assuntos Estrangeiros do Conselho de Estado, sob a liderança do primeiro-ministro chinês. Esta parte da governança da cooperação chinesa para o desenvolvimento reforça a inserção desta agenda no âmbito da política externa e destaca o grau de importância desta para as demais estratégias de poder do Estado chinês.

Abaixo destas duas estruturas de alto escalão do PCC, quatro órgãos governamentais são responsáveis pela administração das concessões do governo chinês para o programa de cooperação para o desenvolvimento. Estes órgãos são o Ministério do Comércio, o Ministério de Relações Exteriores, um conjunto de ministérios que inclui o Ministério da Agricultura, da Educação e da Saúde, e o

Gabinete de Contato Internacional do Comitê Central do PCC (CHIN; FROLIC, 2007, p. 6).

Em termos ministeriais e de financiamento, o Ministério do Comércio (MOFCOM) detém grande parte do poder de financiamento governamental da ajuda externa chinesa. Em 2007²⁸, o ministério administrou 90% de toda a ajuda concessional chinesa (CHIN; FROLIC, 2007, p. 7). Ainda em relação ao financiamento da ajuda externa chinesa em nível estatal, os dois principais bancos nacionais responsáveis pela extensão de empréstimos concessionais são o Export-Import Bank (EXIM Bank) e o Banco de Desenvolvimento Chinês (BDC).

Entretanto, como visto anteriormente, a “grande ajuda” chinesa é elaborada, operada e financiada tanto no âmbito estatal quanto no âmbito das empresas chinesas. A relação entre Estado e empresas chinesas possui linhas pouco definidas no que diz respeito a sua ajuda externa e, em grande parte, é mencionada na literatura sobre o tema como “ajuda vinculada” (LANCASTER, 2007; WOLF; WANG; WARNER, 2013). Nesse sentido, compreender a participação das empresas na promoção de ajuda externa pela China torna-se tão complexo quanto fundamental para entender o exercício de poder chinês por meio desta agenda e seus interesses últimos.

Conforme destacado por Yanbing Zhang *et al.* (2015, p. 20), o setor de negócios na China aumentou seu protagonismo nas atividades da cooperação chinesa para o desenvolvimento em paralelo ao período da política *Going Global*²⁹. Os incentivos gerados pela política do *Going Global* contribuíram para o aumento do protagonismo das empresas chinesas na formulação e na articulação da política externa chinesa e em decorrência do exercício de sua ajuda externa. Conforme destaca Brautigam (2011), a criação de novos mecanismos que conectam os setores da “grande ajuda”, entre eles a criação do EXIM Bank e do Banco de Desenvolvimento da China, favorecem a inserção das empresas chinesas.

Na tabela abaixo (SNELL, 2015, p. 11), é possível verificar o engajamento dos mecanismos de finanças para o desenvolvimento do Banco de Desenvolvimento da

²⁸ Conforme destacado em relatório do centro de pesquisa RAND, os dados oficiais chineses sobre a uso de seus recursos para a ajuda externa e até mesmo a distribuição de recursos por cada região recipiente é vaga e desatualizada. Segundo o centro de pesquisa, as publicações com este tipo de dados oficiais datam de um período entre 2007-2011, com base em programas de ajuda externa chinesa do período de 2000-2007. (WOLF; WANG; WARNER, 2013, p. 7-8).

²⁹ A estratégia política conhecida como “*Going Global*”, emergiu em 1999 como um reflexo da ambição chinesa no âmbito global e da cooperação. Durante seu período inicial esta política aproveitou do *boom* no comércio internacional a fim de investir em mercados globais. (CHINA POLICY, 2017).

China e do China Exim Bank e seu status vinculante em grande parte associado às exportações. Além disso, é possível destacar como estes bancos financiadores atuam de modo a ampliar a atratividade comercial chinesa junto a empresas e governos estrangeiros. No terceiro capítulo, será possível ver esta ajuda vinculada inserida em um contexto empírico e político-econômico.

Tabela 2 – Instituições Chinesas no Regime de Saída de Financiamento para o Desenvolvimento

Fonte	Mecanismo	Status "Vinculante"	Beneficiários
China Development Bank	Empréstimos não-concessionais e linhas de crédito	Podem ser vinculados a exportações	Governos Estrangeiros e Empresas Estrangeiras
	Suporte de Investimento no Exterior	Podem ser vinculados a exportações	Empresas Chinesas
China Exim Bank	Créditos de Exportação ³⁰ Preferenciais	Vinculados a exportações	Empresas Estrangeiras
	Créditos de Exportação de Compradores	Vinculados a exportações	Governos Estrangeiros
	Créditos de Exportação de Vendedores	Vinculados a exportações	Empresas Chinesas
	Empréstimos Concessionais	Pelo menos 50% vinculados a exportações	Governos Estrangeiros
	Empréstimos Não-Concessionais e Linhas de Crédito	Podem ser vinculados a exportações	Governos Estrangeiros e Empresas Estrangeiras
	Suporte de Investimento no Exterior	Podem ser vinculados a exportações	Empresas Chinesas

Fonte: adaptado pela autora com base na tabela elaborada por Sabrina Snell (2015, p. 11).

Apesar de não estarem oficialmente listadas na governança da ajuda externa chinesa, as empresas estatais chinesas ocupam papel central no sistema de "grande ajuda". Zhang *et al.* (2015, p. 21) destacam que, além de toda a governança, a elaboração de diretrizes e a alocação dos recursos feitas por órgãos do governo, a implementação dos projetos fica a cargo das empresas estatais chinesas. Os exames de exequibilidade de alguns projetos também ficam por conta de algumas empresas, quando não são feitos pelo MOFCOM.

A participação de empresas no processo de promoção de ajuda externa reflete os interesses da China em buscar novos mercados, expandir seus

³⁰ De acordo com a OCDE (2018), créditos de exportação são "acordos de seguro, garantias ou financiamentos que permitem que um comprador estrangeiro de bens exportados e/ou serviços adie o seu pagamento durante um período de tempo".

investimentos e ampliar a presença de suas empresas para além de seu território. Empresas estatais são favorecidas com "[...] regulações comerciais preferenciais e empréstimos a juros baixos" (ZHANG; GU; CHEN, 2015, p. 21, tradução nossa), como uma maneira de aumentar a influência chinesa nos países receptores de ajuda, bem como ampliar a competitividade destas empresas.

1.3 CONCLUSÃO PARCIAL

Ao promover cooperação para o desenvolvimento, a China está em busca de ganhos econômicos e políticos, indo além da busca por recursos naturais brutos. Conforme destacado por Wioletta Nowak (2015), ao longo de toda sua história como doadora de ajuda externa, a China buscou alcançar diferentes objetivos de política externa. A autora destaca que os objetivos da China, ao promover ajuda externa para países em desenvolvimento no século XX, envolvem os aspectos econômicos e comerciais, não desconsiderando a busca por recursos naturais estratégicos, tais como os recursos energéticos (NOWAK, 2015, p. 208). A busca pela facilitação comercial e de investimentos evidenciada por Nowak (2015) como um dos objetivos centrais da ajuda externa chinesa aparece na estratégia de Grande Ajuda promovida pelo país. Os interesses diplomáticos e políticos também são enfatizados e destacados pela autora, principalmente no que versa sobre a promoção chinesa de ajuda externa para a Ásia.

Após analisarmos as bases conceituais e de funcionamento da promoção chinesa de ajuda externa, foi possível perceber alguns elementos estratégicos e críticos que envolvem o exercício da política externa chinesa relacionada à cooperação para o desenvolvimento na atualidade. Além disso, identificou-se a existência de um paralelo entre a estratégia de poder chinesa de atração econômica e o exercício da presente agenda. O discurso de ajuda externa chinesa, elaborado de forma a ser diferenciado e inclusivo, faz parte de uma estratégia de atração de novas parcerias. Os empréstimos a baixos juros também fazem parte desta atratividade na esfera da cooperação para o desenvolvimento. Entender estes elementos em termos mais amplos se torna fundamental para compreender os objetivos políticos e econômicos da ajuda externa chinesa para o Sudeste Asiático especificamente.

Para isso, esta dissertação avançará sua análise para compreender as relações entre a China e a região dentro do recorte temporal proposto, percebendo o

lugar relativo da agenda da cooperação, por meio da seguinte problemática: como os principais eventos políticos que pautam a relação da China com países do Sudeste Asiático dialogam com os principais fluxos de finanças para o desenvolvimento na região, sobretudo os relacionados com o setor da infraestrutura econômica? No sentido de entender esta busca chinesa por ganhos econômicos e pela criação e aprofundamento de preferências político-diplomáticas com os países do Sudeste Asiático, o próximo capítulo apresentará um *background* das relações político-econômicas da China com países da região nos últimos vinte anos.

2 CHINA E SUDESTE ASIÁTICO: POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA A REGIÃO (1997-2017)

Este capítulo tem como objetivo compreender a importância que o Sudeste Asiático ocupa na política externa chinesa. Para tanto, serão analisadas diversas agendas com vistas a entender o exercício de poder chinês por meio da promoção de cooperação para o desenvolvimento, suas motivações e resultados.

Ao entendermos a política externa chinesa para a região do Sudeste Asiático, verificamos a presença de elementos econômicos, políticos e estratégicos, que compõem uma relação multifacetada. Nesse sentido, este capítulo fará uma análise dos principais desdobramentos das relações entre a China e o Sudeste Asiático, entre 1997 e 2017, com ênfase nestes diversos elementos. O capítulo está dividido em três partes, de forma a entender: a) os eixos de inserção e influência chinesa na região em moldes teóricos; b) a evolução da política externa chinesa para o Sudeste Asiático frente aos principais eventos que norteiam estas relações; c) e as relações bilaterais da China com as Filipinas, Vietnã e Camboja a partir de 1997.

2.1 EIXOS DE INSERÇÃO E INFLUÊNCIA CHINESA NO SUDESTE ASIÁTICO A PARTIR DOS ANOS NOVENTA

Com o final da Guerra Fria e início dos anos noventa³¹, a projeção chinesa no Sudeste Asiático sofreu alterações e elaborações, as quais são importantes para o entendimento das relações com a região nos dias de hoje. As formulações estratégicas, político-econômicas e institucionais chinesas para a região seguem um padrão³² adotado pelo país em grande parte de suas relações internacionais contemporâneas, decorrentes do crescimento econômico chinês e de seu maior protagonismo. O discurso de política externa chinesa a partir do pós-Guerra Fria, não apenas para o Sudeste Asiático, passou a conter elementos como "interesses mútuos,

³¹ O recorte temporal escolhido tem como início a década de 90, já que considera este período como o que apresenta eventos e agendas importantes, e em constante transformação no que diz respeito às relações China e o Sudeste Asiático. Assim, este período foi escolhido com base no marco da Crise Financeira do Sudeste Asiático (1997) e queda da influência japonesa na região (SUTTER, 2012, p.206). Tendo em vista que estas relações são históricas e remontam a períodos anteriores ao final do século XX e início do século XXI, se fez necessário pontuar um marco de início mais recente, e alinhado a temática em análise nesta dissertação.

³² Este padrão mencionado corresponde aos valores mencionados no discurso de "modelo chinês", conforme visto no primeiro capítulo desta dissertação.

paz e desenvolvimento" (SUTTER, 2012, p. 205, tradução nossa). Estes elementos marcam uma mudança de comportamento chinês na região, que, até a década de 70, buscava alinhamentos ideológicos, e que chegou a entrar em conflitos com países como o Vietnã, em 1979, e a apoiar insurgências em países como o Camboja, em um período entre 1967 e 1975 (SUTTER, 2012).

Com as modificações no modelo econômico maoísta e a adoção das reformas econômicas, por meio das Quatro Modernizações de Deng Xiaoping no final da década de 70, a China passou a ter uma aproximação mais pragmática e de atração econômica com o Sudeste Asiático (WONG, 1984, 6-7). Apesar da diminuição dos conflitos armados na região, o processo de crescimento econômico da China e seu consequente protagonismo levaram a um aumento de sua assertividade e do investimento em recursos militares a partir da década de 90 (SUTTER, 2012). Em meio a essa atuação regional, que mistura diversos tipos de recurso de poder, com resultados comportamentais tanto de coerção quanto de atração, se faz necessário compreender como se deu a inserção e exercício de poder chinês no Sudeste Asiático.

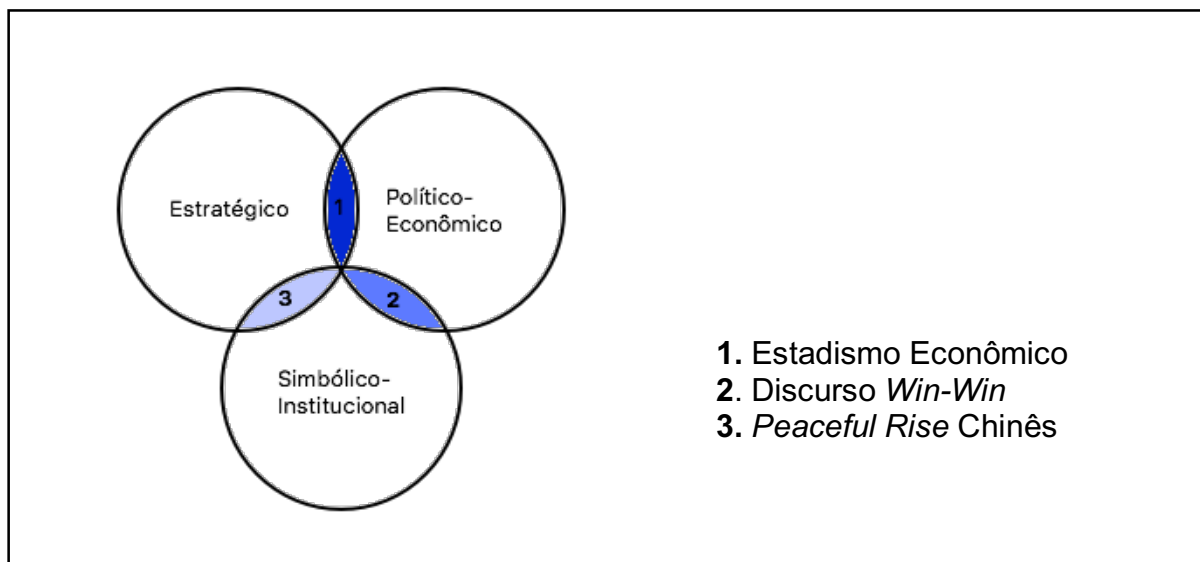
Nesse sentido, propomos compreender a inserção e a influência chinesa na região por meio de uma ferramenta conceitual. Desse modo, podemos perceber alguns aspectos particulares das relações entre China e Sudeste Asiático por meio de um modelo conceitual dos canais de projeção externa chinesa no Sudeste Asiático. Este modelo contém aspectos estratégicos e de segurança, de economia-política e de presença simbólico-institucional (HENDLER, 2017).

Como será visto na próxima seção deste capítulo, os aspectos estratégicos ficam por conta das disputas no Mar do Sul da China e da ampliação do poderio militar chinês a partir década de 90. A ampliação deste poderio militar é acompanhada de uma mudança no perfil estratégico da doutrina militar chinesa, no que diz respeito à adoção de um perfil mais intensivo e ofensivo, com ênfase na projeção do país no entorno da Ásia-Pacífico (HENDLER, 2017). Os aspectos político-econômicos serão percebidos no que concerne a uma ênfase comercial e financeira, aliando uma busca pragmática por parceiros econômicos com base em interesses políticos. Tais desdobramentos político-econômicos das relações da China com o Sudeste Asiático podem ser destacados a partir da atuação chinesa na crise financeira de 1997, quando a China desvalorizou sua moeda e criou condições financeiras favoráveis para os países da região afetados pela crise (SHAMBAUGH, 2005, p. 68). Por fim, os aspectos

simbólicos e institucionais ficam por conta das dinâmicas da diplomacia chinesa para a região. Estas dinâmicas diplomáticas estão relacionadas com o estabelecimento de laços diplomáticos formais, visitas oficiais, participação da academia, participação em organismos internacionais e na mídia (HENDLER, 2017).

A força destes elementos que compõem a tríade de inserção chinesa no Sudeste Asiático se percebe em sua individualidade, mas também em sua intersecção. Conforme pode ser visualizado no diagrama abaixo, os três elementos de intersecção desta tríade se referem a questões marcantes para as relações entre China e Sudeste Asiático desde o final da década de 90. Estas intersecções também se referem a partes fundamentais da cooperação chinesa para o desenvolvimento, conforme visto anteriormente.

Figura 1 – Diagrama dos canais de projeção externa chinesa no Sudeste Asiático



Fonte: adaptado pela autora de Hendler (2017).

A primeira intersecção resultante desta tríade refere-se ao estadismo econômico, associado à expansão capitalista da China (HENDLER, 2017), e a como o exercício da atratividade econômica chinesa pode levar Pequim a moldar resultados comportamentais de seus parceiros regionalmente. O estadismo econômico chinês é resultado da intersecção entre os elementos estratégicos e político-econômicos, envolvendo recursos de poder duros e mais tradicionais para gerar comportamentos de indução e atratividade. O segundo ponto de intersecção, resultante da combinação dos eixos de inserção político-econômico e simbólico-institucional, é o discurso de ganhos mútuos (conhecido por *win-win*). Presente amplamente na atuação

diplomática chinesa e, como analisado anteriormente, também é elemento existente nos principais documentos governamentais sobre a cooperação econômica e a ajuda externa chinesa. Este elemento é sustentado, também, pela criação e participação da China em instituições e regimes (HENDLER, 2017), desde o final dos anos 1990, com a liderança chinesa frente à crise financeira do sudeste asiático (SHAMBAUGH, 2005, p. 68).

Por fim, temos a intersecção resultante da combinação dos eixos estratégico e simbólico-institucional, representada pela política do *Peaceful Rise* chinês. Também conhecida como política de “desenvolvimento pacífico”, esta concebe o desenvolvimento chinês em termos econômicos em conjunto com a manutenção de um sistema internacional pacífico (PAN, 2006). Formulada em 2003 por lideranças chinesas, a política do *Peaceful Rise* combina elementos de cunho político-estratégico e de exercício diplomático, resultando em uma política que visa a mitigar os discursos de “ameaça chinesa” (PAN, 2006).

Ao pensarmos neste modelo de inserção e no exercício de poder chinês no Sudeste Asiático, podemos associar os eixos e intersecções mencionados com algumas agendas de influência regional chinesa nos moldes propostos por Evelyn Goh (2014). Em um estudo para medir a influência chinesa no Sudeste Asiático, Goh (2014, p. 830) analisa algumas agendas fundamentais para as relações entre a China e a região dentro dos moldes estratégico, político-econômico e simbólico-institucional. As agendas do regionalismo econômico, a estratégia de mitigação do discurso de “ameaça chinesa” e as questões de segurança envolvendo as disputas no Mar do Sul da China são algumas das agendas mencionadas pela autora que serão exploradas mais a fundo neste capítulo.

Na tabela a seguir, é possível perceber as agendas estudadas pela autora e os objetivos e resultados comportamentais esperados pela China. Goh (2014) analisa estas agendas de modo a perceber como o uso de recursos de poder leva a resultados comportamentais dos países da região alinhados aos interesses chineses. A autora explora as agendas destacadas de modo a entender como a China intensifica e mobiliza preferências similares às suas nos países do Sudeste Asiático, com o objetivo de superar problemas regionais e de alcançar objetivos pragmáticos (GOH, 2014, p. 830).

Tabela 3 – Tipologias de Influência Chinesa no Sudeste Asiático

Modo de Influência	Objetivo	Ferramentas	Agenda
Multiplicador de Preferências	Explorar a posição estrutural para obter benefícios mútuos, utilizando políticas para a geração de resultados coletivos deliberados	(Estrutural) Intensificação, Indução, Persuasão	Regionalismo Econômico
Persuasão	Contar a melhor história, garantir e convencer	Argumentação, Indução, Demonstração	Contenção do discurso de "ameaça chinesa"
Habilidade em Prevaler	Garantir que o interesse individual e as preferências estão protegidos por meio da alteração do comportamento e preferência dos outros atores	Coerção, Indução, Persuasão	Disputas territoriais do Mar do Sul da China

Fonte: adaptado pela autora de Goh (2014, p. 831, tradução nossa).

A próxima sessão terá uma análise das principais agendas das relações China-Sudeste Asiático a partir de 1997. A análise tem como objetivo entender os eixos da inserção chinesa, e o seu exercício de poder, no que diz respeito à intensificação de preferências, mitigação de discursos de ameaça e uso de atratividade econômica.

2.2 AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E SUDESTE ASIÁTICO NO PERÍODO DE 1997-2017

A compreensão das relações da China com o Sudeste Asiático envolve elementos históricos, o processo de desenvolvimento doméstico chinês e a presença de potências regionais e internacionais. Desde o final da Guerra Fria, e com o início do processo de reforma e abertura da China, as relações com o Sudeste Asiático, especificamente com os países membros³³ da Associação das Nações do Sudeste

³³ Os países membros da ASEAN são Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar (Burma), Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã. (SUTTER, 2012, p. 207).

Asiático (ASEAN), se intensificaram.

[...] Nas próximas duas ou três décadas, ou no começo do século XXI, a Ásia enfrentará uma rara oportunidade histórica de um crescimento pacífico, e o crescimento pacífico da China será parte do crescimento pacífico da Ásia. Isto não significa apenas que a reforma, abertura e crescimento da China são em parte atribuíveis à experiência e ao desenvolvimento de outros países asiáticos; isto também significa que a China, como um país asiático, terá um papel mais ativo e útil no desenvolvimento, prosperidade e estabilidade de todos os outros países asiáticos, e seus vizinhos em particular (ZHENG, 2003, p. 17, tradução nossa).

O trecho acima, retirado de parte do discurso elaborado pelo pensador chinês Zheng Bijian durante o Fórum de Bo'ao para a Ásia em 2003, reflete uma mudança de perspectiva chinesa frente à região, conforme destaca David Shambaugh (2005) em sua pesquisa sobre o engajamento chinês no Sudeste Asiático. Segundo Shambaugh (2005, p. 67) o engajamento da China com o Sudeste Asiático sofreu alterações significativas a partir dos anos 1990. A partir deste período, percebemos a atuação chinesa no resgate aos países da região durante a crise financeira de 1997, as interações pós-Tiananmen e maior comprometimento chinês com o multilateralismo regional (SHAMBAUGH, 2005, p. 67-68). Estes elementos reforçaram o comprometimento chinês com o desenvolvimento, prosperidade e estabilidade dos seus países vizinhos, conforme enunciado por Zheng. Tais aspectos das relações da China com países do Sudeste Asiático serão analisados a seguir.

2.2.1 A Crise Financeira de 1997 e as aproximações simbólico-institucionais entre China e Sudeste Asiático

As relações da China com os países da ASEAN são, em grande parte, fundamentadas em processo de transformações domésticas, regionais e internacionais nos eixos político-econômico, estratégico e simbólico-institucional (NOGUEIRA; HENDLER, 2016). As alterações significativas que passaram a ocorrer nas relações China-ASEAN a partir da década de 1990 foram, majoritariamente, decorrentes da influência de um processo iniciado em meados da década de 1970 sob a liderança e reformas de Deng Xiaoping.

Com o processo de modernização e reforma econômica, o lançamento das

“Quatro Modernizações” e processo de *de-maoisação*³⁴, a partir de 1975, percebemos uma aproximação pragmática da China com alguns países da ASEAN (WONG, 1984, p. 6-7). Em 1975, as Filipinas e a Tailândia reconheceram diplomaticamente a China, o que foi acompanhado de uma aproximação de cunho econômico em 1978, com o fornecimento de petróleo chinês a preços baixos (WONG, 1984, p. 6-7). Em termos simbólico-institucionais, com a emergência da liderança pragmática de Deng Xiaoping, entre 1979 e 1980, temos a primeira visita oficial do líder chinês à Tailândia, Malásia e Singapura. Com este último país, foi firmado um acordo de intercâmbio de representantes comerciais em 1980 (WONG, 1984, p. 6-7). O processo de reformas internas na China e seu consequente desenvolvimento econômico passaram a atrair os países da região, bem como a tornar a perspectiva chinesa mais pragmática quanto a suas parcerias.

Ainda no âmbito simbólico-institucional, as reações de alguns países da região às violações de direitos humanos durante o massacre de Tiananmen, em junho de 1989, passaram a denotar um comportamento de maior engajamento dos países da ASEAN em relação à China a partir do final dos anos 80 (SHAMBAUGH, 2005, p. 67-68). Frente a um momento de isolamento e sanções por grande parte da comunidade internacional, os governos tailandês e malaio se posicionaram de modo a considerar o massacre como assunto interno chinês. Ainda neste contexto, a liderança de Lee Kuan Yew, em Singapura, estruturou uma aproximação da ASEAN junto à China, apesar de se posicionar de maneira mais crítica que as lideranças tailandesas e malaias. Esta campanha diplomática de aproximação por parte dos países da ASEAN representou o interesse político-econômico do grupo em relação a Pequim, mostrando apoio em um momento de crise (SHAMBAUGH, 2005, p. 68).

Os interesses político-econômicos acompanhados de uma atuação simbólico-institucional se tornaram novamente relevantes nas relações entre a China e os países da ASEAN. Desta vez, a iniciativa veio do lado chinês, durante a crise financeira de 1997, um dos principais marcos das relações contemporâneas da China com a região.

A crise financeira de 1997, que atingiu grande parte do Leste Asiático, incluindo as Filipinas, a Malásia e a Indonésia, teve como característica fundamental

³⁴ Durante o 12º Congresso do Partido Comunista Chinês, em setembro de 1982, o governo chinês intensificou o processo interno de liberalização das políticas, levando a um processo de *de-maoização*, declarando repúdio a Revolução Cultural. Juntamente a este processo, a economia chinesa foi aberta ao comércio internacional e ao recebimento de investimentos estrangeiros (WONG, 1984, p. 8).

"[...] a acentuada desvalorização de suas moedas, em relação ao dólar e a queda substancial nos preços de ativos em seus mercados acionários" (CANUTO, 2000, p. 26). Como resultado destes fatores, as economias sofreram retiradas de capital, levando a uma queda acentuada nas reservas de moedas estrangeiras nos países em questão. O capital que ingressava na Ásia, em torno de US\$93 bilhões em 1996, passou a ser retirado da região em quantidades próximas a US\$12 bilhões (CANUTO, 2000, p. 26).

Tendo como seu gatilho com a desvalorização do Baht, a moeda tailandesa, em 15% (CANUTO, 2000, p. 27), a crise se alastrou para outros países da região, incluindo outros membros da ASEAN. A atuação chinesa frente à crise que acometeu a região contribuiu para alavancar a diplomacia periférica chinesa para a maior participação do país no regionalismo econômico da ASEAN, assim como para fortalecer a mitigação do discurso de "ameaça chinesa". De acordo com Shambaugh (2005, p. 68, tradução nossa), a assistência chinesa aos países do Sudeste Asiático, no contexto da crise financeira de 1997, contribuiu para mitigar "[...] a imagem prevaiente na região da China como indiferente ou hegemônica e começou a substituí-la por uma imagem da China como potência responsável".

As medidas adotadas pela liderança de Jiang Zemin (1993-2003) foram cruciais para o resgate dos países acometidos pela crise. As ações da China para o estabelecimento de um reequilíbrio econômico-comercial na região tiveram em grande parte como causa o interesse da diplomacia chinesa em retomar um ambiente regional estável, priorizando o desenvolvimento econômico de seus vizinhos como uma ferramenta fundamental para dar continuidade ao seu próprio desenvolvimento. Além disso, as medidas adotadas para auxiliar os países do Sudeste Asiático afetados pela crise financeira fizeram parte do reengajamento da China na região (SHAMBAUGH, 2005), e do início de um exercício de liderança chinesa no Sudeste Asiático, ocupando o lugar deixado pelo Japão e por Taiwan.

Nesse sentido, a primeira medida de relevância adotada pela China foi a não-desvalorização do *yuan*³⁵, de modo a evitar o aumento dos preços de suas exportações frente ao Sudeste Asiático (LANTEIGNE, 2009, p. 120). Em combinação com esta primeira medida, o governo Chinês conseguiu providenciar assistência financeira aos países mais atingidos pela crise, por meio da transferência de US\$1

³⁵ Diferentemente de Taiwan, país altamente presente na região neste período, e que decidiu desvalorizar sua moeda nacional frente ao contexto de crise em 1997 (LANTEIGNE, 2009, p. 120).

bilhão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (LANTEIGNE, 2009, p. 120). Esta transferência ao FMI foi redirecionada ao resgate econômico da Tailândia. A China também atuou no resgate econômico-financeiro dos países da região por meio da concessão de empréstimos a juros baixos, em contraponto aos altos juros cobrados pelo FMI (SHAMBAUGH, 2005, p. 68).

Por meio destas medidas, a China passou a ser vista na região como "[...] uma ilha de estabilidade e um crescente pivô econômico" (LANTEIGNE, 2009, p. 120), tornando-se o principal contribuinte do desenvolvimento regional inserido na ASEAN +3 (composto pela China, Japão e Coreia do Sul). O sucesso das medidas adotadas pela China frente à crise financeira da Ásia contribuiu também para o aumento da percepção das lideranças chinesas de sua capacidade em exercer uma liderança regional efetiva (SHAMBAUGH, 2005, p. 68).

2.2.2 Aspectos econômicos das relações entre China e Sudeste Asiático a partir de 1997

A partir das medidas e do posicionamento adotados pela China frente à crise financeira que acometeu o Sudeste Asiático no final da década de 1990, é possível perceber uma intensificação das relações econômicas e comerciais do país com a região durante a primeira década dos anos 2000. Ainda em 1997, a China e a ASEAN estabeleceram o Comitê de Cooperação Conjunta ASEAN-China (SUTTER, 2012, p. 207-208). O comitê ficou responsável pela discussão e cooperação nos setores político, econômico, de segurança, científico e tecnológico. Dentro deste contexto, o Presidente Jiang Zemin, em 1997, liderou uma delegação chinesa para o 30º aniversário da ASEAN em Manila, firmando a primeira declaração conjunta com a organização (SUTTER, 2012, p. 208). De acordo com Goh (2014, p. 832), o comércio da China com o grupo cresceu de US\$8 milhões em 1980 para US\$178 bilhões em 2009. Estas relações comerciais são caracterizadas por um grande déficit dos países da ASEAN frente à China, que, durante o período de 2000-2008, aumentou em seis vezes seu déficit (STRAIT TIMES, 2010).

Ainda no que versam os aspectos econômico-comerciais, já sob a liderança de Hu Jintao (2003-2013), foi possível verificar a ênfase em desenvolvimento econômico e relações comerciais, acentuada na política externa chinesa deste período. Esta ênfase, novamente, está associada ao desenvolvimento doméstico

chinês e à sua busca por um status de grande potência, bem como pela geração de dinamismo econômico com a região como um instrumento de inserção estratégica e político-econômica de peso. Conforme aponta Goh (2014, p. 834, tradução nossa), “[...] a China não utiliza seu dinamismo econômico para simplesmente induzir ou coagir, mas sim como um catalisador e multiplicador de forças para converter preferências compartilhadas em integração econômica regional real”.

Gill *et al.* (2016, p. 18) destacam que a China representou, em 2013, 14% do volume total das relações comerciais do Sudeste Asiático. Em termos de investimentos, no período de 2012-2014, os fluxos de investimentos da China para a região representaram 11.3% do total de investimentos estrangeiros diretos (IED) na ASEAN, superando os investimentos norte-americanos para o grupo (cerca de 8.8%) (GILL *et al.*, 2016, p. 18-19).

A agenda econômica não se desenvolveu de forma isolada dos demais aspectos que pautam as relações da China com o Sudeste Asiático. Esta também aparece como ferramenta da agenda de segurança chinesa na região, assim como uma maneira de fazer um contraponto à presença econômica e militar dos EUA. Um caso marcante deste uso durante a liderança de Hu Jintao se refere às negociações entre China e Filipinas nas disputas do recife de Mischief. Após as descobertas das estruturas permanentes chinesas no recife, em 1995, o governo Filipino agiu junto à ASEAN para cobrar negociações multilaterais com a China. Entretanto, em 2004, Manila mudou seu enfoque multilateral nas negociações das disputas com a China pela assinatura de um acordo secreto com Pequim (GOH, 2014, p. 842). O acordo fez parte de um pacote de acordos bilaterais assinados entre China e Filipinas, de grande potencial econômico para alguns setores filipinos, que pressionou a Presidente Arroyo para a assinatura, durante negociações bilaterais, de acordos sobre disputas territoriais com a China. Este pacote de acordos reverteu-se em US\$1.6 bilhões em investimentos e empréstimos e em assistência militar de US\$1 milhão (GOH, 2014, p.843). O acordo sobre disputas territoriais gerou ainda o início de pesquisas conjuntas acerca do potencial energético do arquipélago das Spratlys.

Sendo assim, a indução econômica chinesa com as Filipinas serviu como uma maneira de evitar a internacionalização das negociações das disputas territoriais e alcançar um resultado favorável do ponto de vista estratégico e econômico (GOH, 2014, p. 842). Além disso, tal indução econômica serviu para garantir uma aproximação econômica e militar com as Filipinas, um dos países da ASEAN mais

próximos dos EUA, principalmente no campo da cooperação militar.

Durante o primeiro decênio do século XXI, também foi possível verificar uma aproximação da China com países da ASEAN na área de infraestrutura. A promoção da infraestrutura está amplamente conectada com a agenda econômica da China com a região, apresentando-se igualmente em moldes iniciais, a partir de 2012, na política externa de Xi Jinping e seu estadismo econômico. Conforme destaca Robert Sutter (2012, p. 217, tradução nossa),

[...] uma das dimensões mais concretas e duradouras da melhora nas relações econômicas da China com o Sudeste Asiático veio sob a forma de uma ampla variedade de estradas, ferrovias, geração de energia, malha energética, e conexões de gasodutos que integraram a China ainda mais com aqueles países fronteiriços do Sudeste Asiático.

A presença dos bancos regionais de desenvolvimento já pôde ser percebida na geração desta infraestrutura, que, no início dos anos 2000, ainda estava conectada com a atuação do Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA). Durante este período, podemos destacar a construção de uma conexão de gasoduto entre China e Myanmar, passando pela região do Estreito de Malaca, de grande interesse geoestratégico para a China (SUTTER, 2012, p. 217).

A aproximação da China com as regiões fronteiriças de alguns países da ASEAN contribuiu para o maior contato econômico com estas, e uma maior aproximação simbólico-institucional. Esta agenda será explorada de forma mais detalhada no próximo capítulo. Na próxima sessão, serão analisados os aspectos políticos e de segurança que pautam as relações da China com o Sudeste Asiático desde 1997, a fim de perceber como estas agendas estão conectadas entre si e com os eixos de inserção chinesa na região.

2.2.3 Aspectos políticos e de segurança nas relações da China com o Sudeste Asiático a partir de 1997

Os anos 1990 também foram marcados por mudanças na perspectiva estratégica chinesa no que diz respeito ao posicionamento político da diplomacia chinesa e a sua agenda de segurança frente ao Sudeste Asiático. Com a liderança de Jiang Zemin, o discurso político da diplomacia chinesa passou a conter elementos da política denguista de *taoguang yanhui* (esconder as capacidades da China e aguardar

seu tempo), com elementos da política de *daguo zhanlue* (diplomacia de grande potência) (LANTEIGNE, 2009, p. 21). Juntas, estas duas políticas trouxeram algumas alterações no posicionamento da China frente ao seu desenvolvimento militar e na maneira como interagia com as questões de segurança regional, principalmente no que dizia respeito às disputas no Mar do Sul da China.

A adição da política de *daguo zhanlue* passou a ser refletida em uma maior assertividade chinesa durante os anos 1990, acompanhada de uma expansão nos gastos e investimentos chineses com sua defesa. Nesse sentido,

[...] desde 1997, os gastos militares chineses aumentaram em pelo menos 600% em termos reais. Como resultado, desde o final dos anos 1990, a China deixou de ter um orçamento militar menor que o de Taiwan para ter o segundo maior orçamento de defesa no mundo, superando o Japão, a França, a Rússia e o Reino Unido (BITZINGER, 2011, p. 9, tradução nossa).

A principal tensão na agenda de segurança entre China e ASEAN durante os anos 1990 estava relacionada à administração dos grupos de ilhas localizados no Mar do Sul da China (LANTEIGNE, 2009, p. 120). Os dois grupos principais de ilhas em disputa entre a China e outros países da região são as Spratlys e as Paracels (Mapa 1). O primeiro grupo é disputado por China, Taiwan, Brunei, Malásia e Filipinas e o segundo pela China e pelo Vietnã. O posicionamento chinês, desde a tomada das Paracels, em 1974, é o de que as ilhas fazem parte do território chinês desde o período imperial (LANTEIGNE, 2009, p. 121). Tamanha disputa e interesse por estas pequenas ilhas estão centrados no suposto potencial energético destas e por sua localização estratégica devido ao grande fluxo de matérias-primas para a China, e de manufaturas chinesas para exportação que passam pela região. Ou seja, os interesses chineses na região relacionam-se tanto a questões de segurança quanto econômico-comerciais.

Mapa 1 – Arquipélagos Geoestratégicos do Mar do Sul da China



Fonte: RFA (2016).

Em 1995, tensões entre China e países da ASEAN acentuaram-se em decorrência da tomada do recife Mischief, parte do arquipélago de Spratlys, pelo exército chinês (LANTEIGNE, 2009, p. 121). A tomada do recife foi acompanhada da expulsão de pescadores filipinos e da instalação de estruturas chinesas permanentes. A reação dos países da ASEAN foi de tensão moderada, com a emissão de um comunicado conjunto. O posicionamento de Pequim refletiu, em grande parte, a estratégia política do período, a qual ainda é, em certa medida, percebida em períodos mais atuais. Com tentativas de mitigar os temores de ações militares chinesas na região, principalmente no que dizia respeito a reivindicações nas Spratlys e Paracels, Pequim ainda assim não abriu mão de suas reivindicações territoriais (LANTEIGNE, 2009, p. 121).

Ao final da década de 90, e a adoção do Novo Conceito de Segurança (NCS)³⁶, o governo chinês passou a demonstrar maior versatilidade no que versava sobre as disputas territoriais com os países da ASEAN. A partir de 1997, "[...] os líderes chineses estavam mostrando maior flexibilidade em lidar com os assuntos territoriais com vários vizinhos, e estavam mais dispostos a participar em fóruns

³⁶ De acordo com Robert Sutter (2012, p.56), o Novo Conceito de Segurança (NCS) é fundamentado com base nos "Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica". O NCS determina relações igualitárias entre os Estados, com um enfoque moderado em política externa. Este enfoque moderado foi proposto em contraponto as políticas de poder utilizadas pelos EUA (SUTTER, 2012, p. 257).

multilaterais focados nestes e em outros assuntos regionais" (SUTTER, 2012, p. 210, tradução nossa).

Nesse sentido, algumas ações concretas foram tomadas pela China durante este período. Entre elas, podemos destacar o reconhecimento da Lei do Mar das Nações Unidas, acordos bilaterais com Malásia e Filipinas sobre disputas territoriais e a manifestação do desejo da China em discutir o status das Spratlys nos fóruns multilaterais da ASEAN (BA, 2003, p. 633). Além disso, em 2002, a China assinou o Acordo de Amizade e Cooperação com a ASEAN. As ações adotadas sob a NCS dizem respeito, em maioria, à tentativa chinesa de persuadir os países da ASEAN de que a sua percepção acerca do discurso de "ameaça chinesa" não era real.

Com a transição da liderança de Jiang Zemin para a liderança de Hu Jintao, algumas mudanças no discurso de política externa para a região refletiram nas agendas de inserção chinesa junto aos países da ASEAN. Hu foi extremamente beneficiado pelo trabalho de política externa feito por Jiang durante os anos 1990, como afirma Marc Lanteigne (2009, p. 20, tradução nossa),

Jiang Zemin deixou o cargo tendo feito progressos significativos no desenvolvimento das relações internacionais da China, incluindo a abertura de contato tanto com a região do Pacífico quanto com outras partes do mundo, incluindo Estados em desenvolvimento.

Sendo assim, Hu Jintao conduziu uma política externa de manutenção dos feitos alcançados nos anos 1990, juntamente com uma ênfase no desenvolvimento econômico e nas parcerias comerciais. Hu deixou de concentrar os esforços diplomáticos apenas no entorno estratégico chinês, principalmente o Sudeste Asiático, e nas grandes potências, buscando uma interação com outras regiões do globo, como a África e a Europa (LANTEIGNE, 2009; SUTTER, 2012). A política externa de Pequim, a partir de 2003, continuou a visualizar a China como um Estado com status de grande potência. A reivindicação deste status, durante a liderança de Hu Jintao, contou com os elementos do discurso de *Peaceful Rise*, nos moldes rascunhados por Zheng, mas também com os elementos referentes ao crescimento do poder de mercado e aumento do poderio militar chinês (LANTEIGNE, 2009; SUTTER, 2012).

Com o final da primeira década dos anos 2000, algumas mudanças marcantes passaram a ocorrer nas relações da China com o Sudeste Asiático. A partir de 2011,

as relações da China com os países da ASEAN passaram a ser moldadas por algumas transformações domésticas chinesas e pelo posicionamento da China frente ao rebalanceamento norte-americano³⁷ para a região.

Reafirmando parte das estratégias de política externa adotadas pelas lideranças anteriores desde a década de 90, Xi Jinping, a partir de 2013, adicionou mais assertividade aos elementos de aproximação simbólica institucional em seu “novo modelo de relações com grandes países” (GOH, 2014, p. 838). No contexto doméstico, a liderança de Xi Jinping trouxe uma ênfase no “sonho chinês” e no “grande rejuvenescimento da nação chinesa”, relacionados ao desenvolvimento do país, em um contexto de estabilidade e reforma (GILL *et al.*, 2016, p. 16). Para alcançar o rejuvenescimento nacional chinês, Xi procurou aumentar sua influência na região ao mesmo tempo em que buscou maior estabilidade e ampliação das relações internacionais da China (GILL *et al.*, 2016, p. 16).

Nesse sentido, a política externa de Xi mostra uma maior assertividade dentro de uma política de grande potência, simultaneamente, trazendo os elementos da NCS e do *Peaceful Rise*. Sendo assim, o governo chinês vem utilizando tanto sua atração econômica regional, sua argumentação contrária ao discurso de “ameaça chinesa”, quanto doses de coerção no setor de segurança regional. De acordo com Bates Gill *et al.* (2016, p. 16, tradução nossa), “Pequim tem sido incansável em exercer sua influência por meio de vários níveis de ‘charme ofensivo’ e intimidação tática em sua política externa regional, de modo a testar a posição dos EUA de garantidor de segurança da região.”

É possível notar um endurecimento no posicionamento chinês acerca das disputas territoriais no Mar do Sul da China, que vem acompanhado de um grande número de investimentos, laços comerciais e cooperação econômica com os países da região. Em 2014, a China concedeu cerca de US\$20 bilhões em ajuda externa para o Sudeste Asiático por meio de iniciativas regionais conectadas a bancos de desenvolvimento e iniciativas próprias (BLACKWILL; CAMPBELL, p. 17), com a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) e o

³⁷ Esta estratégia do governo Obama, lançada em 2009, reconhece a região da Ásia-Pacífico como um importante *locus* das relações internacionais contemporâneas e, nesse sentido, busca uma maior presença e participação dos EUA na região. O chamado “pivô estratégico” tem como premissas o reconhecimento da importância da região para a política, economia e história do século XXI, contando com uma estratégia norte-americana fundamentada na “construção extensiva dos laços diplomáticos, econômicos, de desenvolvimento, entre pessoas e de segurança com a região” (CAMPBELL; ANDREWS, 2013, p. 2, tradução nossa).

desenvolvimento da *Belt and Road Initiative*.

Juntamente com o aumento da inserção econômico-comercial da China na região, podemos perceber a atuação de Xi em sua inserção simbólico-institucional com os países da ASEAN. O discurso da liderança chinesa continuou contendo traços do discurso de ganhos mútuos e da mitigação do discurso de "ameaça chinesa", já apresentados nos escritos de Zheng Bijian (2003) e na política externa de Hu Jintao.

Desse modo, Xi continuou trazendo esta ênfase, destacando que a China deveria se aproximar amistosamente de seus vizinhos tanto na política quanto na economia. Ademais, Xi destacou, em seu discurso, a necessidade de a China assumir uma liderança responsável na região, deixando seus amigos e parceiros seguros e com as pré-condições necessárias para se desenvolverem. A fim de demonstrar essa aproximação simbólica e institucional, Xi Jinping e seu Primeiro Ministro, Li Keqiang, visitaram todos os países da ASEAN durante seu primeiro ano na liderança chinesa, "[...] com esperança de construir laços regionais mais fortes, aumentando a competitividade regional e aprofundando o crescimento econômico" (GILL *et al.*, 2016, p. 19, tradução nossa).

Nos aspectos referentes a questões estratégicas e de segurança envolvendo as relações entre a China e a região, é possível verificar algumas controvérsias da prática chinesa em relação ao seu discurso de política externa, bem como um aumento da assertividade do país nas disputas do Mar do Sul da China. As ações da China nesta agenda incluíram a invasão de Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) de outros países com os quais está em disputa, declarações próprias sobre as regulamentações da pesca em áreas em litígio, construção de estruturas permanentes no arquipélago de Spratlys e o uso de seu potencial militar no Recife Fiery Cross³⁸ (GILL *et al.*, 2016, p. 17).

A assertividade chinesa no Mar do Sul da China, a partir do final da primeira década dos anos 2000, ficou ainda mais acentuada em diversos eventos envolvendo as Filipinas e o Vietnã (GILL *et al.*, 2016, p. 17). Com as Filipinas, os litígios tiveram intensificação em 2012, quando foram descobertas embarcações chinesas de pesca na região reivindicada do Recife de Scarborough. A disputa passou a envolver participação norte-americana e acusações chinesas de militarização filipina da disputa, resultando na remoção das forças navais Filipinas da região e na manutenção

³⁸ Uso de aeronaves militares no Recife de Fiery Cross para uma evacuação médica de cidadãos chineses (GILL *et al.*, 2016, p. 17).

das embarcações chinesas e patrulhamento da China na região (GILL *et al.*, 2016, p. 17).

Em 2016, as disputas entre China e Filipinas no Recife de Mischief voltaram a se acirrar com a construção de um porto de submarinos chineses. Com a securitização norte-americana de outros países da região e reivindicações Filipinas formais junto à Corte Permanente de Arbitragem das Nações Unidas, Pequim demonstrou, novamente, uma de suas grandes sensibilidades regionais, a questão de sua integridade regional. Em julho de 2016, a corte decidiu a favor das Filipinas, reconhecendo como ilegais as reivindicações chinesas sobre a região do Recife de Mischief.

As tensões entre China e Vietnã, em 2014, aumentaram com a implantação de uma plataforma chinesa de petróleo (Haiyang Shiyou 981) na região do arquipélago de Paracel (GILL *et al.*, 2016). A implantação da plataforma foi acompanhada do envio de uma armada chinesa de mais de 100 pescadores e outras embarcações (GILL *et al.*, 2016). O posicionamento assertivo e coercitivo da China violou a soberania vietnamita e sua região econômica exclusiva de 200 milhas náuticas (GILL *et al.*, 2016). As animosidades geradas pela presença naval chinesa na região das Paracels marcaram o exercício de influência chinesa por meio da coerção e o predomínio de suas forças militares, gerando o aumento da percepção da região sobre a "ameaça chinesa".

Ao final desta seção, percebe-se que o maior desafio da inserção chinesa na região, sob os três eixos destacados na primeira parte deste capítulo, ainda está concentrado no eixo estratégico e na disseminação do *Peaceful Rise*, no que diz respeito ao seu posicionamento assertivo nas disputas do Mar do Sul da China. A seguir, serão analisadas as relações bilaterais entre a China e as Filipinas, Vietnã e Camboja, de forma a aprofundar o entendimento proposto das relações regionais da China e trazer o recorte geográfico da estratégia de pesquisa conforme proposto na introdução desta dissertação. Além de aprofundar os elementos apresentados neste tópico, a análise das relações bilaterais da China com estes países focará em elementos econômicos-comerciais e políticos-securitários. Assim, será possível entendermos a estratégia de poder da China nestes países por meio de sua promoção de ajuda externa, no capítulo seguinte.

2.3 FILIPINAS, VIETNÃ E CAMBOJA E SUAS RELAÇÕES BILATERAIS COM A CHINA A PARTIR DE 1997

Após a apresentação de um panorama geral acerca das relações entre a China e o Sudeste Asiático, especificamente com a ASEAN, sob os eixos econômicos e políticos a partir de 1997, esta sessão fará uma análise das relações bilaterais da China com as Filipinas, com o Vietnã e com o Camboja. Ainda, esta sessão apresentará um panorama bilateral das relações da China com estes países a fim de entender as principais agendas político-econômicas da China com estes países para perceber a importância destes para as relações internacionais da China no Sudeste Asiático. Assim como no panorama das relações da China com o Sudeste Asiático, apresentado ao longo deste capítulo, este panorama bilateral também contará com uma ênfase temática nos aspectos econômicos e políticos. A ênfase nestes aspectos é necessária para complementar a análise da estratégia de ajuda externa chinesa para o Sudeste Asiático e para os Estados em questão.

2.3.1 As Relações entre China e Filipinas a partir de 1997: disputas marítimas e a presença Norte-Americana

As Filipinas são um dos países mais importantes para as dinâmicas chinesas no Sudeste Asiático. Esta importância é decorrente de sua localização geoestratégica na borda leste do Mar do Sul da China, seu elevado índice demográfico e os laços político-econômicos que mantém com os Estados Unidos (KAPLAN, 2014, p. 240).

Aspectos Econômico-Comerciais

Sob forte influência norte-americana desde o começo dos anos 1900, com a expulsão dos espanhóis e presença dos EUA durante os anos seguintes, as relações entre a China e as Filipinas começaram a se adensar a partir da ascensão ao poder do Presidente Ferdinand Marcos em 1965 (ILANO, 2017, p. 85). Desde a década de 60, sob a liderança de Marcos (1965-1986), a política externa filipina passou por uma reformulação, a começar por suas relações com os demais países asiáticos (LIM, 1999, p. 8). Este processo de reformulação da política externa filipina foi acompanhado de uma desaceleração nas relações comerciais filipinas com os

Estados Unidos. Neste contexto, Marcos retomou relações diplomáticas com a China em 1975, bem como com outros países socialistas, a fim de renovar as relações comerciais das Filipinas (LIM, 1999, p. 8). Com o processo de normalização das relações sino-filipinas, a liderança de Marcos pôs fim às relações com Taiwan, reconhecendo a política de uma única China no comunicado oficial elaborado ao final deste processo (LIM, 1999, p. 10).

O presidente Marcos, cuja gestão foi marcada por um forte militarismo e corrupção, foi deposto em 1986, abrindo espaço para uma retomada democrática no país, sob influência norte-americana (KAPLAN, 2014; LIM, 1999). A liderança que assume o país em 1986 é a da Presidente Corazon Aquino (1986-1992), com um comprometimento de recuperar as Filipinas dos 14 anos de lei marcial implantada por Marcos (LIM, 1999).

No que tange às relações sino-filipinas durante este período, apesar do reconhecimento da política de uma única China por parte da liderança de Marcos, as Filipinas tiveram uma aproximação informal com Taiwan, percebida pela embaixada chinesa em Manila. De acordo com Jhino Ilano (2017, p. 87, tradução nossa),

[...] a política externa da administração de Aquino foi direcionada para Taiwan e não para a China continental. De fato, desde o início da administração de Aquino, diversas viagens não-oficiais foram feitas para Taiwan por oficiais de Aquino em todos os níveis. Membros de gabinete, legisladores, oficiais municipais, de cidades e províncias viajaram para Taiwan, presumidamente, para observar o seu programa de reforma agrária e outros projetos de desenvolvimento.

A despeito da aproximação entre Filipinas e Taiwan, o governo taiwanês retirou parte de seus investimentos em projetos industriais do país no começo dos anos 1990 em decorrência da descoberta por parte do governo filipino de controvérsias³⁹ na conduta taiwanesa na execução destes projetos (ILANO, 2017; LIM, 1999). Em sua estratégia de aproximação com Taiwan, a liderança de Aquino deixou de usufruir de uma parceria com a China em um momento em que esta estava alavancando seu desenvolvimento de maneira expressiva (LIM, 1999, p. 19). Com o final do mandato de Aquino e eleição do Presidente Fidel Ramos (1992-1998), a política econômica filipina voltou a se aproximar da China (ILANO, 2017, p. 88).

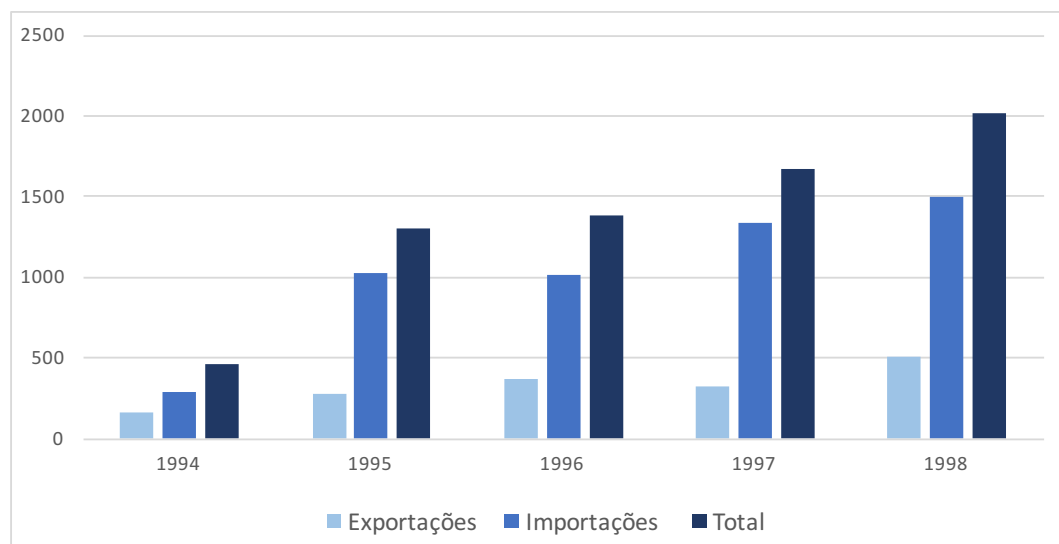
³⁹ As controvérsias estavam centradas em uma conduta considerada exploratória do subdesenvolvimento filipino àquela época e problemas de má administração no projeto da planta petroquímica de Luzon (LIM, 1999, p. 18).

Em 1993, Ramos realizou uma visita oficial à China com o objetivo de ampliar as relações comerciais entre os dois países e solucionar as tensões sino-filipinas envolvendo as disputas pelas ilhas de Spratlys (LIM, 1999, p. 19). Em termos econômico-comerciais, a visita de Ramos tratou de firmar um novo protocolo comercial com a China durante a visita. Este protocolo versava sobre a compra de manufaturados chineses, principalmente com ênfase naqueles destinados ao setor de infraestrutura, e a venda de produtos primários filipinos, com ênfase em metais e produtos agrícolas primários (LIM, 1999, p. 19).

Em retribuição à visita oficial de Ramos em 1993, Jiang Zemin visitou as Filipinas em 1996, constituindo a primeira visita de um alto oficial chinês ao país. Esta visita resultou na assinatura de acordos que tratavam sobre o estabelecimento de consulados em ambos os países, estreitando os laços diplomáticos mútuos (ILANO, 2017; LIM, 1999).

Afora a aproximação entre os dois países durante a liderança de Ramos, ocorreram tensões nas disputas marítimas entre os dois países nas ilhas de Spratlys e no Recife de Mischief. Mesmo com a elevação das tensões entre China e Filipinas em 1995⁴⁰, e com a crise financeira em 1997, o comércio entre os dois países teve um aumento significativo (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Exportações e Importações das Filipinas para/da China, 1994-1998 (em milhões de US\$)



Fonte: elaborado e adaptado pela autora com base em ILANO (2017, p. 90).

⁴⁰ Estas tensões eram decorrentes da presença chinesa na região do Recife de Mischief e da percepção de ameaça por parte de Manila (LIM, 1999, p. 21).

Entre 1997 e 1998, o comércio entre os dois países teve um aumento de 22,82%, apesar dos impactos da crise financeira na ASEAN. As relações econômicas entre os dois países tiveram resultados positivos durante o mandato de Fidel Ramos, em grande parte em decorrência de políticas adotadas pelo governo filipino e chinês (ILANO, 2017).

Com a assinatura de uma parceria bilateral entre os dois países durante a visita do presidente filipino Joseph Estrada (1998-2001) à China em 2000, e com a aproximação econômica e diplomática da Presidente Gloria Arroyo (2001-2010), percebemos um crescimento no comércio bilateral de US\$9,4 bilhões, em 2003, para US\$32,3 bilhões em 2011 (ILANO, 2017, p. 91). Esta intensificação significou um aumento em 244% nas relações comerciais, levando a China a ser a terceira maior parceira comercial das Filipinas, atrás dos Estados Unidos e do Japão (ILANO, 2017, p. 91).

Durante a liderança de Arroyo, a China direcionou grande parte de seus fluxos de AOD para as Filipinas. No período de 2001 a 2010, os empréstimos chineses totalizaram US\$1.316 bilhões, sendo uma parte deste total US\$210 milhões referentes a projetos confirmados e US\$500 milhões em projetos ainda não efetivados (GUZMAN, 2014, p. 78).

A ênfase da liderança de Arroyo no desenvolvimento econômico pode ser vista por meio da significativa aproximação com a China no período de 2001 a 2010, tornando a China um de seus principais parceiros (GUZMAN, 2014). Enquanto os presidentes anteriores visitaram a China apenas uma vez durante seus mandatos, Arroyo fez oito visitas oficiais à China durante os nove anos de sua liderança (GUZMAN, 2014, p. 84). Em paralelo a estas visitas, 65 acordos comerciais foram assinados com a China, referente aos setores da agricultura, infraestrutura, cooperação técnica e científica, bem como à cooperação marítima (GUZMAN, 2014).

A aproximação filipina da China durante este período se concretizou como uma tentativa da liderança de Arroyo em diminuir o peso das relações comerciais entre as Filipinas e os Estados Unidos (GUZMAN, 2014). De fato, o posicionamento da política externa de Arroyo foi de equidistância entre Estados Unidos e China. Enquanto estreitava os laços comerciais com a última, aproveitava a cooperação militar com os Estados Unidos, fruto da presença militar americana na região durante o período da Guerra ao Terror (BOTARDO, 2017, p. 19).

Diferentemente de Arroyo, o Presidente Aquino III (2010- 2016) estruturou sua

política externa percebendo a China como uma ameaça. Esta percepção foi provocada pelo aumento da assertividade chinesa no Mar do Sul da China, levando as Filipinas a buscarem um contrapeso militar junto aos Estados Unidos (BOTARDO, 2017, p. 19). As disputas marítimas tomaram o centro do debate das relações sino-filipinas, deixando a agenda econômica e a de investimentos de lado (RAVINDRAN, 2012, p. 112). Frente aos debates acerca das disputas marítimas com a China, as Filipinas enfrentaram mudanças em algumas regras comerciais implantadas por autoridades chinesas. O caso mais notório destas implantações no setor comercial foi o banimento⁴¹ das importações chinesas de bananas filipinas, em 2012, em decorrência de leis comerciais que deixaram mais rigorosos os padrões para importação de alimentos (WONG, 2017).

Com a eleição de Rodrigo Duterte no final de 2016, temos uma nova aproximação sino-filipina. Duterte buscou alinhamento político e vantagens econômicas enquanto minimizava os debates acerca das disputas marítimas (WONG, 2017). A abordagem mais acomodada de Duterte no que diz respeito às disputas no Mar do Sul rendeu às Filipinas investimentos e empréstimos chineses para o desenvolvimento do setor de infraestrutura filipina (WONG, 2017). As Filipinas tornaram-se membro do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e parte da iniciativa *Belt and Road* na rota da seda marítima, o que contribuiu para um aumento nas interações econômicas com a China (WONG, 2017).

Comercialmente, as Filipinas continuam importando ativamente da China, ocorrendo um aumento em 26,4% nas importações Filipinas da China entre 2016 e 2017 (WONG, 2017, p. 2). Quanto às exportações chinesas para as Filipinas, os valores em 2016 ficaram em US\$501,2 milhões, gerando um comércio bilateral total de US\$2,053 bilhões, também em 2016 (WONG, 2017, p. 2).

Aspectos Políticos e de Segurança

Ao analisarmos as relações sino-filipinas, é fundamental o entendimento acerca dos aspectos de segurança que envolvem suas disputas no Mar do Sul da

⁴¹ Este banimento foi aprovado após inspeção de oficiais chineses aos containers de bananas enviados à China. As inspeções concluíram a suposta presença de cochonilhas, indo contra as regulamentações comerciais chinesas. Este caso foi visto pela comunidade internacional como uma retaliação chinesa ao posicionamento filipino nas disputas pelo Recife de Scarborough (WONG, 2017).

China. A região é de importância estratégica em decorrência da presença de recursos naturais-chave, como petróleo e gás natural, além de sua importância para a pesca na região (EMMERS, 2005). Ademais, estas disputas pautam em grande parte a política externa de ambos os países e influenciam as demais agendas dessas relações, principalmente a econômico-comercial.

A partir de 1995, já sob a liderança de Fidel Ramos, temos um dos principais marcos nas disputas sino-filipinas no Mar do Sul na contemporaneidade. Conforme destacado no capítulo anterior, a ocupação do Recife de Mischief por parte do exército chinês e a expulsão de pescadores filipinos elevaram as tensões nas relações sino-filipinas (LANTEIGNE, 2009, p. 121; BOTARDO, 2017, p. 17; LIM, 1999, p. 21-22). As tentativas de Pequim de mitigar um eventual conflito e reafirmar seu posicionamento pacífico na região, conforme destacado pelo Presidente Jiang Zemin em sua visita às Filipinas em 1993, foram feitas por meio da ratificação chinesa da Convenção das Nações Unidas sobre as leis do mar em 1996 (BOTARDO, 2017, p. 17).

Entretanto, em 1997, a situação na região agravou-se quando a China enviou duas fragatas armadas para a região do arquipélago de Spratlys, também sob disputas e reivindicações vietnamitas (BOTARDO, 2017, p. 17). As respostas filipinas ficaram apenas no campo diplomático devido à ausência de recursos militares necessários para fazer frente à presença chinesa. As modernizações⁴² no setor militar filipino tiveram início em 1995, mas ficaram prejudicadas pela crise financeira de 1997 (BOTARDO, 2017).

Com a administração de Arroyo, as relações entre China e Filipinas tiveram uma aproximação econômico-comercial. A maior securitização filipina durante este período foi frente a questões domésticas, principalmente no que dizia respeito às insurgências muçulmanas (BOTARDO, 2017). Com o posicionamento norte-americano no Sudeste Asiático no contexto da Guerra ao Terror, em 2003, Arroyo abriu o espaço aéreo filipino para a presença militar dos Estados Unidos como uma maneira de conter as insurgências muçulmanas (BOTARDO, 2017). Além disso, treinamentos militares conjuntos entre Filipinas e Estados Unidos foram realizados.

Apesar da forte presença norte-americana nas Filipinas, em especial na esfera militar, durante este período, a China não era vista como uma ameaça. A

⁴² Desde a retirada norte-americana da Base Naval de Subic e da Base Aérea de Clark, em 1992, as Filipinas passaram a ser um dos países da região mais fragilizados no que diz respeito ao setor militar (EMMERS, 2005, p. 6).

Presidente Arroyo e o Presidente Hu Jintao estabeleceram⁴³ "relações estratégicas e de cooperação para a paz e o desenvolvimento" conjunto dos dois países (RAVINDRAN, 2012, p. 110). Nesse sentido, em 2005, as Filipinas concordaram com o empreendimento conjunto de análise sísmica marinha, no qual as empresas de petróleo do país atuavam em conjunto com empresas chinesas e vietnamitas no mapeamento e pesquisa do Mar do Sul da China⁴⁴ (RAVINDRAN, 2012, p. 110). Os avanços deste empreendimento foram prejudicados em meio a acusações de corrupção e à má conduta do governo de Arroyo (BOTARDO, 2017, p. 22).

Frente a um quadro de corrupção nas Filipinas, o sucessor de Arroyo, o Presidente Aquino III, adotou uma postura diferente daquela adotada pelo governo anterior, especialmente no que dizia respeito às disputas no Mar do Sul da China. Percebendo a China como uma ameaça na região, em grande parte em decorrência do aumento da assertividade militar chinesa, a liderança de Aquino III buscou o apoio de Washington como maneira de contrabalançar o poderio chinês.

Em 2012, com a então ocupação chinesa de algumas porções territoriais parte da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) filipina, a situação se agravou nas disputas sino-filipinas na região do Recife de Scarborough (BOTARDO, 2017, p. 22; GILL *et al.*, 2016, p. 17). Conforme destacado no capítulo anterior, a disputa pelo Recife de Scarborough envolveu a participação norte-americana⁴⁵, a manutenção das embarcações chinesas de patrulhamento com seu material bélico e pressões econômicas, tais como o banimento das importações de bananas filipinas (BOTARDO, 2017, p. 22; GILL *et al.*, 2016, p. 17; RAVINDRAN, 2012).

Em 2014, no Recife Second Thomas, localizado dentro da ZEE filipina, a China bloqueou a entrega de suprimentos por embarcações filipinas a militares que estavam estacionados em uma antiga embarcação abandonada. As suspeitas chinesas eram de que os militares filipinos estavam estacionados nesta antiga embarcação com a intenção de construir algum tipo de infraestrutura na região, que também faz parte das disputas marítimas sino-filipinas (BOTARDO, 2017, p. 22).

Finalmente, em julho de 2016, as Filipinas e a China voltaram a ter tensões

⁴³ Este discurso fez parte da visita oficial de Hu Jintao às Filipinas em 2005 em comemoração dos trinta anos de restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países (BOTARDO, 2017, p. 21).

⁴⁴ Este mapeamento e pesquisa tinha como objetivo a descoberta de fontes de energia até então desconhecidas na região (BOTARDO, 2017, p. 21).

⁴⁵ A participação norte-americana contou com o anúncio de Washington de que iria defender as Filipinas militarmente em caso de ataques no Mar do Sul da China (BOTARDO, 2017, p.22; GILL *et al.*, 2016, p. 17).

referentes à presença chinesa no Recife de Mischief. Com reivindicações formais apresentadas à Corte Permanente de Arbitragem das Nações Unidas, as Filipinas tiveram ganho de causa⁴⁶, com o reconhecimento da ilegalidade das reivindicações chinesas no Recife (BOTARDO, 2017; WONG, 2017).

Com a presidência de Duterte, desde o final de 2016, as tensões entre a China e as Filipinas, no que diz respeito às disputas no Mar do Sul da China, diminuíram. Parte da estratégia de aproximação de Duterte, um exemplo concreto da diminuição nas tensões, foi a liberação chinesa à presença de pescadores filipinos na região do Recife de Scarborough, ainda sob supervisão da Guarda Costeira chinesa (WONG, 2017). Com a visita oficial de Duterte a Pequim em 2016, os diálogos bilaterais sobre as disputas foram retomados, levando à participação das Filipinas no fórum da *Belt and Road Initiative* em 2017 (WONG, 2017).

Sendo assim, as relações sino-filipinas são centrais para as dinâmicas chinesas na região do Sudeste Asiático, constituindo um importante alvo de análise deste trabalho. A partir da fundamentação de alguns aspectos centrais dessas relações, o próximo capítulo fará uma análise destes elementos frente aos dados empíricos das finanças chinesas voltados para a promoção do desenvolvimento.

2.3.2 As Relações entre China e Vietnã a partir de 1997: a Equidistância Pragmática de Hanói

Assim como as relações sino-filipinas, as relações entre China e Vietnã são complexas, envolvendo tanto elementos de cooperação quanto de conflito. Os laços sino-vietnamitas são históricos, fazendo parte de uma longa trajetória compartilhada e marcada por questões de disputas marítimas sensíveis.

Além disso, estas relações são pautadas por uma acentuada presença norte-americana na região, particularmente no que concerne aos aspectos comerciais e militares. Nesse sentido, faz-se necessário compreender alguns dos principais aspectos político-econômicos das relações sino-vietnamitas para perceber a importância deste pequeno país na estratégia de Grande Ajuda chinesa e em sua

⁴⁶ A decisão da Corte Permanente de Arbitragem das Nações Unidas determinou que "(1) que os argumentos de soberania histórica chinesa na região não são válidos de acordo com o direito internacional; (2) que as Ilhas Spratly, incluindo Itu Aba ocupada por Taiwan, são ilhas sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; e que o comportamento dos navios chineses, ao obstruir fisicamente os navios filipinos, é ilegal" (PANDA, 2016, p. 1).

estratégia de poder na região do Sudeste Asiático como um todo.

Os laços entre China e Vietnã sofreram importantes reveses durante o período da Guerra Fria. De 1956 a 1963, a China era parceira estratégica do país durante a Guerra do Vietnã (contra os EUA), enviando ajuda militar⁴⁷ extensiva. A partir da década de 60, a parceria entre China e Vietnã sofreu uma ruptura, decorrente das divergências entre a China de Mao Zedong e a União Soviética, e das relações do Vietnã com esta última (MINH, 2013, p. 2). As relações sino-vietnamitas ficaram ainda mais desgastadas a partir da década de 70. Em 1978, o governo do Vietnã assinou um Acordo de Amizade e Cooperação com a União Soviética (MINH, 2013, p. 3). A invasão do Camboja pelo Vietnã, também em 1978, contribuiu para o aumento das tensões com a China, já que esta era aliada ao regime político cambojano. Em 1979, uma guerra fronteiriça entre a China e o Vietnã levou à suspensão de suas relações diplomáticas (MINH, 2013, p. 4; BELLACQUA, 2012, p. 9).

Ao final da década de 80, juntamente com o processo de reformas internas no Vietnã, o Partido Comunista Vietnamita (PCV) estabeleceu, como um dos elementos centrais de sua reforma econômica, a normalização de suas relações com a China. Em 1986, durante o Sexto Congresso do Partido Comunista Vietnamita, o PCV começou a estruturar sua política externa de modo a deixá-la "multi-direcional [...] ampliando as relações exteriores do Vietnã e cultivando laços com potências externas [...]" (BELLACQUA, 2012, p. 10, tradução nossa).

Assim, o processo de normalização das relações entre China e Vietnã foi decorrente do final do conflito no Camboja, com a retirada das forças vietnamitas da região e com a assinatura dos Acordos de Paz de Paris em 1991 (MINH, 2013). Os principais líderes políticos, tanto do Vietnã quanto da China, se reuniram secretamente em Chengdu para discutir a normalização dos laços entre os dois países. A Reunião de Chengdu foi seguida de uma visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Vietnã a Pequim, em novembro de 1991, na qual foi oficializada a normalização das relações sino-vietnamitas (MINH, 2013, p. 5).

Em um comunicado conjunto emitido ao final da visita, foi afirmado que ambos os países estavam "prontos para recuperar as trocas e cooperação no setor econômico, comercial, científico e tecnológico, de transportes e cultural, visando a uma normalização gradual das relações sino-vietnamitas" (GUAN,

⁴⁷ A ajuda militar chinesa ao Vietnã, durante a guerra do Vietnã, totalizou 320 milhões de yuans. Esta ajuda incluiu o envio de armamentos, munições, caminhões, aviões, embarcações navais, uniformes e equipamentos de comunicação (JIAN, 1995, p. 359).

1998, p. 2, tradução nossa).

Este processo de normalização entre China e Vietnã estava inserido na política externa chinesa da década de 90 para a região do Sudeste Asiático, no qual é possível perceber aproximação e cooperação chinesa junto aos países da região (VAUGHN; MORRISON, 2006, p. 7). De 1991 a 2000, "[...] os dois países assinaram mais de vinte documentos relacionados à cooperação econômica e comercial" (XIAOSONG; WOMACK, 2000, p. 1045, tradução nossa).

Aspectos Econômico-Comerciais

As relações comerciais entre China e Vietnã cresceram rapidamente desde a normalização de suas relações diplomáticas em 1991. Já em 1997, as relações comerciais entre os dois países totalizaram US\$1.44 bilhões (XIAOSONG; WOMACK, 2000, p. 1045). Em 2005, este valor cresceu para US\$5 bilhões (VAN; SAN, 2008, p. 369). Porém, o padrão das relações comerciais sino-vietnamitas começou a apresentar um déficit do lado vietnamita desde o começo da década de 1990. Em 2002, as importações vietnamitas oriundas da China totalizaram US\$2.15 milhões, avançando para US\$43.9 bilhões em 2014, referentes a produtos como máquinas, ferro, aço e tecidos (VAN; SAM, 2008, p. 370; HAYTON, 2015, p. 11).

Ainda no âmbito econômico, tanto o governo de Hu Jintao quanto o de Xi Jinping deram grande ênfase aos aspectos comercial, econômico e de investimentos na região do Sudeste Asiático, isto sendo verificado também nas relações da China com o Vietnã. Com a entrada do Vietnã na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2006 (HIEBERT; NGUYEN; POLING, 2014, p. 5), o país adotou uma postura de incentivo aos investimentos chineses de modo a alavancar seu desenvolvimento nacional e como uma tentativa de minimizar o seu déficit comercial com a China (HAYTON, 2015, p. 11). Em 2011, os investimentos estrangeiros diretos (IED) da China no Vietnã totalizaram mais de US\$3 bilhões, montante que ainda era superado pelos mais de US\$10 bilhões investidos em IED pelos Estados Unidos no mesmo período (HAYTON, 2015, p. 11; US DEPARTMENT OF STATE, 2014).

Aspectos Políticos e de Segurança

Outro tópico de constante debate durante o período de normalização das relações sino-vietnamitas foram as disputas territoriais e marítimas entre os dois países. Em 1993, foi assinado o acordo "Os Princípios Básicos para a Resolução de Assuntos de Fronteira Territorial" entre a China e o Vietnã. A assinatura deste documento resolveu as principais disputas territoriais entre os dois países. Os princípios básicos enumerados no documento frisavam que ambos os países não deveriam fazer o uso da força para solucionar suas pendências nesta esfera, impedindo que estas disputas levassem a uma escalada belicosa (GUAN, 1998, p. 11). Apesar desta agenda de disputas estar sendo debatida desde o final da década de 80, o tópico é um dos mais sensíveis na agenda sino-vietnamita na contemporaneidade.

As disputas no Mar do Sul da China são históricas. A região do Mar do Sul da China (MSC) é uma das linhas de comunicação marítima mais importantes do mundo, já que "[...] mais da metade do tráfego mundial de petroleiros e da frota mercante do mundo (por tonelagem) navega por essas águas todos os anos" (PEDROZO, 2014, p. 1, tradução nossa).

As disputas pelas ilhas de Paracel e Spratlys são uma das principais questões políticas e de segurança nas relações da China com o Sudeste Asiático. Embora envolva outros países, a disputa histórica⁴⁸ por estas ilhas abrange, majoritariamente, China e Vietnã.

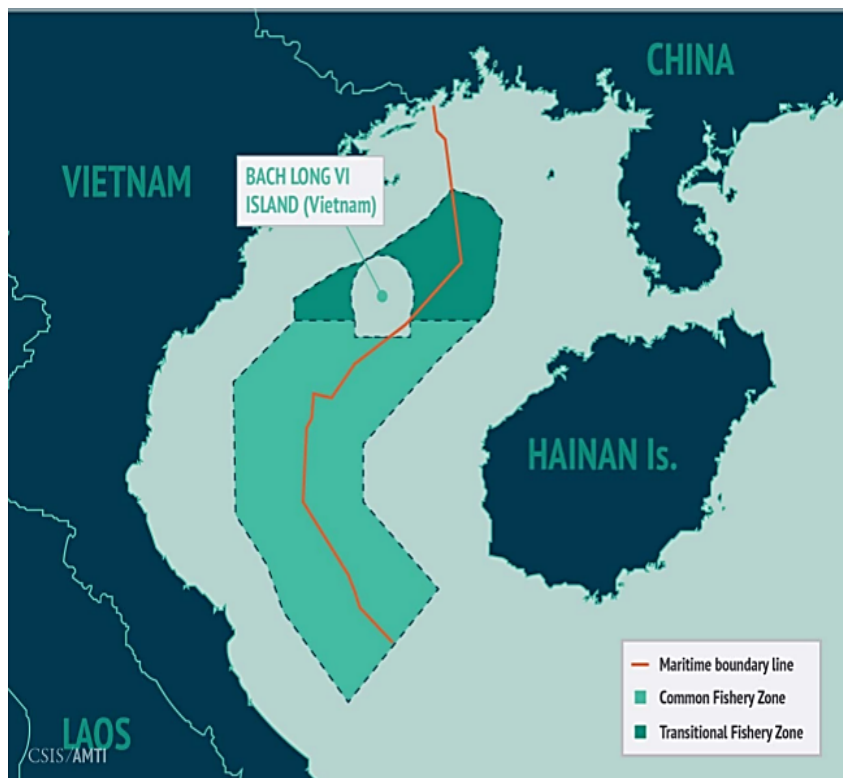
Durante o período de normalização das relações entre os dois países na década de 90, diversas reuniões foram feitas para discutir a agenda das disputas marítimas. Um Grupo Conjunto de Trabalho sobre as Spratlys foi estabelecido, debatendo e destacando a importância de negociações sobre o tema (GUAN, 1998, p. 9-10). Todavia, neste período, as conversas acerca da soberania das ilhas não tiveram avanços significativos.

Em 2000, outra disputa marítima entre China e Vietnã, desta vez no Golfo de Tonkin, foi estabelecida por meio de um acordo de fronteira. Este Acordo de Fronteira

⁴⁸ A reivindicação chinesa por estas ilhas remonta ao seu período dinástico. Suas reivindicações são fundamentadas no desenvolvimento chinês na região do Mar do Sul da China, bem como no reconhecimento internacional da sua soberania na região por meio do acordo Sino-Francês de 1887 (PEDROZO, 2014). O Vietnã também reivindica estas ilhas desde o mesmo período, com base na sua exploração econômica da região do Mar do Sul, bem como nos escritos do atlas de Hong Duc (Ibid.).

do Golfo de Tonkin foi o primeiro passo nas negociações de disputas marítimas entre os dois países, apesar de cobrir apenas uma pequena área e não versar, propriamente, sobre as questões de soberania (KARDON, 2015). Este acordo de 2000 acabou sendo seguido por um acordo suplementar em 2014, que estabeleceu três áreas especiais na região do Golfo de Tonkin (Mapa 2), "[...] a zona de pesca, a zona de organização transitória e a zona tampão para embarcações de pequeno porte" (HAYTON, 2015, p. 14, tradução nossa).

Mapa 2 – Acordo de Fronteira Marítima no Golfo de Tonkin



Fonte: Asia Maritime Transparency (2016).

Ainda referente às disputas no Golfo de Tonkin, em 2005, um incidente na região ocasionou a morte de oito pescadores vietnamitas. A solução encontrada por China e Vietnã frente ao incidente foi a cooperação ao invés de uma resposta militarizada. A PetroVietnam e a China National Offshore Oil Corporation concordaram "[...] em conduzir de forma conjunta a exploração de petróleo e gás no Golfo de Tonkin" (HAYTON, 2015, p. 14, tradução nossa).

Ainda no que diz respeito às disputas marítimas entre China e Vietnã, já sob

a liderança de Xi Jinping em 2014, ocorreu a confrontação HS981⁴⁹ na ilha de Paracel. Tal evento marcou um posicionamento chinês mais assertivo frente às questões políticas e de segurança da região, ao mesmo tempo em que as relações econômico-comerciais se tornaram mais ativas entre os dois países. Este incidente também demonstrou o posicionamento equidistante de Hanói frente à presença norte-americana no país e na região. Simultaneamente ao incidente HS981 nas Paracels, o membro do Partido Comunista do Vietnã Pham Quang foi convidado pelo Departamento de Estado dos EUA a visitar o país, sinalizando uma aproximação de Washington, durante um contexto de crise sino-vietnamita. Além disso, é possível perceber um aprofundamento dos laços cooperativos entre Vietnã e Estados Unidos como uma estratégia vietnamita de maximizar sua cooperação com grandes potências e obter recursos próprios para uma inserção mais autônoma na região, principalmente no que concerne aos mecanismos de cooperação militar. Junto à estratégia de reengajamento norte-americano na região durante a liderança de Barack Obama (2009-2017), podemos ver a aproximação entre EUA e Vietnã na assinatura de um pacote de assistência em segurança marítima em 2013 (HIEBERT; NGUYEN; POLING, 2014, p. 26). Também em 2013, temos a assinatura de uma Parceria Compreensiva entre Washington e Hanói.

Elementos políticos, assim como econômicos, comerciais e de segurança envolvendo também a presença norte-americana no país, assim como econômicos, comerciais e de segurança, tornaram o Vietnã alvo da estratégia de poder na região do Sudeste Asiático. No capítulo seguinte, serão analisados alguns projetos chineses específicos para o país e sua conexão com a estratégia de poder chinesa para a região e sua inserção bem como com a estratégia de "grande ajuda" chinesa.

2.3.3 As Relações entre China e Camboja a partir de 1997: parceria Político-Econômica na região e na ASEAN

As relações entre China e Camboja são dinâmicas política e economicamente, e marcadas pelo forte apoio cambojano ao posicionamento chinês no Sudeste Asiático e à sua agenda na ASEAN. De acordo com Rahul Mishra (2016, p. 2, tradução nossa), "[...] o Camboja é um forte apoiador da política de 'uma única China' e tem

⁴⁹ Plataforma de Petróleo Chinesa Haiyang Shiyou.

permanecido comprometido com as prioridades de segurança da China.". No âmbito regional, o Camboja é o segundo país mais pobre da região, com um Produto Interno Bruto, em 2014, de US\$16.78 bilhões (MISHRA, 2016, p. 2).

Além disso, o país tem sido o principal alvo de ajuda e investimentos chineses na região, bem como de uma extensa influência, por meio, também, de iniciativas diplomáticas, que se mostram em uma crescente desde o final dos anos 1990 (SAMBATH, 2009, p. 3). Esta iniciativa crescente corresponde à retomada da aproximação sino-cambojana com a assinatura dos Acordos de Paris em 1991. Com a derrubada do regime do Khmer Rouge⁵⁰, que contava com o apoio chinês, a liderança de Hun Sen, depois do golpe de Estado em 1997, continuou aliada à China (BIEDERMANN, 2010, p. 142; SAMBATH, 2009, p. 3). A aliança sino-cambojana se fortaleceu após o golpe de 1997 em decorrência do "banimento da ajuda bilateral norte-americana ao Camboja" (BIEDERMANN, 2010, p. 144, tradução nossa), abrindo espaço para a inserção chinesa no país.

Durante este período, a ajuda externa chinesa ao Camboja intensificou-se, permanecendo até hoje como a mais significativa⁵¹ no âmbito do Sudeste Asiático. Grande parte da ajuda chinesa para o país está relacionada à "[...] assistência técnica, doações ou empréstimos com taxas de juros baixas, construção de prédios públicos e de infraestrutura envolvendo empresas chinesas" (SAMBATH, 2009, p. 3, tradução nossa). A extensa ajuda chinesa ao país é complementada por uma postura de não-intervenção, principalmente no que diz respeito às violações de direitos humanos no Camboja e às questões de corrupção.

Em contrapartida deste posicionamento favorável chinês, o Camboja tem se mostrado aliado aos interesses políticos e econômicos da China no Sudeste Asiático e na região asiática como um todo. A liderança de Hun Sen, logo após o golpe de estado, expulsou a representação taiwanesa não oficial que tinha escritório na capital

⁵⁰ O regime do Khmer Rouge, liderado por Pol Pot, tomou o poder do Camboja em 1975. De 1975 a 1979, quando o governo vietnamita depôs este regime, se estima que "21% da população do país morreu por execução, tortura, trabalhos forçados, fome ou doenças" (BIEDERMANN, 2010, p.141, tradução nossa). Com a deposição do Khmer Rouge, o governo vietnamita apoiou o governo fantoche de Heng Samrin. A presença do Vietnã no Camboja, levou a uma guerra civil de 13 anos, envolvendo atritos entre Vietnã e China, bem como as intenções de criação de uma Indochina sob liderança vietnamita. Com a diminuição da ajuda soviética ao Vietnã, o empreendimento de invasão do Camboja ficou prejudicado, levando à retirada das tropas em 1989. A assinatura dos Acordos de Paris em 1991, foi acompanhada de eleições no país. O processo democrático era frágil e instável, sendo interrompido em 1997 com o golpe de Hun Sen (BIEDERMANN, 2010, p. 141-142).

⁵¹ De acordo com Ah (2016), o Camboja recebeu 21% de toda ajuda externa para o Sudeste Asiático no período de 2000-2012.

Phnom Penh, alegando que esta representação apoiava os opositores⁵² ao seu regime (BIEDERMANN, 2010, p. 145).

Em tempos mais recentes, em 2012, quando o Camboja ficou responsável pela recepção da cúpula da ASEAN, ocorreu a primeira reunião de cúpula que não foi capaz de produzir um comunicado conjunto. Esta incapacidade de produzir um comunicado conjunto foi decorrente dos embates entre China e Filipinas pelo Recife de Scarborough. Em decorrência das divergências e da ausência de um comunicado conjunto, os demais países da ASEAN, em especial Vietnã e Filipinas, denunciaram a parcialidade do Camboja frente aos interesses políticos da China na região (MISHRA, 2016, p. 2).

Desde o final dos anos 1990, além da ajuda e cooperação econômica, a China também tem reforçado seus laços com o Camboja no que trata sobre a agenda de cooperação militar (BIEDERMANN, 2010, p. 145). Esta cooperação militar se dá sob a forma de construção de "quartéis militares, escolas, hospitais, caminhões e ambulâncias" (BIEDERMANN, 2010, p. 145). Em 2006, a China forneceu ajuda no setor de recursos humanos do exército cambojano por meio de treinamento e conserto dos equipamentos utilizados pelos soldados (SAMBATH, 2009, p. 5). Entre 2005 e 2007, a China também prestou ajuda à marinha cambojana. Em 2005, o governo chinês doou cinco embarcações de guerra, seguidas, em 2007, da doação de sete embarcações de patrulha (BIEDERMANN, 2010, p. 145).

O interesse chinês em fortalecer a economia e, até mesmo, o potencial militar do Camboja está também relacionado ao posicionamento geográfico estratégico do país na região do Sudeste Asiático. De acordo com Phou Sambath (2009, p. 5), o Camboja possui geografia estrategicamente importante para a China no que diz respeito aos seus portos de alto-mar. Além disso, o país tem fronteiras terrestres com outros países relevantes para a política externa chinesa na região (Mapa 3). Ao fortalecer o Camboja e seus laços com o país, a China tenta criar uma base de forte apoio a Pequim no coração da região do Mekong, de forma a fazer frente ao protagonismo vietnamita e de seus parceiros militares norte-americanos.

⁵² A oposição ao regime de Hun Sen estava majoritariamente concentrada no partido da Frente Nacional Unido para um Camboja Independente, Neutro, Pacífico e Cooperativo (FUNCINPEC) (BIEDERMANN, 2010, p. 142).

Mapa 3 – China e Sudeste Asiático



Fonte: Marks (2000).

Nesse sentido, a China acaba por fortalecer as preferências econômicas e políticas que compartilha com o Camboja de modo a obter resultados favoráveis à sua posição na região do Sudeste Asiático.

2.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Este capítulo trouxe algumas das agendas de política externa da China para a região do Sudeste Asiático desde 1997 a partir de uma análise dos principais eixos de inserção chinesa na região e dos modos de influência que o país ali. Tais análises serviram de base para a compreensão do exercício de poder da China na região. A complexidade nas relações estratégicas, político-econômicas e simbólico-institucionais ficou acentuada na evolução do discurso de política externa para o Sudeste Asiático, e na tentativa chinesa em se inserir na região em moldes de grande potência.

O exercício da atratividade econômica e da assertividade militar são características marcantes do envolvimento chinês com os países da ASEAN, acompanhando as mudanças domésticas pelas quais a China vem passando desde os anos 80. Assim, foi possível perceber que o processo de desenvolvimento econômico e o aumento da liderança chinesa em seu entorno estratégico estão em

grande parte associados com a sua maior inserção na região. Apesar das animosidades nas disputas no Mar do Sul da China, a agenda econômico-comercial recebe grande ênfase nas relações China-ASEAN.

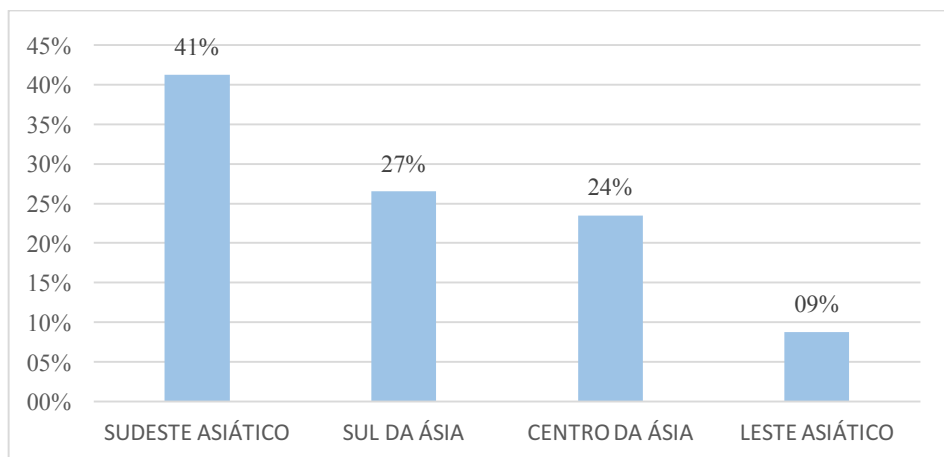
A partir do delineamento das principais agendas das relações China-Sudeste Asiático no recorte temporal proposto, bem como das relações bilaterais da China com as Filipinas, Vietnã e Camboja, foram lançadas as bases para entendermos como se dá a cooperação chinesa para o desenvolvimento na região, principalmente no que se refere à ajuda externa e ao contexto no qual esta está inserida. No capítulo a seguir, torna-se essencial complementar a presente análise com uma perspectiva específica da estratégia de "Grande Ajuda" chinesa para o Sudeste Asiático, seguida de uma análise da estratégia bilateral de "Grande Ajuda" chinesa junto as Filipinas, Vietnã e Camboja.

3 ESTRATÉGIA DE "GRANDE AJUDA" CHINESA PARA O SUDESTE ASIÁTICO

Após a apresentação de um panorama geral acerca das relações entre a China e o Sudeste Asiático e das relações bilaterais entre a China e as Filipinas, Vietnã e Camboja, sob os eixos econômicos e políticos a partir de 1997, este capítulo fará uma análise específica acerca da estratégia e objetivos da China em sua cooperação para o desenvolvimento no Sudeste Asiático. Esta cooperação será analisada por meio da ajuda externa chinesa, majoritariamente focando nos seus fluxos relacionados ao setor da infraestrutura econômica.⁵³

Segundo Oh Yoon Ah (2016), a Ásia é a segunda região, atrás apenas do continente africano, que mais recebeu Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) chinês no período de 2000 a 2012, totalizando 34%. No âmbito asiático, o Sudeste Asiático foi a sub-região que mais recebeu AOD chinês neste mesmo período, totalizando 41,2% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Assistência Oficial ao Desenvolvimento da China na Ásia (2000-2012)



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados apresentados por Ah (2016).

Argumenta-se que esta relevância do Sudeste Asiático no direcionamento da AOD chinesa (Gráfico 3) está relacionada à importância que a região tem para as relações internacionais da China, sobretudo nas áreas de economia e política-segurança, conforme visto ao longo do capítulo 2. Os dados analisados por Ah (2016) são fundamentais para o entendimento da estratégia de ajuda externa chinesa para o

⁵³ Esta ênfase nos projetos de Infraestrutura Econômica se dá devido à predominância destes projetos no total da ajuda externa chinesa na atualidade. Segundo Charles Wolf Jr. (2015, p. 2), 75% da ajuda externa chinesa é dedicada a projetos de infraestrutura econômica e de recursos naturais.

Sudeste Asiático, já que tratam tanto do AOD chinês, como das demais finanças chinesas oficiais para o desenvolvimento, tais como os Outros Fluxos Oficiais (OFO).

Sendo assim, o presente capítulo está dividido de maneira a entender as principais tendências da ajuda externa e das finanças chinesas para o desenvolvimento na região, assim como os casos específicos das Filipinas, Vietnã e Camboja. Dessa maneira, a primeira parte deste capítulo apresenta uma análise dos aspectos principais da estratégia de “grande ajuda” chinesa com ênfase nestes atores e a conexão da ajuda externa com o comércio e investimentos chineses. Além disso, a primeira seção contará com uma análise acerca da demanda por infraestrutura na região.

A segunda parte do capítulo contará com um enfoque mais exclusivo nos dados empíricos das finanças chinesas direcionadas para o desenvolvimento nas Filipinas, no Vietnã e no Camboja. Esta segunda parte tem como objetivo perceber como se dá a aproximação entre a agenda da ajuda externa chinesa e os aspectos políticos na região, bem como compreender os impactos relacionados à diplomacia da dívida.

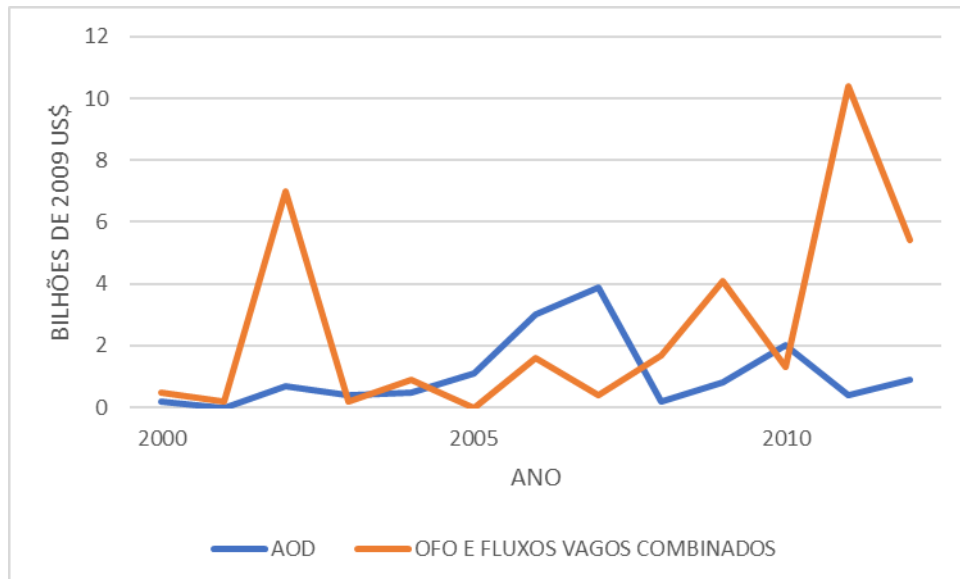
3.1 “GRANDE AJUDA” CHINESA PARA O SUDESTE ASIÁTICO: ASPECTOS GERAIS

Conforme foi explorado ao longo do primeiro capítulo, a ajuda externa chinesa foge aos padrões delimitados pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. O padrão de finanças para o desenvolvimento de atores do CAD é majoritariamente composto por AOD, sob a forma de doações e empréstimos com baixas taxas de juros (SNELL, 2015, p. 1). No que diz respeito às finanças para o desenvolvimento da China, percebemos a forte presença de OFO (SNELL, 2015), denotando o caráter comercial que acompanha a ajuda externa chinesa e sua estratégia de ajuda, investimentos e comércio.

No que diz respeito a esta tendência da ajuda externa chinesa para a região do Sudeste Asiático, percebemos uma acentuada predominância (Gráfico 4) de OFO em detrimento de AOD no período de 2000 a 2012, em grande parte relacionada com a associação deste último a uma ajuda vinculada de caráter comercial e representativo (AH, 2016). Conforme destacado por Ah (2016, p. 30), neste período, os valores do OFO chinês ficaram em US\$ 27 bilhões frente aos US\$ 14 bilhões correspondentes

ao AOD chinês.

Gráfico 4 – AOD e OFO chinês para o Sudeste Asiático, 2000-2012



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados encontrados por Ah (2016, p. 30)⁵⁴.

De acordo com Sabrina Snell (2015, p. 23, tradução nossa), a análise dos fluxos de OFO nos possibilita observar e compreender mais claramente as "[...] tendências, estratégias e trajetória futura das finanças chinesas para o desenvolvimento". O apoio ao investimento externo e os créditos de exportação que estão anexos aos fluxos de OFO possibilitam perceber que as finanças chinesas para o desenvolvimento estão alinhadas à tríade que compõe sua "grande estratégia" e aos interesses político-estratégicos envolvidos em suas relações com o Sudeste Asiático, em especial com sua "política de boa vizinhança".

Ainda na década de 90, os principais aspectos das relações entre a China e o Sudeste Asiático já estavam refletidos nos interesses chineses em promover ajuda externa para a região. Economicamente, os laços gerados pela ajuda externa chinesa contribuíram para a formação de um mercado consumidor para os produtos chineses e para a geração de sua influência comercial na região (COOPER, 2016, p. 1). Politicamente, é a partir da década de 90 que a China passou a perceber a importância de sua ajuda externa para a administração das questões litigiosas com os países da região com os quais tinha disputas territoriais e marítimas (COOPER, 2016, p. 1). Esta

⁵⁴ Os fluxos vagos, de acordo com o *China Aid Data* (2018), são projetos que são financiados oficialmente, mas dos quais não se tem informação suficiente quanto a sua concessionalidade. Desse modo, são vagos pois não há informação suficiente para determinar se são fluxos AOD ou OFO.

percepção, iniciada nos anos 90, teve continuidade e foi ampliada com a fundamentação de uma "política de boa vizinhança".

O contexto no qual está inserida esta política estende-se ao início da liderança de Xi Jinping. A partir de 2013, percebemos uma ênfase no fortalecimento das relações da China com seus vizinhos. Esta ênfase, principalmente no Sudeste Asiático, é fruto de um contexto marcado por disputas territoriais no Mar do Sul da China, por desconforto popular nos países receptores acerca do posicionamento corporativo das empresas Chinesas e por uma preocupação regional sobre o grau de envolvimento e dependência das economias locais com Pequim (REHWICK, 2016, p. 13). Além disso, conforme destacado anteriormente, a presença norte-americana à época do início da liderança de Xi também preocupava a China regionalmente.

Nesse sentido, o documento branco de ajuda externa chinesa de 2014 destacava a importância dos mecanismos de cooperação regional, dando ênfase à cooperação com os países da ASEAN (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2014). Com a assinatura de uma parceria estratégica entre China e ASEAN, em 2003, tornou-se visível a forte presença de Pequim na região por meio de suas finanças para o desenvolvimento, aplicadas nos setores da infraestrutura econômica e agricultura (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2014).

Em discurso realizado por Xi Jinping no final de 2013 (XINHUA, 2013), é possível perceber os interesses conectados ao contexto político e econômico que marcam as relações entre a China e o Sudeste Asiático. Sobre a abordagem chinesa à "política de vizinhança" na região, Xi destacou que o país:

[...] deve se esforçar para tornar os nossos vizinhos mais amigáveis na política, economicamente mais próximos a nós, e nós devemos ter uma cooperação em segurança mais profunda, juntamente com laços mais próximos entre pessoas (XINHUA, 2013, tradução nossa).

Este discurso também remeteu ao exercício de influência chinesa na região, principalmente no que concerne à criação e ao fortalecimento de preferências com os países vizinhos da região (GOH, 2014). Ao tornar os vizinhos "amigáveis na política", temos uma clara referência à criação de preferências e obtenção de resultados políticos e diplomáticos favoráveis à China (GOH, 2014; KALATHIL, 2012).

Ao analisarmos quais foram os principais recipientes de ajuda externa chinesa no Sudeste Asiático entre 2000 e 2012, constatamos que as Filipinas ficaram em

primeiro lugar (AH, 2016, p. 32). Apesar da complexa relação que tem com a China no que diz respeito às disputas marítimas, o país concentrou, naquele período, 22% da ajuda externa chinesa para a região. De acordo com Shanthi Kalathil (2012), o AOD chinês para as Filipinas está classificado entre os três principais, juntamente com o AOD japonês e britânico. Conforme destacado por Kalathil (2012), a agenda de ajuda externa chinesa é utilizada amplamente como uma ferramenta tanto de indução quanto de coerção⁵⁵. Nesse sentido, é possível compreender, em termos amplos, que a agenda das finanças chinesas para o desenvolvimento está conectada em grande parte com a sua agenda política com os países receptores, conforme será possível verificar na seção seguinte, por meio de uma análise empírica da ajuda externa chinesa para as Filipinas, Vietnã e Camboja.

A proximidade econômica entre a China e os países do Sudeste Asiático também está relacionada ao exercício de influência chinesa por meio da multiplicação de preferências político-econômicas existentes entre a China e os países da região, conforme destacado por Goh (2014) no que tange o regionalismo econômico. No documento branco sobre ajuda externa chinesa de 2014, a cooperação com os países da ASEAN é destacada como um importante pilar da ajuda externa chinesa. No período entre 2010 e 2012, foram feitos diversos anúncios de ajuda chinesa para a região durante as reuniões de cúpula entre China-ASEAN (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2014). Essa ajuda se referiu, majoritariamente, a projetos de construção de infraestrutura, nos setores de produção industrial e agrícola (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2014, p. 11, tradução nossa).

Ainda sob a ótica econômica e comercial, conforme destacado anteriormente, a estratégia chinesa de promoção de cooperação para o desenvolvimento envolve investimentos e comércio (PING, 2010). Em relatório produzido pela RAND Corporation (WOLF; WANG; WARNER, 2013), é possível analisar a ajuda externa chinesa em conjunto com as atividades de investimento patrocinadas pelo governo (AEAIG)⁵⁶.

⁵⁵ Em 2012, com as disputas no Recife de Scarborough, a China pressionou Manila a alinhar suas preferências com as Chinesas na área da segurança por meio de enfraquecimento da agenda econômica com o país. Esse enfraquecimento e desaceleração envolveram a ajuda externa, bem como o comércio e os investimentos governamentais, que estão amplamente conectados entre si (KALATHIL, 2012, p. 5).

⁵⁶ O relatório se dedica a entender a Ajuda Externa e Atividades de Investimento Governamentais da China. (WOLF; WANG; WARNER, 2013, p. XII). Ao explorar os dados referentes à ajuda externa, e também as atividades de investimento patrocinadas pelo governo, é possível inserir a ajuda externa chinesa em sua tríade, bem como perceber esta ajuda em termos diferentes daqueles do CAD-OCDE.

O AEAIG (*Foreign Aid and Government-Sponsored Investment Activities* e, em sua versão traduzida, Ajuda Externa e Atividades de Investimento Governamentais) chinês entregue⁵⁷ para a região do Sudeste Asiático correspondeu a US\$ 5.87 bilhões durante o período de 2001 a 2011 (WOLF; WANG; WARNER, 2013, p. 43). Grande parte do AEAIG entregue é relativo a projetos de infraestrutura e recursos naturais (WOLF; WANG; WARNER, 2013, p. 44). Por sua vez, a maior parte dos projetos chineses no Sudeste Asiático analisados pelo relatório da RAND Corporation dizem respeito à infraestrutura econômica relacionada à geração de energia e conectividade por meio de estradas de ferro em países como Laos, Vietnã, Filipinas e Mianmar (WOLF; WANG; WARNER, 2013, p. 45).

Ainda sobre a conexão entre ajuda externa e investimentos, tanto governamentais quanto privados, em 2010, a China estabeleceu o Fundo de Cooperação para Investimentos China-ASEAN (RENEWICK, 2016, p. 11). Este fundo tem como objetivo central a promoção de investimentos chineses de infraestrutura no Sudeste Asiático, com um orçamento inicial de US\$10 bilhões (RENEWICK, 2016, p. 11). Estes investimentos também possuem ênfase na infraestrutura energética, na conectividade por meio de rodovias, ferrovias e nas telecomunicações.

No que diz respeito à conexão entre ajuda externa chinesa e comércio com os países receptores, foi possível verificar, no caso do Sudeste Asiático, estreitamento e intensificação destes laços comerciais. Desde o início dos anos 90, com a retomada da abordagem chinesa pragmática para a região, o comércio entre China e ASEAN teve um aumento anual de 20% (KALATHIL, 2012, p. 2). Juntamente com a intensificação dos fluxos de finanças chinesas para o desenvolvimento para a região, em 2010, a assinatura do acordo de livre comércio entre China e ASEAN também contribuiu para a solidificação destes laços econômico-comerciais (KALATHIL, 2012, p. 2).

Ainda no que diz respeito a esta conexão entre ajuda externa e comércio, sob a forma de projetos completos e comércio, a Belt and Road Initiative (BRI) também traz elementos que confirmam o estreitamento destes laços. Em 2016, o Sudeste Asiático, então representado pelos 10 países membros da ASEAN, apresentou grande protagonismo na recepção de projetos junto à iniciativa, visando à conectividade da região com províncias do sul da China. Ao mesmo tempo em que o

⁵⁷ O valor aqui mencionado se refere aos projetos de AEAIG de fato concluídos e entregues e não apenas aqueles anunciados.

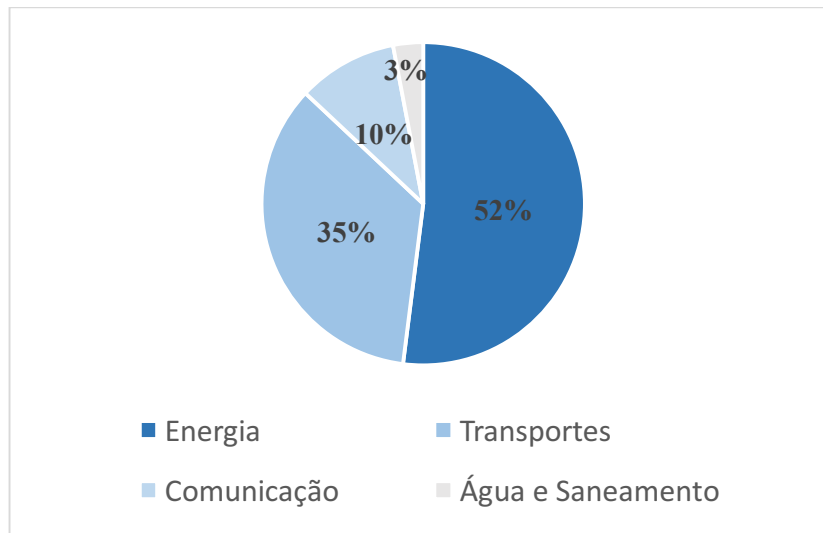
Sudeste Asiático correspondeu a 47,76% do comércio chinês com países que fazem parte do BRI (KUMAR, 2017, p. 1).

3.1.1 Ajuda Externa Chinesa e a Ênfase em Infraestrutura

De acordo com os dados oficiais chineses, 61% dos empréstimos concessionais da China, ao final de 2009, pertenciam ao setor da infraestrutura econômica (INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011). Dados mais recentes de especialistas (WOLF JR, 2015, p. 2), indicam que 75% da ajuda externa chinesa em 2015 estão concentrados nos setores da infraestrutura e de recursos naturais, quando não envolvem ambos simultaneamente. Neste contexto, surge o questionamento sobre qual a demanda concreta de infraestrutura por parte dos países receptores de ajuda. Em que medida há, de fato, demanda por projetos e empréstimos no setor de infraestrutura? Estariam tais projetos relacionados apenas à ênfase chinesa no desenvolvimento econômico?

Segundo relatório estratégico do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) de julho de 2018, a região asiática como um todo ainda possui déficit em infraestrutura. O relatório indica que “mais de 400 milhões de asiáticos não têm acesso à energia elétrica, cerca de 300 milhões não possuem acesso a água potável, e 1.5 bilhões não têm acesso a saneamento básico” (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2018, p. 7-8, tradução nossa). De acordo com as estimativas do banco, tendo em vista este déficit em infraestrutura, a região da Ásia-Pacífico precisará investir US\$26.2 bilhões no setor no período de 2016-2030 (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2018, p. 7-8). O subsetor com maior necessidade de investimento estimada é o energético, seguido pelo de transportes (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Necessidade Estimada de Investimentos em Infraestrutura na Ásia-Pacífico, 2016-2030 (preços de 2015)

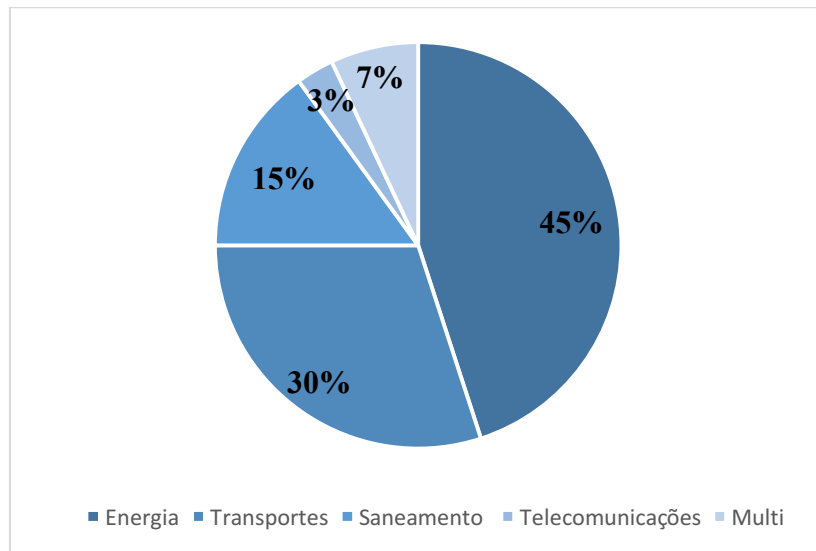


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados apresentados no Relatório do Banco Asiático de Desenvolvimento (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2018, p. 7).

Nesse sentido, iniciativas chinesas como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) estão relacionadas não apenas com a agenda política global e regional da China, mas também ao suprimento do déficit de infraestrutura asiática. De acordo com Thomas Renard (2015), a iniciativa chinesa de criação de um mecanismo multilateral de promoção de infraestrutura na região insere o país no contexto dos "novos doadores", adicionando uma nova estratégia a sua já disseminada ação bilateral. Além disso, Renard (2015) destaca que o BAII pode ser considerado uma das principais iniciativas chinesas de *soft power*, desafiando o ceticismo da comunidade internacional sobre a ação chinesa na agenda da cooperação para o desenvolvimento. Nesse sentido, além de servir como um mecanismo de promoção de infraestrutura nos moldes chineses na região e promoção indireta de suas empresas, a criação e o apoio à iniciativa do BAII também servem como um mecanismo de cunho simbólico-institucional de sua política externa contemporânea.

Segundo dados oficiais do BAII, os projetos aprovados pelo banco desde 2016 estão alinhados aos setores de energia e transportes apresentados no estudo de déficit em infraestrutura do BAD. A ênfase nos setores energéticos e de transportes aparece destacada no âmbito regional asiático como um todo (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Projetos Aprovados pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, por setor (a partir de 2016)



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados apresentados na Apresentação de Relatório do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2018, p. 13).

Entretanto, quando analisamos os estudos do BAD quanto à distribuição do déficit em infraestrutura por sub-região asiática, é possível perceber que a região do Sudeste Asiático é a que possui menores índices. No que diz respeito aos valores necessários, para suprir tais déficits, o Sudeste Asiático apresenta US\$2,759 bilhões contra os US\$492 bilhões necessários no Centro da Ásia (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Necessidade Estimada de Investimentos em Infraestrutura por Sub-região, 2016-2030 (Bilhões de Dólares em preços de 2015)



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados presentes na Apresentação de Relatório do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2017, p. 13).

Apesar de o Sudeste Asiático apresentar um déficit significativamente inferior a outras sub-regiões asiáticas, este vem sendo um dos principais alvos de AOD e OFO (Gráficos 3 e 4) chinês, em grande parte centrados em empréstimos concessionais e projetos completos na área de infraestrutura econômica. Percebe-se, assim, que a promoção de infraestrutura chinesa por meio da ajuda externa e das demais finanças para o desenvolvimento no Sudeste Asiático não diz respeito, exclusivamente, ao suprimento do déficit em infraestrutura na região, estando, mormente, associada à agenda política chinesa para a mesma. Além da associação com a agenda política, a ênfase no setor da infraestrutura no Sudeste Asiático está relacionada ao próprio desenvolvimento interno chinês e à demanda por maior conectividade entre a região e as províncias ao sul do país.

A segunda parte deste capítulo analisará os dados empíricos da promoção de ajuda externa chinesa para as Filipinas, Vietnã e Camboja de forma a compreender a aproximação desta com a agenda política da China com estes países. Deste modo, busca-se perceber os elementos gerais da estratégia de "Grande Ajuda" chinesa para a região aplicando-os a casos específicos e significativos para a China na esfera político-econômica. Antes disto, será abordado o papel das Empresas Estatais Chinesas na promoção de ajuda externa chinesa.

3.1.2 O Papel das Empresas Estatais Chinesas em sua Ajuda Externa

Outro elemento central da estratégia chinesa de ajuda externa para a região, é a presença das Empresas Estatais chinesas, tendo em vista a ênfase nos projetos de infraestrutura de parte do AOD chinês e do caráter comercial e representativo de seu OFO, é a presença das Empresas Estatais chinesas. O amplo caráter concessional⁵⁸ das finanças chinesas para o desenvolvimento propicia a vinculação dos projetos e empréstimos a facilitadores chineses, muitos deles representados pelas empresas estatais (SNELL, 2015, p. 24). Este caráter concessional associado à chamada "ajuda vinculada"⁵⁹ são elementos que preocupam os países receptores de

⁵⁸ De acordo com Neil Renwick (2016, p. 5), em 2014, 55.7% de toda a ajuda externa chinesa era composta por empréstimos concessionais. Além disso, em 2013, a China forneceu US\$111 bilhões em finanças para o desenvolvimento relacionadas com vínculos comerciais, sendo US\$16.3 bilhões deste total finanças concessionais relacionadas com facilitadores chineses (SNELL, 2015, p. 24).

⁵⁹ Conforme destacado por Iginio Gagliardone e Sam Geall (2014, p.4, tradução nossa), "a imposição de parceiros chineses como implementadores de projetos financiados através de empréstimos concessionais" resulta em uma forma de ajuda vinculada.

ajuda chinesa no que concerne à predominância dos negócios chineses e à ameaça aos negócios locais.

O uso de empresas estatais para a execução e administração de projetos chineses (HONG, 2018, p. 14) corresponde aos seus interesses chineses de promover ajuda externa como uma maneira de se desenvolver internamente⁶⁰. No caso do Sudeste Asiático, este objetivo de desenvolvimento nacional fica evidente por meio do "[...] aprofundamento dos interesses nacionais econômicos, políticos e estratégicos" (RENWICK, 2016, p. 8). Nesse sentido, a promoção das empresas estatais chinesas regionalmente, tornando-as facilitadoras centrais na execução de sua ajuda externa, representa a busca pela ampliação do desenvolvimento econômico nacional, por meio da obtenção de recursos naturais, da inovação e da expansão de mercados (FAN; HOPE, 2013, p. 14).

As inseguranças acerca da atuação destas empresas no âmbito do desenvolvimento também ficam por conta da nebulosidade que cerca seu processo decisório e governança, colocando sob suspeita as intenções da China e de suas empresas (FAN; HOPE, 2013, p. 16). Desde 2003, muitas das empresas estatais chinesas são de propriedade da Comissão de Administração e Supervisão dos Ativos Estatais (CASAE) e da Central Huijin Ltd. em nome do Estado chinês. A CASAE é proprietária de grande parte das empresas estatais industriais e a Central Huijin Ltd, das estatais financeiras. Apesar desta divisão, algumas empresas estatais ainda estão sob controle do governo central e seus ministérios. (FAN; HOPE, 2013, p. 6). A maneira como estas empresas são escolhidas como facilitadoras nos projetos de ajuda externa não segue nenhum critério afirmado em documento oficial, sendo opaca a maneira como se tornam implementadoras dos projetos. Desse modo, a seguir, dando continuidade à análise acerca dos aspectos gerais da ajuda externa chinesa para o Sudeste Asiático, será abordada a diplomacia chinesa da dívida e sua conexão com a estratégia de "grande ajuda".

⁶⁰ De acordo com dados do relatório da Belt and Road Initiative de 2016, das principais 50 empresas chinesas envolvidas na iniciativa, 56% delas são empresas estatais (36% destas administradas pelo governo central e 20% administradas por governos locais). Em comparação com o ano anterior, em 2016 estas empresas chinesas conseguiram dobrar o número de contratos firmados com países membros da iniciativa (KUMAR, 2017, p. 2).

3.1.3 Diplomacia Chinesa da Dívida

Outro elemento central que permeia a análise da estratégia de "grande ajuda" chinesa para o Sudeste Asiático é a chamada diplomacia chinesa da dívida⁶¹. Conforme será analisado ao longo desta seção, diversos elementos da estratégia de "grande ajuda" chinesa denotam que esta é composta por aspectos político-econômicos, que pautam a forma e os objetivos da relação entre doador e recipientes.

O uso de ferramentas como o AOD, OFO e investimentos diretos, combinado a uma agenda política no Sudeste Asiático denotam uma estratégia chinesa geoeconômica (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 111). De acordo com Robert Blackwill e Jennifer Harris (2016, p. 111), a China elabora uma estratégia geoeconômica⁶² para a região com base em três objetivos centrais. Estes objetivos correspondem a "imposição de custos a países que enfrentam a China em disputas marítimas, ao rompimento com o sistema de alianças dos Estados Unidos na Ásia, e a manutenção de velhos amigos (incluindo Camboja, Laos e Myanmar) por perto" (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 111, tradução nossa). Sendo assim, o exercício de poder chinês no Sudeste Asiático está centrado no uso de seus instrumentos econômicos para atrair e fortalecer preferências com países parceiros e coagir, por meio de elementos econômicos, os demais países de forma a obter resultados geopolíticos que sejam favoráveis à perspectiva chinesa.

Nesse sentido, o uso de uma estratégia geoeconômica por parte da China no âmbito de sua "grande estratégia" suscita algumas análises acerca da criação de uma diplomacia de débito frente aos países parceiros de modo a criar e fortalecer agendas. De acordo com os pesquisadores da Harvard Kennedy School of Government, Sam Parker e Gabrielle Chefitz (2018), a estratégia geoeconômica da China, que inclui sua Ajuda Externa e Investimentos, se dá sob a forma de uma diplomacia de débito. O termo cunhado por Parker e Chefitz (2018, p. 3, tradução nossa), diz respeito "[...] a alavancagem de débito para a aquisição de ativos estratégicos ou influência política

⁶¹ Na seção 1.2.1, a "armadilha do débito" ou diplomacia da dívida foi analisada no que diz respeito a iniciativas como a *Belt and Road* e está conectada com as principais críticas da comunidade internacional quanto à ajuda e investimentos chineses em países em desenvolvimento (CHELLANEY, 2017).

⁶² Geoeconomia, de acordo com Blackwill e Harris (2016, p. 20, tradução nossa), é "o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais, e para produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos de ações econômicas de outras nações nos objetivos geopolíticos de um país".

frente a nações devedoras.”.

Para estes pesquisadores, o objetivo da diplomacia de débito chinesa está centrado na projeção de poder da China na região asiática e na oposição à presença e apoio norte-americano a alguns Estados no Sudeste Asiático (como é o caso nas Filipinas e no Vietnã) (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 3-4). Um exemplo emblemático de diplomacia de débito da China na região asiática enunciada por Parker e Chefitz, é o Sri Lanka. As práticas pouco transparentes dos empréstimos concessionais chineses e a pouca viabilidade comercial de alguns projetos encabeçados por bancos chineses contribuíram para a conversão de dívidas do Sri Lanka em uma participação de 85% da China em um contrato de arrendamento de 99 anos de um dos principais portos do país (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 3-4).

Para entender como o uso da estratégia geoeconômica chinesa ocorre por meio da utilização de instrumentos econômicos aqui em questão, os pesquisadores descreveram as três etapas principais da diplomacia da dívida da China. A primeira etapa é a do investimento por meio dos ativos do Banco de Desenvolvimento da China e do Banco de Exportação e Importação da China (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 4). Estes bancos possuem um número de ativos superior ao dos demais bancos multilaterais de desenvolvimento ocidentais, o que possibilita uma expansão no número de empréstimos e investimentos com uma perspectiva de longo-prazo e com maiores períodos de carência (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 4). Estas condições são extremamente atrativas para países parceiros com economias em desenvolvimento e que não querem ter que ceder às conhecidas condicionalidades políticas dos doadores e investidores ocidentais.

A segunda etapa é composta pela construção, operação e implantação destes empréstimos e investimentos. Esta etapa recebe inúmeras críticas no que diz respeito aos orçamentos, que, muitas vezes, têm valores que ultrapassam o planejado, baixa qualidade em serviço prestado por empresas chinesas, e falta de compromisso com padrões trabalhistas e de sustentabilidade ambiental (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 4). Muitos cancelamentos e adiamentos ocorrem nesta etapa em decorrência da insatisfação de populações locais com a ação chinesa (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 4). Sri Lanka e Myanmar são dois exemplos dessa insatisfação e do cancelamento de alguns projetos completos anunciados pelo governo chinês. Durante esta etapa, a viabilidade comercial destes projetos é colocada em teste, sendo fundamental para os países receptores avaliarem sua capacidade de pagamento das dívidas contraídas

junto à China (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 4). A última etapa da diplomacia da dívida envolve a cobrança da dívida. Uma vez que os países parceiros se mostram incapazes de pagar seus empréstimos, o governo chinês, na maior parte das vezes, “[...] oferece uma proposta de alívio de dívidas em troca de influência política e equidades estratégicas” (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 5, tradução nossa).

Assim, a China não apenas obtém ganhos econômicos e comerciais com os países parceiros com os quais mantém seu pacote de “ajuda, investimentos e comércio”, mas também é capaz de exercer seu poder de forma a criar e fortalecer preferências políticas favoráveis do ponto de vista dos interesses chineses. A seguir, serão analisados alguns dados específicos da ajuda externa chinesa para as Filipinas, Vietnã e Camboja para perceber os elementos mencionados nesta sessão.

3.2 ANÁLISE EMPÍRICA DA AJUDA EXTERNA CHINESA PARA AS FILIPINAS, VIETNÃ E CAMBOJA

A análise empírica proposta nesta sessão foi elaborada com base nos dados primários disponibilizados na plataforma *China Aid Data*⁶³ (DREHER *et al.*, 2017), que conta com dados globais da ajuda externa chinesa de 2000 a 2014. O objetivo desta sessão é apresentar um panorama geral dos dados que envolvem a ajuda externa chinesa para estes países tendo em vista a agenda político-econômica mencionada no capítulo anterior. Além disso, serão analisados elementos referentes à atuação das empresas chinesas e da diplomacia de dívida a fim de complementar esta análise.

3.2.1 Ajuda Externa Chinesa para as Filipinas

De acordo com John Cooper (2016, p. 29-30), a Ajuda Externa chinesa para as Filipinas na atualidade é marcada por uma “ajuda vinculada”, má administração de recursos naturais, falta de sustentabilidade econômica e ambiental, além do grande número de projetos cancelados ou ainda não concluídos em decorrência de superfaturamento e corrupção. Os dados empíricos da ajuda externa chinesa para o país na base de dados *China Aid Data* revelam, em grande parte, a perspectiva exposta pelo Cooper (DREHER *et al.*, 2017).

⁶³ Última consulta realizada em setembro de 2018.

Analisando os fluxos elencados pelos pesquisadores do *China Aid Data* referentes ao período de 2000 a 2013, foi possível perceber algumas tendências gerais consonantes às características levantadas por Cooper (2016, p. 30). De um total de 26 fluxos chineses direcionados para as Filipinas no período mencionado, 42,3% não foram concluídos (DREHER *et al.*, 2017). Esta taxa é a mais alta em projetos não concluídos, quando comparada à taxa de projetos chineses não concluídos no Vietnã e no Camboja.

Um exemplo destes cancelamentos, postergações e problemas na conclusão de projetos de ajuda externa chinesa nas Filipinas foi o projeto da *North Rail* (COOPER, 2006, p. 30). Maior projeto chinês de ajuda externa na região do Sudeste Asiático, este foi aprovado em 2004 (COOPER, 2006, p. 30). De acordo com Cooper (2016, p. 30), o projeto viabilizaria o transporte de 150 mil passageiros em trânsito para Manila, referente à sessão 1 (Mapa 1) conectando Malolos City a Caloocan City e à sessão 2 que conectaria Mabalact a Malolos City, facilitando o transporte público na região vizinha de Manila⁶⁴.

Mapa 4 – Mapa da Primeira Fase de Desenvolvimento da *North Rail*, nas Filipinas



Fonte: North Luzon Railways Corporation (2018).

⁶⁴ De acordo com a base de dados *China Aid Data*, o projeto contaria com 40,2km de ferrovia construída (DREHER *et al.*, 2017).

No entanto, depois de seis anos de sua aprovação, o projeto ainda não havia entrado em fase de implantação em decorrência de problemas com corrupção, novos empréstimos e falta de profissionais para conduzir o projeto. A falta de engenheiros necessários para a implantação da *North Rail* e a necessidade de intérpretes chineses e filipinos aumentaram o custo do projeto, que precisou de um novo empréstimo para ter continuidade.

Em 2012, um relatório prorrogou a implantação da linha ferroviária para 2013, cerca de seis anos depois do período previsto para a conclusão do projeto, além de ampliar o orçamento inicial de US\$400 milhões para US\$1.8 bilhões, grande parte do aumento referente às demandas da empresa chinesa facilitadora do projeto, a Sinomach⁶⁵ (COOPER, 2016, p. 30). Ainda em 2012, apenas 22,94% da primeira fase da ferrovia haviam sido construídos (DREHER *et al.*, 2017). Tendo em vista o quadro de atrasos, aumento no orçamento e baixa qualidade do serviço prestado, o projeto foi cancelado no final de 2012, levando a uma suspensão de US\$219.21 milhões do total de US\$400 milhões emprestados pelo *China Export Import Bank* (DREHER *et al.*, 2017).

Apesar da cessação, com o final do mandato da presidente Arroyo, conhecido pela aproximação econômica sino-filipina, o governo do Presidente Aquino III abriu um processo legal contra os contratos firmados com a China referentes à execução da *North Rail* (COOPER, 2016, p. 30). Durante o processo legal, a Sinomach exigia o pagamento de US\$100 milhões por parte do governo Filipino (PATEÑA, 2017). Finalmente, em 2017, as partes entraram em um acordo, que estabeleceu os termos das disputas por pagamentos extras. Segundo o acordo, tanto o governo filipino quanto a Sinomach renunciariam às suas disputas e demanda por pagamento de valores, dividindo as taxas de arbitragem igualmente (PATEÑA, 2017).

Este exemplo do empréstimo concessional para a execução do projeto da *North Rail* concentra as principais críticas feitas à ação chinesa na ajuda externa em países em desenvolvimento, como é o caso das Filipinas. Ele apresentou uma ajuda vinculada à empresa Sinomach, problemas orçamentários e de implementação, levando ao seu cancelamento. Outro ponto importante que este exemplo nos traz é a ênfase da ajuda externa chinesa em empréstimos concessionais, principalmente com destaque no setor de transportes e de energia.

⁶⁵ China National Machinery & Equipment Corp. Group.

A condição dos empréstimos concessionais chineses é praticamente imbatível para outros agentes financiadores tradicionais. No caso da *North Rail*, o empréstimo concessional anunciado em 2004 contou com uma taxa de juros de 3%, carência de 5 anos e um período de pagamento de 20 anos (COOPER, 2016, p. 30). Analisando todos os 26 fluxos de ajuda externa chinesa para as Filipinas no período mencionado, é possível perceber que 64% (16 fluxos) eram compostos por empréstimos concessionais e créditos de exportação (DREHER *et al.*, 2017). Destes 16 fluxos de empréstimos e créditos de exportação, 11 foram considerados pelos analistas da *China Aid Data* como fluxos de OFO ou Vagos, ou seja, diretamente relacionados com um propósito para além da agenda do desenvolvimento (DREHER *et al.*, 2017).

Outra análise possível para os dados de ajuda externa chinesa disponibilizados pelo *China Aid Data* é a aproximação dos fluxos com a agenda política que envolve as relações sino-filipinas e a presença de potências na região e no país, como é o caso dos EUA. Sendo assim, esta análise é original desta dissertação, com o objetivo de evidenciar uma aproximação entre a agenda política verificada no capítulo anterior e as tendências gerais e específicas apresentadas ao longo deste capítulo.

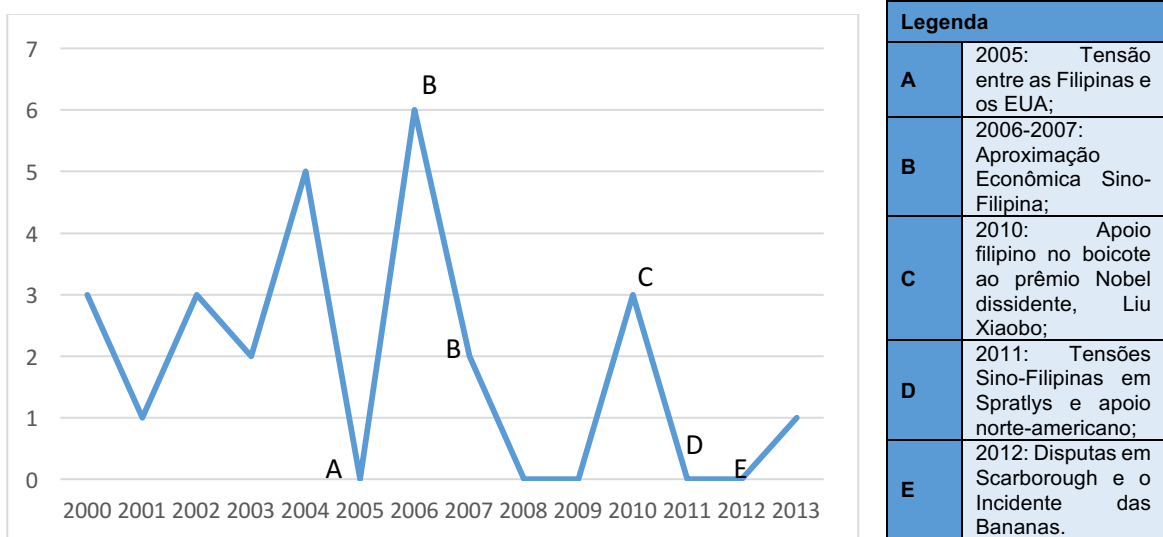
Apesar de não mostrar uma relação causal direta, já que a associação entre as agendas política e econômica não são matemáticas, a aproximação do número de fluxos por ano frente a uma agenda política demonstra uma tendência interessante da ajuda externa chinesa, que está sempre conectada a elementos comerciais, econômicos e políticos. Desse modo, é possível perceber a ajuda externa chinesa como uma ferramenta de sua política externa e de seus interesses geopolíticos, conforme destaca o modelo de interesses do doador (MAIZELS; NISSANKE, 1984).

Além disso, ao desenharmos essa aproximação de agendas, é possível perceber o exercício de poder chinês nos moldes anunciados por Goh (2014) em sua análise do exercício da influência chinesa no Sudeste Asiático, conforme destacado no capítulo anterior. Este exercício de análise também possibilita a visualização da ajuda externa chinesa junto aos canais de projeção externa da China (HENDLER, 2017), sendo possível perceber elementos de estadismo econômico, economia política e de institucionalismo-simbólico.

No caso das Filipinas (Gráfico 8), foi possível perceber alguns picos abruptos de aumento e de diminuição dos fluxos de ajuda externa chinesa para o país, em

decorrência de aproximação político-econômica e simbólica institucional entre os dois países, bem como em consequência de interações filipino-americanas e tensões sino-filipinas no Mar do Sul da China. Conforme destacado no capítulo anterior, as relações sino-filipinas são complexas, sendo permeadas por períodos de aproximação e afastamento e pela presença de laços históricos entre as Filipinas e os Estados Unidos.

Gráfico 8 – Número de Fluxos de Ajuda Externa Chinesa para as Filipinas e sua Aproximação com a Agenda Político-Econômica (2000-2013)



Fonte: elaborado pela autora. Os valores mencionados no gráfico são do *China Aid Data* (DREHER et al., 2017).

Durante a presidência de Arroyo, de 2001 a 2010, foi possível verificar um estreitamento de laços com o governo chinês, principalmente na esfera econômica (ILANO, 2017; GUZMAN, 2014; BOTARDO, 2017). Em meio dessa aproximação, em 2005, foi possível verificar uma tensão entre Filipinas e Estados Unidos em decorrência da condenação de um fuzileiro naval norte-americano pelo estupro de uma mulher filipina. Esta tensão pode ser percebida na desestabilização da bem estabelecida agenda de cooperação militar entre as Filipinas e os EUA durante este período, levando a especulações do cancelamento de um acordo militar entre os dois países (CONDE, 2006). Neste período, foi possível perceber a ausência de fluxos de ajuda externa chinesa para o país (ponto A no gráfico 8). Esta ausência de fluxos pode ser entendida como uma falta de necessidade em reforçar ou criar uma agenda que aproxime as Filipinas dos interesses chineses, já que houve um estremecimento nas relações entre Filipinas e EUA. Além disso, o período de 2005 foi acompanhado por

uma aproximação geopolítica entre China e Filipinas em decorrência da formação de um empreendimento conjunto de análise sísmica marinha no Mar do Sul da China (RAVINDRAN, 2012, p. 110).

O período de 2006 a 2007, representado no gráfico 8 pelo ponto B, é correspondente a um aumento de relações comerciais e econômicas entre China e Filipinas, acompanhado de um pico em número de fluxos de ajuda externa para o país em 2006 (ILANO, 2017; GUZMAN, 2014), com um montante totalizando US\$ 6.923.873.781,00 (DREHER *et.al.*, 2017). Com as relações entre Filipinas e EUA ainda estremecidas, o período representa o auge do uso da estratégia de "grande ajuda" chinesa para o país, combinando a ajuda a altos índices de comércio e investimentos, fortalecendo uma agenda econômica já existente entre os dois países. De acordo com Cooper (2016, p. 28, tradução nossa), "[...] no começo de 2007, o primeiro ministro chinês Wen Jiabao e a presidente filipina Gloria Macapagal-Arroyo assinaram 20 acordos econômicos.". Dentre estes acordos, ocorreu a assinatura de um contrato para a execução da renovação do sistema de ferrovias do país por uma empresa chinesa (COOPER, 2016, p. 28), reforçando uma agenda da "grande ajuda" associada ao setor da infraestrutura de transportes.

Em 2010, percebemos um novo pico no aumento no número de fluxos de ajuda externa para as Filipinas em US\$. 189.321.300,00 (DREHER *et.al.*, 2017), representado pela letra C no gráfico 8. Este pico apresenta uma aproximação com a agenda política chinesa para o país, dessa vez em caráter simbólico-institucional. Nesse ano, o governo filipino decidiu por não enviar representantes para a cerimônia do prêmio Nobel, que contou com a premiação de um dissidente chinês, o intelectual e ativista Liu Xiaobo (COOPER, 2016, p. 29). Esta decisão do governo de Manila foi bem vista em Pequim, estando em consonância com outras ações da liderança da presidente Arroyo. Neste mesmo período, a participação da China em fóruns promovidos pelas Filipinas foi favorecida, bem como a promoção de sua visão acerca de elementos políticos regionais (COOPER, 2016, p. 29). Assim sendo, os fluxos de ajuda externa podem ser vistos como uma aproximação de uma agenda geo-econômica chinesa por atratividade para o país, a fim de reafirmar preferências políticas regionais.

Por fim, os dois declínios em número de fluxos de ajuda externa chinesa para as Filipinas, representados pelos pontos D e E no gráfico 8, em 2011 e 2012, podem ser percebidos frente a um contexto de crise nas relações sino-filipinas no Mar do Sul

da China. Em 2011, durante o primeiro ano de mandato do presidente Aquino III, tensões ocorreram na região de Spratlys com o posicionamento chinês de reivindicação por sua soberania nas ilhas, após o envio do navio filipino de pesquisa para a região leste das ilhas (COOPER, 2016, p. 29). A situação foi agravada pelo apoio norte-americano ao governo filipino, com discurso de Hillary Clinton, então Secretária de Estado da gestão de Barak Obama, invocando o uso do acordo de defesa mútua⁶⁶ entre Filipinas e Estados Unidos caso necessário (COOPER, 2016, p. 29).

Já em 2012, outra tensão ocorreu entre China e Filipinas no Mar do Sul, desta vez no Recife de Scarborough. E, 2012, as disputas foram pautadas pela ocupação chinesa de porções territoriais do recife que fazem parte da Zona Econômica Exclusiva filipina (BOTARDO, 2017, p. 22; GILL *et al.*, 2016, p. 17). Além de contar novamente com a participação norte-americana, pautada por uma estratégia de rebalanceamento para a região do Sudeste Asiático, a disputa também trouxe impactos econômicos. Estes impactos econômicos foram percebidos por meio da proibição chinesa à importação de bananas das Filipinas (WONG, 2017) e pela ausência de fluxos de ajuda externa chinesa para o país, conforme é possível visualizar no gráfico acima.

As relações econômicas e políticas entre China e Filipinas voltaram a ter um maior dinamismo a partir de 2016 com a presidência de Duterte. As relações comerciais, de investimento e de ajuda sofreram aumento sensível (WONG, 2017) a partir de um alinhamento político entre Manila e Pequim no que versam sobre as questões relativas às disputas no Mar do Sul da China. A inclusão do país nas iniciativas multilaterais chinesas, como a *Belt and Road Initiative* e o BAII, também mostram a aproximação entre as agendas econômica e política nas relações sino-filipinas (WONG, 2017).

3.2.2 Ajuda Externa Chinesa para o Vietnã

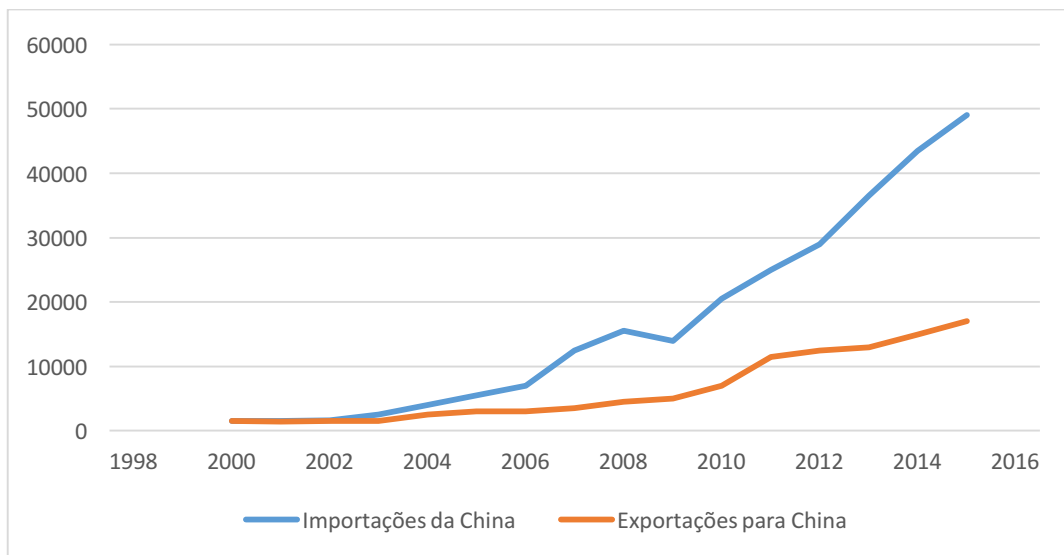
Tendo em vista o modelo de análise empírica proposto no tópico 3.2.1, a seguir analisaremos os dados gerais que envolvem os fluxos de ajuda externa chinesa para o Vietnã no período de 2000-2013, juntamente com uma análise da aproximação

⁶⁶ O Acordo de Defesa Militar Mútua foi assinado entre os dois países em 1951 (COOPER, 2016, p. 29).

entre os fluxos de ajuda externa e as tendências da agenda política entre os dois países. Apesar de também possuir agendas de disputas no Mar do Sul da China com o Vietnã, a ajuda externa chinesa para o país tem algumas diferenças quando comparada àquela fornecida para as Filipinas. No período de 2000 a 2013, o Vietnã recebeu 38 fluxos de ajuda externa chinesa, apresentando um maior número de projetos concluídos se comparado ao número de projetos chineses executados nas Filipinas. Segundo dados do *China Aid Data* (DREHER *et al.*, 2017), apenas 23,68% destes projetos não foram completados, ficando com um status de comprometimento ou promessa. Sendo assim, destaca-se que os fluxos chineses de ajuda externa enfrentam menos problemas que levam ao seu cancelamento ou suspensão no Vietnã, se comparados com os fluxos chineses nas Filipinas em que 42,3% dos projetos não foram completados.

Os fortes laços econômicos Sino-Vietnamitas podem ser uma explicação para o maior sucesso dos fluxos chineses de ajuda externa para o país. Conforme destaca Cooper (2016, p. 8), o Vietnã é um país extremamente interligado economicamente com a China, mesmo com disputas geopolíticas e com parcerias militares com os Estados Unidos. Além de estar conectado economicamente, o Vietnã demonstra dependência comercial com a China por meio de um déficit comercial (Gráfico 9) que se acentuou ao longo do tempo. Este déficit fica representado por sair de uma condição de equilíbrio em 2000 para um déficit de aproximadamente US\$31 milhões somente em 2015.

Gráfico 9 – Tendências das Exportações e Importações de Vietnã-China



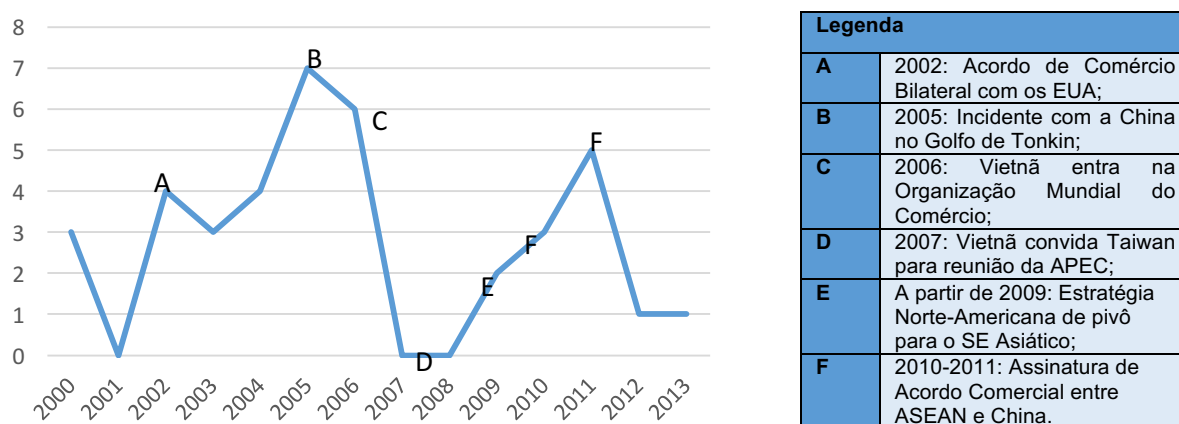
Fonte: elaborado pela autora com base no artigo de Ngo Xuan Binh (2017, p. 357).

Este vínculo econômico entre China e Vietnã também é representado pela porcentagem de fluxos de ajuda externa chinesa que são empréstimos concessionais e créditos de exportação. De acordo com dados do *China Aid Data* (DREHER *et al.*, 2017), 47,36% dos fluxos de ajuda externa levantados são empréstimos concessionais e créditos de exportação, totalizando 18 fluxos classificados desta forma. Destes 18 fluxos, 16 são considerados pela base de dados como OFO ou fluxos vagos, que possuem finalidade comercial e representacional, ou comercial e de desenvolvimento (DREHER *et al.*, 2017).

A conexão entre ajuda externa e relações econômicas e comerciais no caso sino-vietnamita pode ser percebida tanto como um interesse de Pequim quanto de Hanói. O Vietnã apresenta um comportamento político-econômico e estratégico baseado na finalidade de alavancar seu próprio desenvolvimento, aproximando-se economicamente da China e politicamente dos Estados Unidos (HIEBERT; NGUYEN; POLING, 2014). Para a China, esta aproximação é válida tanto para o seu desenvolvimento econômico, quanto para a sua estratégia política no Sudeste Asiático, de criação e fortalecimento de preferências geopolíticas.

Tendo em vista esta aproximação da agenda econômica e política nas relações sino-vietnamitas, abaixo analisaremos as conexões entre os fluxos de ajuda externa em alguns eventos políticos marcantes (Gráfico 10). Novamente, o intento não é encontrar relações causais diretas, mas apresentar uma aproximação entre agendas de forma a ver a ajuda externa como uma ferramenta de política externa chinesa e instrumento de sua estratégia geoeconômica de "grande ajuda".

Gráfico 10 – Número de Fluxos de Ajuda Externa Chinesa para o Vietnã e sua Aproximação com a Agenda Político-Econômica (2000-2013)



Fonte: elaborado pela autora. Os valores mencionados no gráfico são do *China Aid Data* (DREHER *et al.*, 2017).

Alguns picos e declínios apresentados no gráfico 10 acima podem ser vistos frente a importantes eventos da agenda político-econômica das relações sino-vietnamitas, envolvendo também a presença norte-americana, conforme destacado no capítulo anterior. Em 2002 (ponto A no gráfico 10), após a normalização das relações entre o Vietnã e os Estados Unidos, ocorreu a assinatura do acordo de comércio bilateral entre o Vietnã e os EUA, marcando uma aproximação econômico-comercial (HIEBERT; NGUYEN; POLING, 2014; HAYTON, 2015). A assinatura deste acordo comercial foi acompanhada do fortalecimento do envio de ajuda e investimentos chineses no país, mecanismos associados à estratégia chinesa para a região e para a ASEAN com o objetivo de criar e reforçar preferências econômicas e políticas (COOPER, 2016, p. 7-8). Além do pico verificado no ponto A do gráfico que envolveu o montante de US\$88.388.842 milhões (DREHER *et al.*, 2017), a China concedeu US\$120 milhões em empréstimos com juros baixos para o Vietnã, em 2002, seguidos de um alívio de dívidas em 2003 (COOPER, 2016, p. 7).

Em 2005, mesmo com as acentuadas tensões entre China e Vietnã, decorrentes da morte de oito pescadores vietnamitas na região disputada no Golfo de Tonkin (HAYTON, 2015), mais um pico em fluxos de ajuda externa chinesa para o país pode ser verificado (ponto B no gráfico 10), totalizando US\$ 461.118.337,9 (DREHER *et al.*, 2017) De acordo com o *China Aid Data*, mais de 50% dos fluxos destacados no ponto B não têm finalidade comercial, e sim de desenvolvimento de áreas como educação e saúde (DREHER *et al.*, 2017). Neste contexto, o envio de ajuda pode ser visto como um instrumento para a obtenção de um resultado geopolítico favorável na disputa em curso, por meio da atratividade e desenvolvimento econômico. Outro elemento que pode ser destacado em 2005 é a conexão entre as empresas chinesas participantes da ajuda externa e de contratos de investimento. Segundo o *China Aid Data*, em 2005, a *China Railway Engineering* foi implementadora de um empréstimo concessional para a execução de um veículo leve sobre trilhos em Cat Linh-Ha Dong (DREHER *et al.*, 2017). Em paralelo à implementação do projeto, a empresa assinou, em 2009, um contrato de investimento de US\$350 milhões, para atuação também no setor de transportes (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2018). Este caso contribui para verificarmos, mais uma vez, a conexão das agendas de ajuda externa e economia, bem como o uso destes instrumentos para a geração de atratividade econômica.

Com a entrada do Vietnã na Organização Mundial do Comércio (OMC) em

2006 (ponto C no gráfico 10), percebemos um número alto de fluxos de ajuda externa, em um total de US\$420.982.777 (DREHER *et al.*, 2017), e de investimentos diretos chineses (HIEBERT; NGUYEN; POLING, 2014, p. 5). O interesse vietnamita em superar seu déficit comercial com a China levou Hanói a incentivar a entrada de investimentos chineses no país e a ter uma visão favorável à ajuda externa chinesa (HIEBERT; NGUYEN; POLING, 2014, p. 5). Conforme destaca Cooper (2016, p. 7-8, tradução nossa), durante este período “[...] empréstimos chineses estendidos para ferrovias, energia hidroelétrica, e construção de navios [...] não possuíam uma definição clara, quanto a serem ajuda ou investimentos”, demonstrando, novamente, a conexão da ajuda externa com a agenda econômica sino-vietnamita. Entretanto, em 2007, é possível verificar uma queda abrupta nos fluxos de ajuda externa chinesa (ponto D do gráfico 10) e o cancelamento de US\$200 milhões em ajuda financeira para o Vietnã. Estes podem ser relacionados, em grande parte, com o convite que o governo vietnamita fez a Taiwan para que participasse da reunião do grupo de cooperação econômica na Ásia-Pacífico (APEC).

Com o lançamento da estratégia da gestão Barack Obama de rebalanceamento norte-americano para o Sudeste Asiático em 2009, verificou-se o fortalecimento do interesse diplomático, político e econômico dos EUA na região (CAMPBELL; ANDREWS, 2013). Com a necessidade de se engajar regionalmente frente à presença dos EUA, Pequim retomou sua estratégia de atratividade econômica na região visando a um aumento em influência e poder compreensivo (GILL *et al.*, 2016, p. 16). Tal retomada pode ser percebida no gráfico 10 acima, com o aumento de fluxos de ajuda externa (ponto E).

Finalmente, o crescimento representado pelo ponto F no gráfico 10, levando a um total de US\$1.889.005 em 2011 (DREHER *et al.*, 2017), está relacionado com um estreitamento da agenda econômica entre China e Vietnã após a entrada em vigor do acordo de livre comércio entre China e ASEAN em 2010 (COOPER, 2016, p. 8). Apesar da existência de disputas marítimas não resolvidas entre China e Vietnã, a agenda econômica e de ajuda externa servem como instrumentos de suavização das disputas e de criação de novas preferências geopolíticas. Sendo assim, é possível perceber que a estratégia de ajuda externa chinesa para o Vietnã está altamente associada à agenda política e de segurança, aos laços econômicos e à presença e rebalanceamento norte-americano.

3.2.3 Ajuda Externa Chinesa para o Camboja

A ajuda externa chinesa para o Camboja é permeada por elementos diferentes daqueles percebidos nos casos de Filipinas e Vietnã. Conforme destacado no capítulo anterior, o Camboja é um dos principais parceiros políticos da China no Sudeste Asiático e na ASEAN. O apoio à política de "uma única China" e as preferências geopolíticas chinesas no Mar do Sul são elementos centrais que norteiam as relações sino-cambojanas (MISHRA, 2016). Estes elementos podem ser percebidos na análise empírica da ajuda externa chinesa para o país e reforçam a análise de uma parceria entre os dois países.

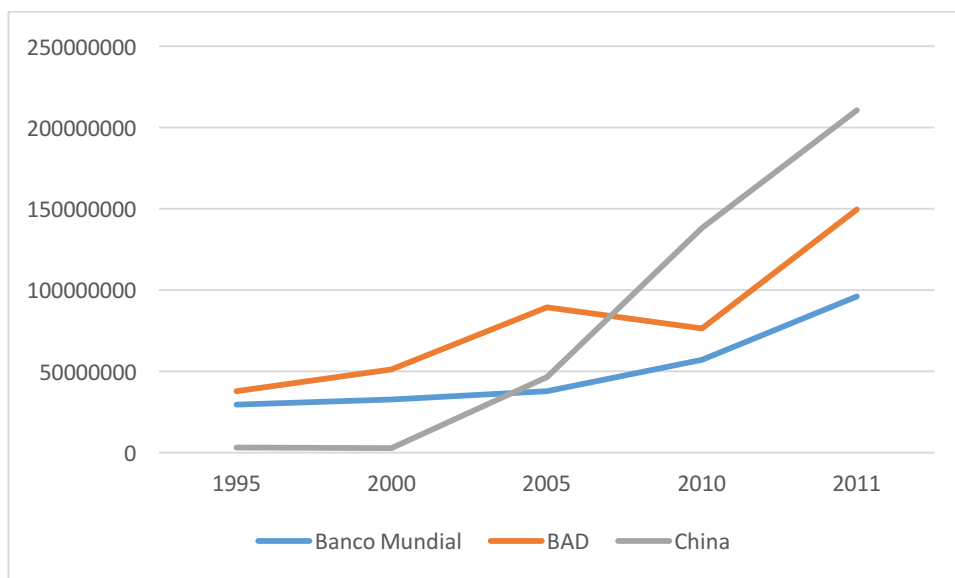
De acordo com dados do *China Aid Data* (DREHER *et al.*, 2017), no período de 2000 a 2013, o Camboja recebeu 184 fluxos de ajuda externa chinesa. Nos casos aqui analisados, o Camboja é o país que mais recebeu fluxos que foram completados e entregues, com apenas 16,84% ainda não completos (DREHER *et al.*, 2017).

Apesar de a ajuda externa chinesa para o Camboja contar com um maior número de fluxos e maior comprometimento, frutos de uma parceria e interesse estratégico da China no país e na região, elementos de diplomacia da dívida podem ser verificados. De acordo com Parker e Chefitz (2018, p. 38, tradução nossa), "[...] a China detém cerca de metade da dívida pública cambojana, que totaliza US\$6,5 bilhões". Os autores destacam que o Camboja ainda não se encontra em uma situação de risco no que diz respeito à dependência com a diplomacia de dívida da China, porém alertam para a criação de uma armadilha na qual o país teria elementos políticos, de segurança e de soberania afetados pelos interesses políticos chineses (PARKER; CHEFITZ, 2018, p. 38).

No que diz respeito à composição dos fluxos de ajuda externa chinesa para o país, há mais uma diferença quanto à concessionalidade dos fluxos. Apenas 36,95% destes fluxos elencados pelo *China Aid Data* correspondem a empréstimos concessionais e créditos de exportação (DREHER *et al.*, 2017). Além disso, apenas 22,28% são categorizados como OFO ou fluxos vagos. Estes números podem ser entendidos frente à agenda chinesa de promoção de ajuda externa para o país como uma forma de fortalecer o Camboja frente aos demais países vizinhos por meio de fluxos que possuem como finalidade o desenvolvimento, principalmente o Vietnã, e atuar como um aliado forte aos interesses chineses na região do Mekong (MARKS, 2000).

A importância estratégica do Camboja pode ser percebida por meio do desembolso em milhões de dólares em recursos que a China passou a direcionar para o país a partir de 2010 (Gráfico 11). Comparativamente com o Banco Mundial e com o BAD, a China passou a concentrar recursos no país, de forma mais intensa, a partir de 2010 com o aumento da presença norte-americana na região. Com o envio de mais recursos, Pequim se aproxima de Phnom Penh econômica e politicamente, criando um alinhamento com um país inserido no coração da região do Mekong e participante dos fóruns da ASEAN. Conforme destacam Parker e Chefitz (2018, p. 38), o Camboja pode ser considerado o procurador dos interesses chineses na ASEAN.

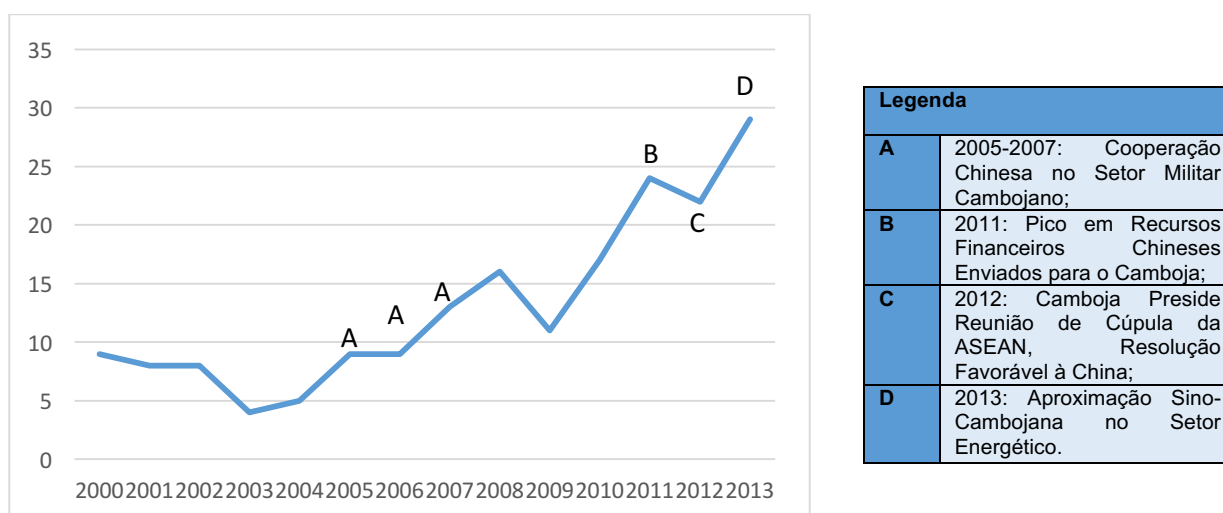
Gráfico 11 – Desembolso de Recursos (em milhões de dólares) do Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e da China para o Camboja, 1995-2011



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados de Pheakdey Heng (2012, p. 63).

Ao aproximarmos a ajuda externa chinesa da agenda política das relações sino-cambojanas (Gráfico 12), é possível perceber um desenho gráfico distinto daquele apresentado nos gráficos anteriores (Gráficos 8 e 10). Com uma linha crescente e com um maior número de picos de aumento no número de fluxos de ajuda externa, é possível perceber uma tendência de uso da ajuda externa chinesa como uma ferramenta de atratividade econômica frente à bem estabelecida parceria sino-cambojana.

Gráfico 12 – Número de Fluxos de Ajuda Externa Chinesa para o Camboja e sua Aproximação com a Agenda Político-Econômica (2000-2013)



Fonte: elaborado pela autora. Os valores mencionados no gráfico são do *China Aid Data* (DREHER *et al.*, 2017).

A aproximação com alguns eventos político-econômicos mencionados no capítulo anterior contribuem para a fundamentação do argumento, exposto no começo deste subtópico, de que a China utiliza a ferramenta geoeconômica da ajuda externa de maneira a reforçar e criar parcerias na região e para a obter resultados político-securitários favoráveis. Nesse sentido, no ponto A do gráfico 12, podemos perceber uma aproximação entre a agenda de cooperação militar sino-cambojana (SAMBATH, 2009; BIEDERMANN, 2010), no período de 2005 a 2007, com o aumento nos fluxos de ajuda externa. Este aumento totalizou US\$ 1.010.322.904,88 em fluxos de ajuda (DREHER *et al.*, 2017).

Conforme visto no Gráfico 11, em 2011, pode ser verificado o desembolso de US\$210.73 milhões de dólares por parte da China para o Camboja, que foram acompanhados por um pico de 24 fluxos de ajuda externa enviados para o país (ponto B), em total de US\$ 433.871.529,70 (DREHER *et al.*, 2017). Caminhando para uma aproximação mais política e simbólico-institucional, em 2012, o Camboja teve uma atuação concreta como procurador dos interesses políticos chineses na cúpula da ASEAN que presidiu. Esta reunião foi a primeira a não produzir um comunicado conjunto, dada a dificuldade de China e Filipinas convergirem quanto às disputas no Recife de Scarborough (MISHRA, 2016, p. 2). Aliado aos interesses geopolíticos da China nas disputas marítimas, o Camboja, por meio dos seus representantes, não conseguiu pressionar politicamente os países envolvidos de forma a divulgar o

comunicado conjunto, tão desejado por Vietnã e Filipinas (MISHRA, 2016, p. 2). Este apoio político do Camboja foi acompanhado de fluxos de ajuda externa, associados a setores como saúde, educação, governo e sociedade civil, correspondendo a 36,36% naquele ano (DREHER *et al.*, 2017).

Finalmente, em 2013, pode ser destacada a parceria sino-cambojana no setor energético e o maior pico de ajuda externa (ponto D) durante o período em análise no gráfico acima. O fluxo mais relevante dentro deste contexto do setor energético foi o empréstimo que o banco de exportação e importação da China concedeu ao Camboja para a construção de uma refinaria de petróleo. O empréstimo de US\$1.67 bilhões contou com a participação de empresas chinesas, tais como a Sinomach e a Sinopec, e foi classificado pela base de dados *China Aid Data* como um fluxo OFO, com finalidade comercial (DREHER *et al.*, 2017).

A ajuda externa chinesa para o Camboja também segue o modelo de “grande ajuda”, envolvendo fluxos de OFO e finalidades comerciais e representacionais. Apesar de seguir este modelo, a ajuda externa chinesa para o país é conectada com uma estratégia de atratividade econômica que visa ao fortalecimento de agendas políticas e econômicas já existentes entre os dois países, principalmente no que concerne às disputas no Mar do Sul da China e na ASEAN. Elementos como a diplomacia da dívida e interesses econômicos da China estão presentes, ao mesmo tempo em que percebemos fluxos de ajuda externa direcionados a setores como educação e saúde.

3.3 CONCLUSÃO PARCIAL

Ao analisarmos os elementos centrais que circundam a estratégia de “grande ajuda” chinesa para o Sudeste Asiático, percebemos suas tendências principais, de modo a aprofundar o entendimento acerca da cooperação para o desenvolvimento da China na região. A ênfase em fluxos OFO, o caráter comercial e representacional e a predominância do setor da infraestrutura econômica podem ser entendidos como os principais aspectos que norteiam a ajuda externa chinesa na região.

A fim de recortar a análise por meio de casos específicos, o capítulo apresentou uma breve análise empírica, com dados primários fornecidos pela base de dados *China Aid Data* sobre a ajuda externa chinesa para as Filipinas, Vietnã e Camboja. Esta análise possibilitou perceber os elementos centrais mencionados na

primeira sessão do capítulo, de modo aplicado. Além disso, o capítulo discorreu sobre a aproximação da agenda política, apresentada no capítulo 2, com os dados empíricos do *China Aid Data* e de demais autores, de modo a entender os objetivos e meios pelos quais se dá a ajuda externa chinesa.

Assim, foi possível concluir que há aproximação entre as agendas vigentes nas relações da China com estes países, tanto no âmbito político econômico quanto simbólico-institucional. Além desta conexão, foi possível perceber que a agenda de ajuda externa chinesa, apesar de se apresentar em seu discurso de maneira diferenciada do modelo do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, possui interesses pragmáticos e aspectos problemáticos. Estes aspectos problemáticos estão centrados em problemas orçamentários, ajuda vinculada, dificuldades para a execução completa de projetos e diplomacia da dívida, explorados ao longo da análise proposta na sessão 3.2.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, foi possível compreender a relevância da região do Sudeste Asiático para as relações internacionais da China, bem como apresentar o debate acerca da cooperação internacional chinesa para o desenvolvimento por meio de sua ajuda externa. A conexão entre a relevância da região e a cooperação para o desenvolvimento reforçou o argumento sobre a importância geopolítica e econômica da região para a China, além de destacar a importância da agenda de ajuda externa para a política externa chinesa e suas estratégias de poder.

No primeiro capítulo, foram lançadas as bases teóricas da ajuda externa no campo das Relações Internacionais, com a escolha da perspectiva neorrealista, e a sua utilização como uma ferramenta da política externa e dos interesses dos doadores. A construção da conceituação *mainstream* sobre o tema foi fundamental para a percepção da perspectiva chinesa sobre promoção de cooperação para o desenvolvimento e sobre a promoção de ajuda externa. Em seguida, foram analisados bibliografias e documentos oficiais a fim de traçar a evolução da ajuda externa chinesa, seu discurso e funcionamento.

A partir da fundamentação teórico-conceitual feita ao longo do primeiro capítulo, o segundo capítulo delineou o panorama regional, das relações da China com o Sudeste Asiático a partir de 1997, assim como das relações bilaterais da China com as Filipinas, Vietnã e Camboja. Em sua primeira parte, o segundo capítulo apresentou a análise dos modos de inserção da China na região e do exercício de sua influência, elementos estes conectados à conceituação de poder apresentada anteriormente, no primeiro capítulo.

Seguindo com o entendimento acerca da inserção e influência chinesa na região, o segundo capítulo evidenciou os aspectos mais importantes das relações entre China e Sudeste Asiático a partir da crise financeira de 1997. Este panorama regional também apresentou a evolução da agenda política, econômica e simbólico-institucional destas relações, em consonância com a evolução do discurso de política externa chinesa para o Sudeste Asiático e para os países-membros da ASEAN.

Finalmente, o segundo capítulo tratou do recorte específico proposto na introdução desta dissertação, referente ao entendimento acerca da promoção de ajuda externa chinesa para as Filipinas, Vietnã e Camboja. Este recorte foi abordado por meio da análise das relações bilaterais da China com as Filipinas, Vietnã e

Camboja no mesmo período e segundo os mesmos eixos temáticos. A análise da promoção de ajuda externa chinesa para estes países foi fundamental para trazer especificidade e profundidade à análise. Por meio do entendimento das relações da China com estes países, foi possível perceber as principais tendências que envolvem as relações da China com a região. As disputas no Mar do Sul da China, a importância geoestratégica da região, a forte agenda comercial-econômica e a presença norte-americana foram temas comuns na análise proposta sobre os casos selecionados. Sustentada por laços históricos, foi possível verificar a intensa parceria sino-cambojana, as tensões com o Vietnã e a equidistância de Hanói, além dos atritos com as Filipinas, em grande parte permeados pelas políticas de Washington. Nesse sentido, o capítulo trouxe os aspectos políticos e econômicos necessários para entender a cooperação chinesa para o desenvolvimento nestes países, por meio da ajuda externa, dadas as especificidades de cada cenário.

O terceiro e último capítulo da dissertação tratou dos aspectos gerais da estratégia de "grande ajuda", enunciada ao longo do primeiro capítulo, para a região do Sudeste Asiático. Estes aspectos gerais são referentes à predominância dos Outros Fluxos Oficiais (OFO), com caráter comercial (em detrimento da tradicional Ajuda Oficial para o Desenvolvimento), a ênfase em infraestrutura, a diplomacia da dívida e a ajuda vinculada.

A ênfase em OFO e no setor da infraestrutura econômica foi percebida pela preferência chinesa por uma ajuda externa centrada em empréstimos concessionais, e na conexão destes com investimentos estrangeiros diretos e comércio bilateral. A ajuda vinculada foi verificada a partir da atuação das empresas estatais chinesas na facilitação e execução dos projetos, possuindo termos de participação e governança não divulgados em documentos oficiais chineses. Outro elemento central foi a diplomacia da dívida, armadilha em que muitos países em desenvolvimento se colocaram ao estabelecerem relações no âmbito da ajuda externa com a China.

O destaque da agenda de infraestrutura econômica é mencionado nos documentos oficiais como o setor que compõe a maioria dos empréstimos concessionais chineses. Conforme destacado em relatório do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), o setor ainda tem lacunas na Ásia e é fundamental para a geração de desenvolvimento nos países da região. Entretanto, apesar do enfoque da ajuda externa chinesa ser neste setor, principalmente nos subsetores de transportes e de geração de energia, o relatório do BAD destacou que o Sudeste Asiático é a

região asiática com menor déficit em infraestrutura. De acordo com estes dados, conclui-se que a promoção de cooperação para o desenvolvimento por meio da ajuda externa é uma ferramenta de estratégia geoeconômica da China na região, indo além dos objetivos citados no discurso oficial sobre cooperação sul-sul e promoção de desenvolvimento econômico. Esta estratégia geoeconômica da China tem como elementos centrais as questões geopolíticas do Mar do Sul da China, sua conectividade com a região, ampliação dos laços comerciais e econômicos com os países da ASEAN e a mitigação da presença norte-americana.

Estes elementos centrais, quando aplicados aos casos específicos das Filipinas, Vietnã e Camboja, puderam ser percebidos por meio da análise de dados empíricos primários, oriundos, principalmente, da base de dados *China Aid Data*. No caso filipino, a diplomacia da dívida, a baixa qualidade nos serviços prestados pelas empresas chinesas facilitadoras e os problemas orçamentários levaram ao cancelamento de 42,3% dos fluxos de ajuda externa para o país, no período de 2000 a 2013. Um exemplo emblemático destes cancelamentos foi o projeto *North Rail*. Além disso, o excesso de concessionalidade na ajuda externa chinesa para o país, que representou 64% dos fluxos durante o período analisado, também denota a finalidade comercial e representativa da cooperação chinesa para o desenvolvimento.

No caso vietnamita, apesar das tensões geopolíticas e influência norte-americana no Vietnã no setor da cooperação militar, os laços econômico-comerciais entre os dois países se mantiveram crescentes. A fim de criar e fortalecer preferências geopolíticas, a China utilizou de instrumentos econômicos diversos para gerar tanto atração quanto coerção econômica sobre o Vietnã. O déficit comercial com a China, o grande número de investimentos diretos e a ajuda externa com caráter concessional e de créditos de exportação foram elementos centrais durante o período analisado.

No caso cambojano, a parceria com a China foi marcante. Sendo considerado o procurador da China na ASEAN, o país recebeu ajuda externa muito menos concessional e com finalidade comercial, demonstrando o interesse de Pequim em promover o fortalecimento político-econômico do país frente aos demais países do Mekong. Além disso, desde a estratégia norte-americana de rebalanceamento para a Ásia-Pacífico em 2009, percebeu-se um aumento dos valores desembolsados pela China para o país em comparação com os valores desembolsados pelo Banco Mundial e pelo BAD. Apesar da parceria, e da alta taxa de conclusão e implantação dos fluxos de ajuda externa para o Camboja, a diplomacia da dívida também foi um

elemento presente. A China detém mais da metade da dívida pública cambojana, avaliada em US\$6.5 bilhões, em 2018 do total da dívida pública do país.

Tendo em vista os países analisados e os elementos destacados, foi possível concluir que com países com os quais a China detém menos problemas de ordem geopolítica, como é o caso do Camboja, o fluxo de AOD é maior em detrimento do de OFO. A ajuda com cunho para o desenvolvimento prevalece sobre a ajuda com cunho comercial quando a parceria político-econômica da China com o país em questão já é bem estabelecida e existente. Quando os problemas geopolíticos são maiores e duradouros, como é o caso da relação da China com as Filipinas e com o Vietnã, o fluxo de OFO é maior do que o de AOD na composição da ajuda externa chinesa. Nesse sentido, a ajuda de cunho comercial pode atuar tanto como elemento de atração quanto como elemento de coerção para a criação de preferências alinhadas com os interesses político-econômicos da China.

Por fim, de modo a compreender a conexão entre a agenda política e os aspectos gerais da estratégia de ajuda externa chinesa para estes países, o terceiro capítulo analisou a associação das variações de fluxos de ajuda externa e os principais eventos que pautam as relações da China com as Filipinas, Vietnã e Camboja. Esta associação não teve como pretensão gerar uma relação causal direta entre o envio de ajuda externa e os eventos políticos, mas identificar tendências relacionadas ao exercício de poder e de influência da China na região, bem como com seus modos de inserção regional. Assim, foi possível perceber a relação entre as duas agendas, as quais criaram e reforçaram preferências geopolíticas com os países em questão, em que a ajuda externa foi usada como uma ferramenta de atratividade econômica, na maioria dos casos, e de coerção, em um número menor de casos. Em sentido mais amplo, a ajuda externa chinesa, inserida no contexto da cooperação para o desenvolvimento, mostrou-se como uma importante ferramenta da política externa chinesa contemporânea, muitas vezes pouco abordada pela literatura *mainstream*, mas claramente identificada por meio dos dados primários e literatura especializada, analisados ao longo desta dissertação.

Desta forma, foi possível entender os meios empregados pela cooperação chinesa para o desenvolvimento no Sudeste Asiático e os seus motivos, moldando sua abordagem de acordo com os diferentes cenários nos países da região. Ao final da dissertação, confirmou-se o argumento de que a China utilizou sua estratégia de Ajuda Externa como uma maneira de se inserir na região por meio de agendas

político-econômicas e de estadismo econômico, com um cunho simbólico-institucional, de forma a criar e fortalecer agendas geopolíticas com os países em questão.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A. **Asia Rising: Who is Leading?** Londres: World Scientific, 2008.
- ALESSINA, A.; DOLLAR, D. **Who Gives Foreign Aid to Whom and Why?** National Bureau of Economic Research, Working Paper 6612, 2000. Disponível em: <<http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:455302>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- ALONSO, J.A.; GLENNIE, J. **What is Development Cooperation?** ECOSOC, Development Cooperation Forum Policy Briefs, No. 1, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/newfunct/pdf15/2016_dcf_policy_brief_no.1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- AH, O. Y. **China's Development Finance to Asia: Characteristics and Implications.** Korea Institute for Institute Economic Policy, Working Paper 16-12, 2016.
- ANG, C. G. China's Influence Over Vietnam in War and Peace. In: GOH, E. **Rising China's Influence in Developing Asia.** Londres: Oxford University Press, 2016, p. 250-311.
- ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **The evolution of Asia's contested waters**, 2016. Disponível em: <<http://www.amti.csis.org/maritime-disputes>>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Meeting Asia's Infrastructure Needs.** Special Report, 2017. Disponível em: <<https://www.adb.org/sites/default/files/publication/227496/special-report-infrastructure.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- _____. **Strategy 2030: Achieving a Prosperous, Inclusive, Resilient, and Sustainable Asia and the Pacific.** Strategic Report, 2018. Disponível em: <<https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/435391/strategy-2030-main-document.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB). **May 2018 Update.** Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/_download/AIIB-Presentation.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.
- BA, A. **China and ASEAN: Renavigating Relations for a 21st-Century Asia.** Asian Survey, p. 622-647, 2003. Disponível em: <http://www.waseda.jp/gsaps/eau/educational_program/PDF_WS2016/PKU_CHU_Reading%201_CHINA%20AND%20ASEAN.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.
- BAVIERA, A. The Domestic Mediations of China's Influence in the Philippines. In: GOH, E. **Rising China's Influence in Developing Asia.** Londres: Oxford University Press, 2016, p. 314-398.
- BELLACQUA, J. **The China Factor in U.S.-Vietnam Relations.** CNA China Studies, 2012. Disponível em: <https://www.cna.org/CNA_files/PDF/DRM-2012-U-000184-FINAL.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BIEDERMANN, Z. **Cambodia today or is China eating America's lunch in Southeast Asia?** National University Public Service, AARMS, 2010. Disponível em: <<http://archiv.uni-nke.hu/downloads/aarms/docs/Volume9/Issue1/pdf/13.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BINH, N. X. Main Characteristics of Vietnam-China Trade Relations, 2000-15. **China Report**, n. 53, v. 3, p. 355-366, 2017.

BITZINGER, R. Modernising China's Military, 1997-2012. **China Perspectives**, 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/chinaperspectives/5701?file=1>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BLACKWILL, R.; CAMPBELL, K. **Xi Jinping on the Global Stage**. Council on Foreign Relations, 2016. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/xi-jinping-global-stage/p37569>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BLACKWILL, R.; HARRIS, J. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Boston: Harvard University Press, 2016.

BOTARDO, A. **Enhanced Defense Cooperation Agreement: Aquino III's Balancing Strategy with the United States Against China**. Naval Postgraduate School Thesis, 2017. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/1045806.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRAUTIGAM, D. **The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa**. Londres: Oxford University Press, 2011.

CAMPBELL, K.; ANDREWS, B. **Explaining the US 'pivot' to Asia**. Chatham House, 2013. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Americas/0813pp_pivottoasia.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CANUTO, O. **A Crise Asiática e seus Desdobramentos**. *Econômica*, n. 4, p 25-60, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/3-otaviano.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CHANDY, L. Reframing Development Cooperation. In: **From Aid to Global Development Cooperation: The 2011 Brookings Blum Roundtable Policy Briefs**. Brookings, 2011. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/2011_brookings_blum_policy_briefs.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CHELLANEY, B. **China's Debt-Trap Diplomacy**. Project Syndicate, 2017. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debt-by-brahma-chellaney-2017-01>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CHEN, Z.; CHANG, L. **The Power Strategy of Chinese Foreign Policy: Bringing Theoretical and Comparative Studies Together**. Freie Universität Berlin, NFG

Research Group Asian Perceptions of the EU, 2013. Disponível em: <http://www.diss.fu-berlin.de/docs/servlets/MCRFileNodeServlet/FUDOCS_derivate_000000004242/wp313-power-strategy-chinese-foreign-policy.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

CHIN, G.; FROLIC, M. **Emerging Donors in International Development Assistance: The China Case**. International Development Research Centre Report, 2007. Disponível em: <<https://www.idrc.ca/sites/default/files/sp/Documents%20EN/Case-of-China.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER. **Worldwide Chinese Investments & Construction**, 2018. Disponível em: <<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

CHINA POLICY. **China Going Global: Between Ambition and Capacity**. Report, 2017. Disponível em: <<https://policycn.com/wp-content/uploads/2017/05/2017-Chinas-going-global-strategy.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CHU, Y.; CHANG, Y. Xi's Foreign-Policy Turn and Asian Perceptions of a Rising China. **Global Asia**, v. 12, No. 1, spring 2017. Disponível em: <<http://www.asianbarometer.org/publications/38bd8798df38c115ef8a76646fd41fb4.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

CONDE, C. U.S. Marine Guilty in Philippine Rape Case. **The New York Times**, 2006. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/12/04/world/asia/04cnd-philippines.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

COOPER, J. **China's Foreign Aid and Investment Diplomacy, Volume II: History and Practice in Asia, 1950-Present**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2016.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, J.; ENGBERG-PEDERSEN, P. **Aid: Understanding International Development Cooperation**. Nova York: Zed Books, 2005.

DOLLAR, D. **China's Engagement with Africa: From Natural Resources to Human Resources**. Brookings China Center, 2016. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/Chinas-Engagement-with-Africa-David-Dollar-July-2016.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DREHER, A.; FUCHS, A.; PARKS, B.C.; STRANGE, A. M.; & TIERNEY, M. J. (2017). **Aid, China, and Growth: Evidence from a New Global Development Finance Dataset**. AidData Data Set, 2017. Disponível em: <<https://www.aiddata.org/data/chinese-global-official-finance-dataset>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

EMMERS, R. **Maritime Disputes in the South China Sea: Strategic and Diplomatic Status Quo**. Institute of Defence and Strategic Studies Singapore, 2005. Disponível em: <<https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/rsis-pubs/WP87.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

ENLAI, Z. **The Chinese Government's Eight Principles for Economic Aid and Technical Assistance to Other Countries**, 1964. History and Public Policy Program Digital Archive, Selected Diplomatic Papers of Zhou Enlai. Beijing: Zhongyang wenxian chubanshe, 1990, p. 388. Disponível em: <<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121560>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FAIRBANK, J.; GOLDMAN, M. **China: A New History**. Londres: Harvard University Press, 2006.

FAN, G.; HOPE, N. **The Role of State-Owned Enterprises in the Chinese Economy**. China-US Focus, 2013. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/2022/index-page_id=1480.html>. Acesso em: 27 jul. 2018.

FERCHEN, M. Whose China Model is it Anyway? The contentious search for consensus. **Review of International Political Economy**, v. 20, No. 2, p.390-420, 2013. Disponível em: <http://media.library.ku.edu.tr/reserve/resspring16/Intl380_ZOnis/12.Washington.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FEWSMITH, J. Debating the “China Model”. **China Leadership Monitor**, No. 35, 2011. Disponível em: <<http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM35JF.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

GAGLIARDONE, I.; GEALL, S. **China in Africa's Media and Telecommunications: Cooperation, Connectivity and Control**. The Norwegian Peacebuilding Resource Centre, Expert Analysis, 2014.

GILL, B.; GOH, E.; HUANG, C. **The Dynamics of US-China-Southeast Asia Relations**. The United States Study Centre at the University of Sydney, 2016. Disponível em: <http://chinhaohuang.weebly.com/uploads/5/4/6/7/54678237/2016_dynamicsofuschinaseasoutheastasiarelations.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

GOH, E. The Modes of China's Influence: Cases from Southeast Asia. **Asian Survey**, v. 54, No. 5, p. 825-848, 2014.

GU, J. **China's New Silk Road to Development Cooperation: Opportunities and Challenges**. United Nations University Centre for Policy Research, 2015. Disponível em <http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/news/2015/UNUCPR_ChinasNewSilkRoad_Gu_.pdf>. Acesso em 03 Setembro 2017.

GUAN, A. **Vietnam-China Relations since the End of the Cold War**. Institute of Defence and Strategic Studies Singapore, 1998. Disponível em: <<https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/rsis-pubs/WP01.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

GUZMAN, C. J. Philippines-China Relations, 2001–2008: Dovetailing National Interests. **Asian Studies: Journal of Critical Perspectives on Asia**, 2014. Disponível

em: <<http://asj.upd.edu.ph/mediabox/archive/ASJ-50-1-2014/04-Philippines-China-Relations-Dovetailing-National-Interests-de-Guzman.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

HAYTON, B. **Vietnam and the United States: an emerging security partnership.** The United States Studies Centre at the University of Sydney, 2015. Disponível em: <<http://ussc.edu.au/ussc/assets/media/docs/publications/Emerging-Asia-Reports/MacArthur-Vietnam-ONLINE.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

HENDLER, B. Economic Statecraft, Peaceful Rise and Win-Win Game: a framework to understand China's growing influence in the world. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, 2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=24317>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

HENG, P. Cambodia–China Relations: A Positive-Sum Game?. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, v. 2, n. 31, p.57-85, 2012.

HIEBERT, M.; NGUYEN, P.; POLING, G. **A New Era in US-Vietnam Relations: deepening ties two decades after normalization.** Center for Strategic & International Studies (CSIS), 2014. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/140609_Hiebert_USVietnamRelations_Web.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

HONG, Z. **Chinese and Japanese Infrastructure Investment in Southeast Asia: from rivalry to cooperation?** IDE discussion paper, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2344/00050160>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ILANO, J. **Development and Present Status of Economic Relations Between China and the Philippines.** SBCA, 2017. Disponível em: <<http://www.sanbeda-alabang.edu.ph/bede/images/researchpublication/UGONG/ugong2017vol9-85.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

INFORMATION OFFICE OF THE STATE COUNCIL. **China's Foreign Aid (White Paper)**, 2011. Disponível em: <<https://www.eu-china.net/upload/pdf/nachrichten/2011-04-21Chinas-ForeignAid-WhitePaper.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. China's Foreign Aid (2014). Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm>. Acesso em: 27 jul. 2018.

JIAN, C. **China's Involvement in the Vietnam War, 1964-69.** Cambridge University School of Oriental and African Studies, 1995. Disponível em: <<http://www3.nccu.edu.tw/~lorenzo/Jian%20China%20Involvement%20Vietnam.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

JIE, Y. **China's One Belt, One Road: A Reality Check.** London School of Economics Strategic Update 17.3., 2017 Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/ideas/Assets/Documents/updates/LSE-IDEAS-One-Belt-One-Road-A-Reality-Check.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

JOHNSON, C. **Decoding China's Emerging "Great Power" Strategy in Asia.** CSIS Freeman Chair in China Studies Report, 2014. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/140603_Johnson_DecodingChinasEmerging_WEB.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

KALATHIL, S. **Influence for Sale?** China's Trade, Investment and Assistance Policies in Southeast Asia. Center for a New American Security, East and South China Seas Bulletin 4, 2012. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/154358/CNAS_ESCA_bulletin4.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

KAPLAN, R. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific.** Nova York: Random House, 2014.

KARDON, I. **The Other Gulf of Tonkin Incident: China's Forgotten Maritime Compromise.** Asia Maritime Transparency Initiative, 2015. Disponível em: <<http://www.amti.csis.org/the-other-gulf-of-tonkin-incident-chinas-forgotten-maritime-compromise>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

KUMAR, S. **Chinese Report on the Belt and Road Initiative: Some Highlights.** Indian Council of World Affairs, 2017. Disponível em: <<https://icwa.in/pdfs/IB/2014/ChineseReportIB06112017.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

LANCASTER, C. **Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics.** Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

LANTEIGNE, M. **Chinese Foreign Policy: An Introduction.** Londres: Routledge, 2009.

LI, M. Soft Power: Nurture not Nature. In: _____, **Soft Power: China's emerging Strategy in International Politics.** Lanham: Lexington Books, 2009, p.1-18.

LIM, B. **The Political Economy of Philippines- China Relations.** Philippine APEC Study Center Network, Discussion Paper 99-16, 1999. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.202.5468&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

LIN, J.; WANG, Y. **China's Contribution to Development Cooperation: Ideas, Opportunities and Finances.** Fondation pour les Études et Recherches sur le Développement International (FERDI), Working Paper 119, 2015. Disponível em: <http://www.ferdi.fr/sites/www.ferdi.fr/files/publication/fichiers/wp119_lin-wang_paper_for_ferdi_web_1.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

LISKA, G. **The New Statecraft.** Chicago: University of Chicago Press, 1960.

LUM, T.; MORRISON, W.; VAUGHN, B. **China's "Soft Power" in Southeast Asia.** CRS Report for Congress, 2008. Disponível em:

<<https://fas.org/sgp/crs/row/RL34310.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MAIZELS, A.; NISSANKE, M. Motivations for Aid to Developing Countries. **World Development**, v. 12, No. 9, p. 879-900, 1984.

MARKS, P. **China's Cambodia Strategy**. US Army War College Quarterly, 2000. Disponível em: <<http://www.sophanseng.info/wp-content/uploads/2015/05/Chinas-Cambodia-Strategy.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MAWDSLEY, E. **From Recipients to Donors: Emerging Powers and the Changing Development Landscape**. Londres: Zed Books, 2012.

MINH, N. **Vietnamese Politics: China-Vietnam Relations and TPP**. Tokyo Graduate School of Public Policy, 2013. Disponível em: <http://www.pp.u-tokyo.ac.jp/graspp-old/courses/2013/documents/5140143_6a.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MISHRA, R. **Cambodia: China's Special Partner?** Indian Council of World Affairs, 2016. Disponível em: <<https://icwa.in/pdfs/VP/2014/CambodiaChinaSpecialPartnerVP14032016.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MORGENTHAU, H. A Political Theory of Foreign Aid. **American Political Science Review**, v. 56, n. 2, p. 301-309, 1962.

NOGUEIRA, I.; HENDLER, B. **O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: "arquipélago de economias de mercado" ou palco da competição interestatal capitalista?** Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v.II, n.3, 2016, p. 199-221. DOI: 10.21530/ci.v11n3.2016.489.

NORTH LUZON RAILWAYS CORPORATION. **Northrail Phase I** (Truckline Development Project), 2018. Disponível em: <<http://www.northrail.com.ph/h1.php>>. Acesso em: 10 set. 2018.

NOWAK, W. **China's Development Aid Strategies**. Chinese Business Review, v. 14, No. 4, p. 201-209, 2015. Disponível em: <<http://www.davidpublisher.org/Public/uploads/Contribute/55c3015e50cd0.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

NYE, J. **The Future of Power**. Nova York: Public Affairs, 2011.

_____. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

ORGANIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO [OCDE]. Other Official Flows. OCDE Data, 2018. Disponível em: <<https://data.oecd.org/df/other-official-flows-oof.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Development Assistance Committee (DAC)**. OCDE Data, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/dacmembers.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

_____. **Export Credits**. OCDE Data, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/trade/exportcredits.htm>>. Acesso em: 08 out. 2018.

PAN, E. **The Promise and Pitfalls of China's 'Peaceful Rise'**. Council on Foreign Relations, 2006. Disponível em: <<https://www.cfr.org/background/promise-and-pitfalls-chinas-peaceful-rise>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

PANDA, A. **International Court Issues Unanimous Award in Philippines v. China Case on South China Sea**. The Diplomat, Flashpoint, 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/07/international-court-issues-unanimous-award-in-philippines-v-china-case-on-south-china-sea/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

PANKAJ, A. Revisiting Foreign Aid Theories. *International Studies*, v. 42, n. 2, p. 103-121, 2005.

PARKER, S.; CHEFITZ, G. **Debtbook Diplomacy: China's Strategic Leveraging of its Newfound Economic Influence and the Consequences for U.S. Foreign Policy**. Harvard Kennedy School, Belfer Center for Science and International Affairs, 2018. Disponível em: <<https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/Debtbook%20Diplomacy%20PDF.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

PATEÑA, A. J. **Gov't Settles Dispute with Chinese Firm over Northrail Project**. Philippine News Agency, 2017. Disponível em: <<http://www.pna.gov.ph/articles/1015015>>. Acesso em: 10 set. 2018.

PEDROZO, R. **China versus Vietnam: An Analysis of the Competing Claims in the South China Sea**. CNA analysis, 2014. Disponível em: <<https://southeastasiansea.files.wordpress.com/2014/08/china-versus-vietnam-an-analysis-of-the-competing-claims-in-the-south-china-sea.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

PING, W. The Chinese View: Reflection of the Long-Term Experiences of Aid Receiving and Giving. In: SHIMOMURA, Y.; OHASHI, H. **A Study of China's Foreign Aid: An Asian Perspective**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 125-144.

RADELET, S. **A Primer on Foreign Aid**. Center for Global Development, Working Paper 92, 2006. Disponível em: <https://www.cgdev.org/sites/default/files/8846_file_WP92.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

RAVINDRAN, M. S. China's Potential for Economic Coercion in the South China Sea Disputes: A Comparative Study of the Philippines and Vietnam. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, p. 105-132, 2012. Disponível em: <www.currentsoutheastasianaffairs.org>. Acesso em: 27 jul. 2018.

REILLY, J. **China's Economic Statecraft: Turning Wealth into Power**. Lowy Institute Analysis Report, 2013. Disponível em:

<http://sydney.edu.au/arts/government_international_relations/downloads/documents/Reilly_China_Economic_Statecraft.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

RENARD, T. **The Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB): China's New Multilateralism and the Erosion of the West.** Security Policy Brief, University of Pittsburgh, 2015. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/64789/1/SPB63%2DRenard.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

RENEWICK, N. **China as a Development Actor in Southeast Asia.** IDS Evidence Report No 187, 2016. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08960ed915d3cfd0001f2/ER187_ChinaasaDevelopmentActorinSoutheastAsia.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

RFA. **South China Sea Verdict Contains Environmental Message for China.** Radio Free Asia, 2016. Disponível em: <<https://www.rfa.org/english/commentaries/southchinasea-07222016152633.html>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

RUDDIN, L.P. **You Can Generalize Stupid!** Social Scientists, Bent Flyvbjerg, and Case Study Methodology. *Qualitative Inquiry*, v.12, n.4, p. 797-812, 2006.

SAMBATH, P. **Cambodia-China Relation: Past, Present and Future.** National Cheng Kung University, 2009. Disponível em: <<http://www.ncku.edu.tw/cseas/98CSEAS/report%20SEA/CAM/cam11%20phou%20sambath.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SANGMEISTER, H. China's Development Policy Engagement in Latin America and the Caribbean. **Digital Development Debates**, N. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.digital-development-debates.org/issue-03-development-cooperation--new-donor-china--chinas-development-policy-engagement-in-latin-america.html>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SHAMBAUGH, D. China Engages Asia: Reshaping the Regional Order. **International Security**, v. 29, N. 3, p. 64-99, 2005.

_____. **China Goes Global: The Partial Power.** Londres: Oxford University Press, 2013.

SHIMOMURA, Y.; OHASHI, H. **A Study of China's Foreign Aid: An Asian Perspective.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2013.

SNELL, S. **China's Development Finance: Outbound, Inbound, and Future Trends in Financial Statecraft.** US-China Economic and Security Review Commission, Staff Report, 2015. Disponível em: <<https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China's%20Development%20Finance.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SUTTER, R. **Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War.** Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

STRAITS TIMES. **ASEAN Jittery about Trade Pact with China.** Disponível em:

<<https://www.straitstimes.com/asia/asean-china-to-upgrade-trade-pact>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

US DEPARTMENT OF STATE. **Department of State: 2014 Investment Climate Statement, 2014.** Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/229305.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2018.

VAN, H.; SAM, D. **Vietnam-China Trade, FDI and ODA relations (1998-2008) and the impacts upon Vietnam.** Institute of Developing Economies, 2008. Disponível em: <http://www.ide.go.jp/English/Publish/Download/Brc/pdf/01_vietnamandchina.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

VAUGHN, B.; MORRISON, W. **China-Southeast Asia Relations: Trends, Issues, and Implications for the United States.** Congressional Research Service (CRS), 2006. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL32688.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

XIAOSONG, G.; WOMACK, B. Border Cooperation between China and Vietnam in the 1990s. **Asian Survey**, v. 40, n. 6, p. 1042-1058, 2000. Disponível em: <<http://www.people.virginia.edu/~bw9c/Publications/ArticlesandChapters/2000b.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

XINHUA. 'Xi Jinping: China to Further Friendly Relations with Neighboring Countries', 2013. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-10/26/c_125601680.htm>. Acesso em: 27 jul. 2018.

WANG, Y. **China's New Foreign Policy: Transformations and Challenges Reflected in Changing Discourse.** The ASAN Forum, 2014. Disponível em: <<http://www.theasanforum.org/chinas-new-foreign-policy-transformations-and-challenges-reflected-in-changing-discourse/>>. Acesso em: 8 out. 2018.

WOLF, C.; WANG, X.; WARNER, E. **China's Foreign Aid and Government-Sponsored Investment Activities: Scale, Content, Destinations, and Implications.** Rand National Defense Research Institute, 2013. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR100/RR118/RAND_RR118.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

WOLF JR., C. **China's Foreign Aid Offensive.** The Rand Corporation Blog, 2015. Disponível em: <<https://www.rand.org/blog/2015/06/chinas-foreign-aid-offensive.html>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

WONG, A. **The Philippines' Relations with China: A Pragmatic Perspective Under President Duterte.** Relazioni Internazionali e International Political Economy del Sud-Est asiatico, 2017. Disponível em: <<https://www.twai.it/wp-content/uploads/2017/12/T.note51.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

WONG, J. **The Political Economy of China's Changing Relations with Southeast Asia.** Nova York: Macmillan Education, 1984.

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods**. Londres: Sage Publications, 1994.

ZHANG, H. **The Development and Transformation of China's Foreign Aid**. Center for Strategic & International Studies US-China Essay Collection, 2017. Disponível em: <<https://www.csis.org/development-and-transformation-chinas-foreign-aid>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ZHANG, Y.; GU, J.; CHEN, Y. **China's Engagement in International Development Cooperation: The State of the Debate**. Rising Powers in International Development, Evidence Report No 116, 2015.

ZHANG, D.; SMITH, G. **China's foreign aid system: structure, agencies, and identities**, Third World Quarterly, 2017. DOI: 10.1080/01436597.2017.1333419

ZHENG, B. **New Path for China's Peaceful Rise and the Future of Asia**, Bo'ao Forum. Speeches of Zheng Bijian (1997-2004), Brookings Institute, 2003. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2012/04/20050616bijianlunch.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

ZHOU, H. **China's Foreign Aid: 60 Years in Retrospect**. Beijing: Springer, 2017.